

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MAYARA MACHADO BICHIR

A dominação na constituição psíquica das mulheres: subjugação e resistência

São Paulo

2024

MAYARA MACHADO BICHIR

A dominação na constituição psíquica das mulheres: subjugação e resistência

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutora em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Linha de Pesquisa: Psicologia, Instituições e Sociedade: Mediações do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva

São Paulo

2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Machado Bichir, Mayara

A dominação na constituição psíquica das mulheres: subjugação e resistência / Mayara Machado Bichir; orientador Pedro Fernando da Silva. -- São Paulo, 2024.

156 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Dominação das mulheres. 2. Submissão. 3. Resistência. 4. Psicanálise e Feminismo. 5. Violência de Gênero. I. Fernando da Silva, Pedro, orient. II. Título.

BICHIR, Mayara Machado. **A dominação na constituição psíquica das mulheres: subjugação e resistência.** 2024. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Prof. Dra. _____
Instituição _____
Julgamento _____

Às mulheres que lutam e resistem à dominação.

Àquelas que me precederam e tanto me possibilitaram, àquelas que, como eu, hoje travam essas batalhas cotidianas e àquelas que virão e seguirão lutando pela nossa liberdade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho passou por mudanças importantes ao longo do seu desenvolvimento, e essas mudanças foram impulsionadas pelas minhas experiências pessoais e de trabalho que me ajudaram a desenvolver meu objeto de pesquisa. Ao longo do processo de reconhecer a dominação em minha vida enquanto mulher, e na vida das mulheres com quem convivo e escuto, pude construir meu problema de pesquisa e avançar na investigação dos processos de dominação de gênero. Essas transformações requereram mudanças da pesquisa mesmo após a qualificação, o que demandou bastante de mim, visto que já havia avançado em outra direção. Além disso, esse trabalho foi realizado em grande parte na pandemia de COVID, impedindo o contato físico com as pessoas. Diante dessas dificuldades tenho muito a agradecer às pessoas que estiveram junto comigo nesse processo, mesmo quando fisicamente impossível, que me apoiaram e me inspiraram a desenvolver essa pesquisa.

À minha mãe, Maisa Machado Bichir, e ao meu pai, Sidney Luiz Bichir, que desde sempre me apoiaram, de diversas formas, para que eu realizasse meus sonhos. É a partir do amor, carinho e presença que eles sempre me ofereceram, e oferecem, que me sinto capaz de fazer tudo aquilo que desejo. Agradeço também aos dois pela formação que me proporcionaram. Desde muito cedo, tal formação me possibilitou ter um olhar crítico e feminista da realidade, assim como uma profunda indignação com as injustiças do mundo.

À minha irmã, Maíra Machado Bichir, pelo amor, apoio e parceria; por me incentivar nos momentos mais difíceis da pesquisa, quando duvidava da minha capacidade, como muitas mulheres duvidam; por sempre acreditar em mim e no meu trabalho; por me impulsionar a seguir os caminhos que escolhi, por mais desafiadores que eles fossem; e por ser um exemplo de pesquisadora dedicada e realizada, em quem pude me inspirar.

Ao meu marido e companheiro, Pedro Paulo Fernandes Lagatta, que acompanhou de perto o desenvolvimento dessa pesquisa e desta pesquisadora, contribuindo tanto com o cuidado e amor, essenciais para a elaboração de um trabalho, quanto com uma leitura atenta do texto, e diálogo constantes que contribuíram para sua evolução e conclusão. Agradeço por me encorajar a defender minhas teses e pela revisão do texto. Observar nele, homem, uma postura de inquietação com suas contradições, de dedicação e cuidado na relação com uma mulher, e disposição em transformar a si mesmo, me dá esperanças.

Ao meu orientador Pedro Fernando da Silva, que me acompanha desde 2014, pelo constante apoio, pelas leituras cuidadosas, pelas importantes orientações e contribuições a este trabalho. Agradeço principalmente pela parceria e confiança nas minhas mudanças e decisões em relação à pesquisa. Como interlocutor principal desse trabalho, demonstrou sempre grande interesse em acompanhá-lo, e foi sempre respeitoso e acolhedor das divergências, quando surgiram.

À rede DIVAM, instituição da qual faço parte e construo coletiva e cotidianamente um trabalho de cuidado à saúde mental das mulheres, de formação e ativismo feminista. À todas as mulheres que compuseram e compõem essa rede tão potente, agradeço pelas contribuições que tiveram ao meu trabalho. Contribuições que impulsionaram as perguntas desta pesquisa e me ajudaram a tentar responde-las, através do compartilhamento de vivências e pensamentos entre mulheres. Por mostrarem que coletivamente somos mais fortes, que as divergências são bem-vindas na construção da luta feminista, e que o cuidado, o acolhimento e a valorização são essenciais para nos afirmarmos como sujeitas no mundo e lutar pela liberdade de todas as mulheres. Agradeço especialmente à Luísa Lamardo, à Beatriz Fejgelman, à Ana Elisa Bettarello, à Julia Lamardo e à Mayara Ferreira, que desde 2017 estão ao meu lado nesse trabalho e nessa luta, e que hoje são amigas queridas com quem compartilho também a vida.

Às minhas pacientes, com quem tanto aprendo, por me escolherem enquanto analista e confiarem suas vidas a mim. Essas relações muito contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

À professora Maria Luisa Sandoval Schmidt e ao professor José Leon Crochick, pela leitura atenta e generosa do meu trabalho de qualificação, e pelas suas contribuições que me ajudaram a encontrar o caminho da pesquisa.

À minha analista, Evelyn, que me acompanha desde 2018 em meu processo analítico, e que tanto contribui para a minha autorrecuperação.

Às minhas queridas avós, Cyrene Durante Bichir e Cleonice Baptista Machado, que hoje não estão mais comigo, tendo nos deixado no decorrer desse trabalho. Agradeço pelo amor, carinho e apoio que sempre recebi, e pelo orgulho que sempre demonstraram por mim. Sinto muitas saudades.

Às queridas amigas, Flávia Almeida de Carvalho e Isabella Vrech Rigo, pela amizade e parceria, tanto nos momentos de alegria quanto nos momentos de dificuldade. Obrigada pelo apoio, pela presença e pelas partilhas. E às amigas e amigos, tanto da faculdade quanto aquelas/es que conheci em São Paulo, pela torcida e carinho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento à minha pesquisa ao longo do programa de doutorado, garantindo as condições necessárias para que tal pesquisa se concretizasse.

“Eu não tenho hora pra morrer, por isso sonho”

Rita Lee, Coisas da vida

Sonho com um mundo livre de dominação

RESUMO

BICHIR, Mayara Machado. **A dominação na constituição psíquica das mulheres: subjugação e resistência.** 2024. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

Este trabalho tem como objetivo analisar como a dominação, fenômeno histórico, social e político, que consiste no processo de reificação, é internalizada pelas mulheres. A partir do diálogo entre a primeira geração da teoria crítica da sociedade, a teoria feminista interseccional e a psicanálise, sobretudo nas acepções de S. Ferenczi, D. Winnicott e J. Benjamin, investigo o tema da dominação das mulheres e as consequências subjetivas desse processo que objetifica e desumaniza as mulheres. A dominação das mulheres engendrada pela relação, imposta a elas, com a natureza, produziu historicamente sua objetificação, isto é, a negação de seu estatuto de sujeito. A partir de um estudo dialético constatamos que a dominação promove, tanto por meio da violência, quanto da diferenciação entre meninas e meninos na constituição psíquica, uma subjetividade objetificada nas mulheres, que tem como consequência a sua submissão na relação com o outro. A violência contra as mulheres, prevalente na sociedade brasileira, promove submissão por meio da experiência traumática fragmentadora do eu e de um constante sentimento de insegurança. Já a diferenciação entre meninas e meninos na constituição psíquica, através da identificação da menina com a mãe, e do menino com o pai, que representam ideais de feminilidade e masculinidade socialmente convencionados, nega à primeira a possibilidade de alçar uma existência autônoma e livre, arquitetando na mulher uma feminilidade submissa. Apesar das graves consequências da dominação para o psiquismo das mulheres, elas resistem tanto historicamente quanto subjetivamente à subjugação. Essa resistência, que pode se manifestar de variadas formas, necessita tanto de cuidados em saúde mental para as mulheres, ancorados nos estudos dos processos de dominação psíquica e nas ferramentas clínicas da psicanálise, quanto do esclarecimento dos processos históricos e sociais de dominação de gênero, para existir enquanto essencial ferramenta política contra a sociedade patriarcal e capitalista.

Palavras-chave: Dominação das mulheres. Submissão. Resistência. Constituição psíquica das mulheres. Violência de gênero. Psicanálise e Feminismo.

ABSTRACT

BICHIR, Mayara Machado. **Domination in the psychic constitution of women: subjugation and resistance.** 2024. Thesis (Doctorate in School Psychology and Human Development) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2024.

This work aims to analyse how domination, a historical, social and political phenomenon that consists of the process of reification, is internalized by women. Based on the dialogue among the first generation of scholars from critical theory of society, intersectional feminist theory, and psychoanalysis, especially in the terms of S. Ferenczi, D. Winnicott, and J. Benjamin, I investigate the subjective consequences of gender domination, which objectifies and dehumanizes women. The domination of women engendered by the relationship imposed on them with nature has historically produced their objectification, that is, the denial of their status as subjects.. Based on a dialectical study, we found that domination promotes, both through violence and through the differentiation between girls and boys in psychic development, an objectified subjectivity in women, resulting in their submission in their relationships with others. Violence against women, prevalent in Brazilian society, promotes submission through the traumatic experience that fragments the self and a constant feeling of insecurity. Psychic development, through the identification of the girl with the mother and the boy with the father, who represent socially agreed ideals of femininity and masculinity, denies the former the possibility of an autonomous and free existence, creating submissive femininity in women. Despite the severe consequences of domination on women's psyches, they resist subjugation both historically and subjectively. Their resistance, which can manifest itself in a variety of ways, requires both mental health care for women, anchored in studies of the processes of psychic domination and the clinical tools of psychoanalysis, and enlightenment regarding the social dynamics of gender domination, in order to exist as an essential political tool against patriarchal and capitalist society.

Keywords: Domination of women. Submission. Resistance. Women's psychic constitution. Gender violence. Psychoanalysis and Feminism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. OBJETIVO, HIPÓTESE E MÉTODO.....	18
2.1 Objetivo.....	18
2.2 Hipótese.....	18
2.3 Método.....	18
3. CAPÍTULO 1 - SOBRE A GÊNESE DA DOMINAÇÃO DAS MULHERES: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.....	24
4. CAPÍTULO 2 - A DOMINAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DAS MULHERES.....	55
4.1 Abuso e trauma: as mulheres constituídas para serem subjugadas através da invasão e da violência.....	55
4.2 A dominação na infância: a diferenciação entre meninas e meninos e suas consequências para a constituição psíquica das mulheres.....	78
4.2.1. A fase pré-edípica	81
4.2.2. A fase edípica.....	100
5. CAPÍTULO 3 – RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO SUBJETIVA.....	116
5.1 A resistência das mulheres: da resistência passiva à resistência política	116
5.2 A importância das elaborações e da autorrecuperação para a resistência das mulheres e para a luta feminista.....	130
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150

1. INTRODUÇÃO

A constituição do indivíduo, segundo os estudos da psicanálise freudiana, ocorre a partir do conflito entre as pulsões¹ sexuais presentes desde os primórdios da infância e os limites impostos pela Cultura. Essa constituição abrigaria um constante conflito entre desejos inconscientes e repressão cultural. Tal díade não representa uma separação entre indivíduo/cultura, biológico/social, uma vez que os instintos, assim que se manifestam na vida do indivíduo, constituem-se a partir de determinado contexto cultural, isto é, a pulsão possui em si tanto natureza quanto cultura.

Cada indivíduo passa pelo processo de constituição de forma particular, singular, mas o que me interessa nesta pesquisa é aquilo que encontramos de comum nas vivências, nos processos constitutivos, de um determinado grupo que compõe a humanidade: as mulheres. Freud (2010[1930]), em seu texto *O mal estar na civilização*, defende que para a construção da civilização é necessário um alto nível de repressão das pulsões sexuais, uma vez que ofereciam perigo para a vida em sociedade. Em uma fase tardia do desenvolvimento da sua teoria, Freud (2010[1920]) apresenta os conceitos de pulsão de vida e pulsão de morte. Esta última traria consigo uma carga de destruição que deveria ser controlada para que a construção civilizatória fosse possível. Ao mesmo tempo, segundo o autor, a civilização não tem trazido felicidade e prosperidade para os indivíduos, para que os sacrifícios feitos em prol da vida social valham a pena.

Ao se apoiarem em Freud para analisar o tema da dominação, os autores da primeira geração da teoria crítica da sociedade incluíram no seu argumento uma análise histórico-social da problemática. A história da civilização ocidental é, de acordo com Horkheimer e Adorno (2006[1944]), a história da dominação, originada na dominação do homem sobre a natureza, entendida como um perigo constante para sua sobrevivência. O controle exercido sobre a natureza, a princípio justificável para a sobrevivência e subsistência humana, tornou-se excessivo e desnecessário, transformando-se em dominação conforme se deu a construção civilizatória. A dominação da natureza se estendeu para a dominação de um indivíduo sobre o

¹ Decidiu-se por utilizar neste trabalho a tradução de *Trieb* para “pulsão”, uma vez que, ainda que muitas traduções dos textos freudianos utilizem o termo “instinto”, Freud, de acordo com Gomes (2001), também utiliza a palavra alemã *Instinkt* em sua obra, ainda que pouco, e na maioria das vezes se refere a algo distinto daquilo que conceitua como *Trieb*. *Instinkt* estaria relacionada pelo autor àquilo que advém da hereditariedade, ao que é inato, enquanto *Trieb* é utilizada pelo autor para desenvolver a ideia de um impulso que tem sua fonte somática e atinge o psíquico.

outro, diferente de si, e para a dominação da natureza que existe em si mesmo, aquilo que Freud (2016[1905]) nomeia como pulsões.

Nesta pesquisa, deter-me-ei no estudo da dominação sobre as mulheres, um outro que apresenta uma diferença anatômica, que historicamente tem sido associado à natureza, que deve ser dominada. Essa natureza, que no indivíduo aparece através das pulsões, da sua sexualidade, foi historicamente ligada às mulheres. Apesar de estar presente em todos os seres humanos, a natureza interna foi negada historicamente pelos e nos homens em favor de uma racionalidade que permitiria o autocontrole para o controle do mundo e do outro. Ao ser negada e projetada nas mulheres, transformou-as em objeto sexual, representantes da sexualidade, razão pela qual devem ser mais dominadas e reprimidas.

Quais são as consequências que essa projeção tem para a constituição psíquica desse grupo? Essa diferenciação social entre mulheres e homens, historicamente imputada pelos homens às mulheres, significou a constituição e a perpetuação de relações de dominação de gênero a partir das quais a humanidade das mulheres foi negada, o que proporcionou as condições para que sua existência fosse controlada pelos homens. Quais seriam, então, as particularidades do processo de dominação na formação psíquica das mulheres? Como as demandas e impedimentos impostos pela cultura a elas se refletem em sua constituição psíquica? Tentaremos com essa pesquisa responder a essas perguntas e seus desdobramentos.

A forma como nos relacionamos com o outro, como nos colocamos no mundo, posicionando-nos ou não, nomeando e compartilhando nossos desejos, concretizando-os ou não, depende da história da constituição individual, que por sua vez se relaciona com o contexto social, político e familiar em que essa se dá. No caso de nós, mulheres, há algo que nos diferencia e que nos é diferenciado, desde que nascemos, tanto do ponto de vista individual quanto do ponto de vista histórico, social e político, no que se refere ao gênero. A diferenciação, inerente à existência humana, no nosso caso ganha um peso, um valor. Nosso lugar de sujeito, no sentido da existência autônoma imbuída de voz, desejo e liberdade, foi-nos negado. Essa negação do estatuto de sujeito para as mulheres se deu a partir da conveniente (para os homens, é claro) ligação entre as mulheres e a natureza, entendida como ameaçadora à existência humana. (Nós mulheres somos mesmo ameaçadoras ao poder patriarcal, principalmente quando tomamos o que nos é de direito: nossa voz, desejo e liberdade – aqueles possíveis dentro do capitalismo – através da resistência e da luta). Essa negação da autodeterminação às mulheres favoreceu historicamente, e segue favorecendo, os homens.

Entendemos a dominação como um processo de controle. Quando se expressa em relação à natureza, ela tem historicamente significado, na construção da civilização ocidental, a destruição desta. Quando se expressa em relação a outros seres humanos, implica a reificação, podendo resultar também na destruição. De acordo com Benjamin, J. (1988), quando o outro é visto como objeto a ser controlado, e não como sujeito livre e diferenciado, autônomo, ocorre um processo de dominação. Assim, a dominação pode ser exercida por um indivíduo sobre outro, por um grupo sobre um indivíduo, por um indivíduo sobre um grupo ou até mesmo por uma classe social sobre outra, e em todos os casos tem como base a dominação social. Nesta tese, analisaremos o processo de dominação das mulheres. Desejo investigar quais as consequências que o processo de dominação que as mulheres vivenciam têm para sua constituição psíquica, o que baliza a forma com que elas lidam com o mundo e com o outro.

A constituição psíquica, pensada a partir do psicanalista Donald Winnicott (2019[1971]), é entendida como um processo que parte da dependência absoluta do bebê em relação à mãe, ou figura que exerça a função materna, rumo à independência relativa. De acordo com o autor, a independência absoluta nunca é alcançada pelo indivíduo, uma vez que ele nunca se torna totalmente independente do ambiente. É a partir do processo de desenvolvimento psíquico que se dá a constituição de um eu que, primeiramente amparado nos psiquismos e corpos parentais, separar-se-ia aos poucos destes para se sustentar no mundo com seu corpo, pensamento, desejo, isto é, diferenciado de quem o concebeu ou educou e não mais dependente relativa ou absolutamente desses ou de outros adultos. É esperado, a partir de um desenvolvimento saudável do eu, que o indivíduo possa ocupar seu lugar no mundo no que diz respeito aos seus pensamentos, posicionamentos, desejos, limites e necessidades, ainda que esse caminho rumo à independência relativa possa não ser percorrido por todas/os/es no sistema capitalista.

No decorrer da história ocidental, as mulheres ocuparam diversos lugares na sociedade, e é possível observar uma semelhança nesses múltiplos modos de existência: a vivência de grandes limitações nos seus processos de autodeterminação geradas pelas determinações sociais. Seja como dona de casa e mãe na era vitoriana, como trabalhadora, dona de casa e mãe durante a Revolução Industrial, como prostituta, ou ainda como escravizada, especialmente no caso das mulheres negras nas colônias, uma constante permanece: a

dominação recai sobre suas possibilidades de existência, variando em diferentes graus conforme sua classe, raça e diversidade sexual e corporal.

Por muitos séculos, a maternidade foi destino, não escolha das mulheres, limitando fortemente suas possibilidades de ser no mundo. Enquanto isso, os homens, apesar de terem suas vivências também limitadas pelas determinações sociais, em termos de raça, classe e orientação sexual, tiveram a possibilidade de alcançar níveis consideráveis de autodeterminação e poder, por conta do processo de dominação de gênero. A dita ideia de liberdade proclamada e almejada pela revolução francesa dizia respeito aos homens, e os privilégios alcançados por essa falsa liberdade², conquistada pela burguesia, eram usufruídos pelos homens brancos europeus. Ainda que as mulheres brancas burguesas tenham também usufruído de parte deles, nunca o fizeram inteiramente, pois ainda eram subordinadas em vários níveis aos homens.

A dominação, exercida em campos diversos das vidas das mulheres – como o financeiro, patrimonial, intelectual, afetivo-emocional –, tem uma grande influência na constituição do seu eu. Como poderia a menina, pensada socialmente e culturalmente por séculos como alguém que não deve determinar a si mesma, ou a suas escolhas, sua vida financeira, seu patrimônio, sua vida afetiva, constituir um eu independente, autônomo, separado do outro, quer seja ele suas figuras parentais, familiares ou um marido? A mulher foi vista historicamente pela sociedade ocidental como alguém que deve ser tutelada, mesmo quando adulta, pelo homem. Embora tenhamos conquistado inúmeros direitos, nós mulheres seguimos sob a tutela do outro em diversos níveis. Como tal tutela contribui para a constituição do nosso eu? Como conquistamos (ou não) maiores níveis de autonomia possíveis dentro da organização capitalista da vida? Nenhum indivíduo, dentro do capitalismo atual, consegue atingir autonomia plena. Inclusive, conforme o capitalismo avança, menores são as nossas chances de alcançar autonomia e liberdade enquanto indivíduos, uma vez que o sistema só amplia sua dominação e exploração sobre nossos corpos, mentes, prazeres, desejos e necessidades. No entanto, ainda que não possamos alcançar níveis plenos de autonomia na atual organização social, há diferenças consideráveis de acordo com a raça, a classe, o gênero e a sexualidade de cada indivíduo e o alcance de autodeterminação possivelmente alcançados.

² Adorno (2005[1959]) considera a liberdade burguesa como falsa porque os privilégios alcançados por essa classe social só foram possíveis a partir da exploração da classe trabalhadora; portanto, não pode ser considerada uma real liberdade por pressupor a dominação do outro.

A dominação, exercida pelo sistema capitalista e que se apoia tanto no poder patriarcal como na supremacia branca³, só se sustenta a partir de uma organização ideológica que reproduz seus princípios e mantém a sociedade funcionando a partir deles. A reprodução desses sistemas ideológicos, por sua vez, depende de uma organização subjetiva dos indivíduos que os prepara para reproduzi-los. A organização subjetiva das mulheres seria desenvolvida, então, de modo a ocupar um lugar de submissão, e não de autonomia. No entanto, o que observamos ao estudarmos a história das mulheres não é somente sua subjugação; mas somos surpreendidas/os com a luta e resistência constantes delas para existir para além da dominação. Como bell hooks (2019[2015]) aponta: “[as] margens têm sido tanto lugares de repressão quanto lugares de resistência” (HOOKS 2019[2015], p. 292). Assim, temos como hipótese dessa pesquisa que a dominação produz tanto submissão quanto resistência nas mulheres.

Como se dão esses processos de constituição psíquica que preparam as mulheres para se subjugarem ao poder patriarcal, e como as mulheres resistem a ele? Como esse processo de constituição do eu, descrito pela psicanálise, acontece no caso das meninas e mulheres? Buscaremos com esta tese responder a essas perguntas.

Esta tese está organizada em três capítulos. No primeiro, analisarei alguns processos históricos e sociais que contribuem para um entendimento sobre a gênese da dominação das mulheres. Discutirei também as consequências que esse processo de dominação histórico teve para a existência das mulheres na sociedade, que papéis foram impostos a elas e as limitações consequentes desse processo. Busco, com esse desenvolvimento, esclarecer as bases histórico-sociais do processo de dominação internalizada pelas mulheres.

O segundo capítulo, dividido em duas partes, analisa como a dominação é internalizada pelas mulheres na forma de submissão ao outro. Na primeira parte do capítulo analisarei como a submissão é produzida a partir do despedaçamento psíquico gerado pela violência. No contexto brasileiro, em que os números de violência contra as mulheres nas suas diversas formas são altíssimos e em que a segurança delas, essencial para o desenvolvimento de um eu saudável e autônomo, é escassa, a violência é um elemento essencial para compreendermos a produção de uma subjetividade submissa nas mulheres.

³ Entre outros sistemas de dominação, como a cis heteronormatividade, o colonialismo, o capacitismo.

Na segunda parte do capítulo 2, analisarei a diferença entre os processos de constituição psíquica nas meninas e nos meninos e suas consequências para a formação das mulheres. A partir de uma investigação dos processos de identificação e diferenciação do eu no desenvolvimento psíquico de meninas e meninos, discutirei como a dominação de gênero é internalizada pelos meninos na forma da dominação do outro e nas meninas, na forma da submissão ao outro.

No terceiro capítulo, também dividido em duas partes, discutirei a resistência das mulheres à dominação subjetiva. Na primeira parte apresentarei alguns exemplos da luta e resistência histórica das mulheres para que possamos identificar variadas formas de resistência, desde a passiva até a política, e as valorizemos. Na segunda parte, advogarei por um entendimento dos processos psíquicos que reproduzem a dominação e pelo cuidado em saúde mental a partir de processos de elaboração e autorrecuperação, como partes essenciais da luta feminista por uma existência autônoma e livre de dominação.

2. OBJETIVO, HIPÓTESE E MÉTODO

2.1 Objetivo

Analisar a dominação das mulheres no que diz respeito à sua constituição psíquica. Quais as marcas deixadas pela dominação histórica e social na formação individual das mulheres? Pretende-se entender como a estrutura de dominação de gênero, presente desde os primórdios da civilização ocidental, influencia no desenvolvimento do psiquismo das mulheres, na forma como elas se relacionam com o outro e com o mundo.

2.2 Hipótese

Tenho como hipótese que a dominação produz nas mulheres uma subjetividade submissa, a partir de sua objetificação pela sociedade patriarcal. Porém, tanto historicamente quanto ontologicamente há resistência a esse processo por parte das mulheres.

Uma vez que consiste na objetificação do outro, na destituição de seu lugar de sujeito possuidor de desejo e alteridade, a dominação vai tecendo na existência das mulheres um eu objeto. As mulheres, objetificadas na relação com o outro, teriam seu processo de desenvolvimento de autonomia prejudicado, tendendo a se colocar inconscientemente à mercê do desejo do outro. Essa formação das mulheres, mas não só, serve à reprodução dos sistemas de dominação: o capitalismo, o patriarcado, o racismo estrutural e a cis-heteronormatividade, porque assegura uma passividade e aceitação das relações de dominação. No entanto, há também resistência das mulheres, movimentações subjetivas que promovem resistência à dominação. Assim como historicamente sempre existiram movimentos de luta de mulheres resistindo à dominação, ou até mesmo ao genocídio – como no caso da caça às bruxas, da escravização, da colonização das populações indígenas e negras – ontologicamente as mulheres encontram espaços de existência e resistência.

2.3 Método

O desenvolvimento desta pesquisa acompanhou o desenvolvimento e transformações desta pesquisadora. Ela surgiu primeiramente como uma continuação da pesquisa realizada

para obtenção do título de mestre e consistia na análise da problemática da sexualidade infantil na Educação Infantil. Conforme o desenvolvimento da pesquisa, a pergunta foi se afastando da problemática da formação das crianças pelas professoras e professores a partir de suas concepções sobre sexualidade infantil e se aproximando do tema do gênero, sempre presente nessa pesquisa. Um fator essencial para essa mudança foi meu trabalho na construção coletiva da rede feminista DIVAM (Debates Integrados pela Valorização e Atendimento das Mulheres) e enquanto psicanalista na escuta de mulheres em sua clínica política.

A DIVAM é uma rede de mulheres feministas e psicanalistas que atende mulheres com o objetivo de democratizar o acesso à saúde mental e oferecer um espaço de acolhimento e análise baseados nas ferramentas de escuta das psicanálises e nos olhares críticos dos feminismos. Existe desde o ano de 2017 na cidade de São Paulo, promovendo atendimentos em saúde mental, atividades formativas e ativismo. As integrantes da rede compartilham do posicionamento político de uma prática sensível e escuta ampliada às interseccionalidades de raça, gênero, classe, sexualidade e diversidade corporal. A rede já atendeu em torno de 400 mulheres, de diversas regiões de São Paulo e grande São Paulo, como também de outras regiões do Brasil através do atendimento online, e recebe uma diversidade grande de mulheres de diversas classes sociais, raça, orientação sexual etc. O atendimento é feito de acordo com as possibilidades financeiras de cada mulher, podendo ser gratuito.

A partir do trabalho de escuta clínica nessa instituição, pude observar algo em comum nas posições subjetivas dessas mulheres, guardada, é claro, sua grande diversidade: uma posição de submissão inconsciente aos desejos dos outros em suas vidas. Pude observar, ao escutar essas mulheres, um processo de alienação de si mesmas, de seus desejos e limites, e uma relação com o outro na qual dependiam em grande parte do olhar dele. Muitas vezes, essas mulheres se misturavam na relação com o outro, não conseguindo discernir aquilo que era delas e o que era do outro, sendo difícil, portanto, agirem no mundo de acordo com uma consciência de seus desejos e limites. Essas observações clínicas me provocaram e ajudaram a formular a pergunta dessa pesquisa que se tornou: como se dá a internalização da dominação pelas mulheres? E então propor uma hipótese: as mulheres são formadas para se objetivarem subjetivamente.

Para desenvolver essa investigação utilizei minha escuta dos casos da rede Divam, trazendo para o texto alguns breves excertos que me ajudaram a concretizar leituras teóricas;

fiz um exame dos dados quantitativos sobre a situação de violência das mulheres no Brasil; e conduzi principalmente uma pesquisa teórica sobre o objeto de estudo, que foi a ferramenta central do método de pesquisa. As escolhas das referências teóricas se deram a partir de uma busca por responder à pergunta desse trabalho. Minhas bases de estudos e pesquisa, sobre as quais iniciei minha pesquisa acadêmica, foram os autores da primeira geração da escola de Frankfurt, mais especificamente Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin, bem como o autor fundador da psicanálise, Sigmund Freud. Segui me apoiando em suas contribuições principalmente no que diz respeito à necessidade de um olhar dialético para a realidade contraditória, em suas leituras sobre os processos de dominação produzidos pela sociedade e aquilo que puderam desenvolver sobre o tema da dominação das mulheres, no caso dos autores da teoria crítica. Em relação à Freud, sua produção segue sendo base para o entendimento dos processos psíquicos inconscientes e a constituição deles, além de revelar algumas consequências psíquicas do processo de repressão às mulheres. Porém, ao perceber limites em suas teorias no que diz respeito ao meu tema de pesquisa, a dominação das mulheres e sua internalização, busquei respostas às minhas perguntas em outras autoras e autores.

A partir do reconhecimento da grande incidência do trauma, principalmente sexual, na clínica com mulheres, busquei a leitura de Sandor Ferenczi, que me ajudou no entendimento desse fenômeno e apontou para uma possível leitura psicanalítica das relações de objeto. E foi em Winnicott que encontrei um entendimento do desenvolvimento psíquico a partir das relações objetais, o que possibilitou uma maior conexão com a análise social da dominação a partir de uma valorização do ambiente para a constituição psíquica. Através dessa virada epistemológica na leitura da psicanálise, de Freud para Ferenczi e Winnicott, foi possível me aproximar mais das respostas às minhas perguntas, podendo relacionar melhor uma leitura social da questão da dominação com uma leitura psicanalítica dela. Ainda assim, tanto na teoria crítica da sociedade quanto nesses autores clássicos da psicanálise, encontrei um limite no olhar dos processos de formação e constituição das mulheres. Nos dois campos, a leitura das mulheres sempre foi feita de modo secundário, em relação aos homens. Os homens sempre foram os objetos de estudo desses campos por excelência, sendo a análise dos processos das mulheres sempre secundário.

Foi na leitura de autoras feministas que pude encontrar uma análise que colocava as mulheres e suas condições históricas, sociais e políticas de existência como objeto principal

de estudo. Para um entendimento do processo de dominação das mulheres busquei a leitura de feministas como bell hooks, Silvia Federici, Simone de Beauvoir, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Grada Kilomba e Gayle Rubin, que explicitaram as especificidades da dominação em relação às mulheres. E foi a partir das leituras das feministas negras bell hooks, Angela Davis, Grada Kilomba e Lélia Gonzalez que pude entender as especificidades concernentes às mulheres e sua diversidade de raça, classe e sexualidade, como também a importância de um olhar interseccional para a análise da dominação das mulheres. Com esse estudo de autoras do campo feminista pude construir um processo de pesquisa que, ao mesmo tempo em que tenta encontrar as consequências comuns do processo de dominação para todas as mulheres, aponta para diferenças de grau e tipo, de acordo com os marcadores sociais. E apontam tanto para as consequências desumanizadoras da dominação quanto para os movimentos de resistência das mulheres.

Foi a partir da contribuição de Jessica Benjamin, psicanalista feminista, que pude fazer uma conexão mais direta entre os desenvolvimentos sobre a constituição psíquica da psicanálise, as leituras críticas da sociedade e um olhar sobre o processo de dominação das mulheres. A autora, que empreende um estudo sobre os processos de dominação e a produção de submissão nas mulheres a partir de uma intersecção entre psicanálise, teoria crítica e feminismo, me ajudou a esclarecer a diferenciação produzida psiquicamente entre homens e mulheres pela sociedade e pela família e os processos pelos quais a dominação é internalizada pelas mulheres.

Com base nessa investigação teórica e clínica pude construir uma análise da dominação das mulheres em três partes. A primeira delas consistiu na análise da gênese histórica e social da dominação das mulheres. A segunda parte compreende a investigação das consequências psíquicas desse processo; entendi que a dominação é internalizada pelas mulheres de duas formas: pela violência, que fragmenta o eu e produz submissão, e pela diferenciação dos processos de identificação entre meninas e meninos com as figuras parentais. E a terceira parte analisa a resistência produzida por ela e a importância do cuidado em saúde mental para a promoção de resistência à dominação das mulheres.

A partir de uma intersecção entre diferentes campos do conhecimento que guardam divergências entre si, pude, então, encontrar algumas convergências e muitas contribuições para meu tema de pesquisa. Penso que somente ao fazer esse trabalho de pesquisa, que consistiu tanto na busca das contribuições dos autores estudados como no entendimento dos

seus limites para responder à minha pergunta, como também a necessidade de buscar novas referências, pude avançar com o objetivo de oferecer respostas a ela. A escuta clínica e a pesquisa de dados sobre a realidade brasileira das mulheres também foram essenciais tanto para a construção do objeto da pesquisa como para seu desenvolvimento.

Por fim, a busca constante de uma leitura dialética sobre a realidade e meu objeto de pesquisa, que consistiu no esforço de considerar sempre as variáveis sociais e individuais e suas interconexões na determinação da condição de dominação das mulheres, foi essencial para avançar no entendimento da problemática.

Apresento agora uma sistematização do meu método:

a) Sobre a definição do objeto e o recorte de pesquisa:

- Essa pesquisa foi alimentada por inquietações advindas da minha pesquisa de mestrado (Bichir, 2017), pela experiência de ser mulher no Brasil e, principalmente, pelo fato de pertencer à Rede DIVAM, uma rede de psicanalistas feministas que atende gratuitamente mulheres em São Paulo.
- Da escuta e atendimento psicanalítico a mulheres, percebi uma alienação de si, ou seja, uma disposição para abandonar os próprios desejos, não reconhecer seus limites, existindo a partir da satisfação dos desejos de outrem, não raro um homem.
- Elaborei, então, a inquietação elementar da pesquisa – já que minha escuta apontava não apenas para forças externas, mas também para forças internas restringindo as condições de autodeterminação das mulheres que eu escutava – como se dá a internalização da dominação das mulheres?
- Este trabalho, portanto, buscou oferecer inteligibilidade teórica e política às ferramentas pelas quais a submissão se consolida no eu das mulheres, ao longo de seu desenvolvimento psíquico e de suas experiências de violência e ameaças.

b) Sobre as escolhas metodológicas:

- Optei por um estudo principalmente teórico-dialético, mesclado a alguns apontamentos sobre minha experiência de escuta, e dados da violência de gênero no Brasil.
- A opção pelo método de pesquisa se deu por conta da constatação de uma lacuna nos estudos sobre a temática em questão. Isso levou a necessidade de uma construção teó-

rica de campos diversos para a compreensão do tema. Foram eles a teoria crítica da sociedade, o feminismo e a psicanálise.

- Os apontamentos sobre a escuta de mulheres vêm para ilustrar e enriquecer os debates sobre as formas como a submissão se apresenta, mas essa não é uma pesquisa clínica *stricto sensu*.

c) Sobre as escolhas teóricas deste estudo que decorreram do recorte da pesquisa:

- Da primeira geração de pensadores da Escola de Frankfurt, apropriei-me principalmente das discussões sobre dominação e aquilo que puderam contribuir para o estudo desse processo nas mulheres, e seu método dialético de pesquisa.
- A aproximação à psicanálise foi feita por uma via dupla: primeiro, apoiei-me nas formulações sobre trauma de Freud e Ferenczi para entender quais impactos subjetivos a exposição à violência traz para as mulheres; depois em Winnicott e Jessica Benjamin, a fim de compreender as condições nas quais meninos e meninas se desenvolvem e como tais condições determinadas por estereótipos de gênero produzem a submissão da mulher. Essa via dupla apontou para a centralidade da intersubjetividade para a constituição do psiquismo e como ele é permeável aos padrões impostos pela cultura.
- Das teorias feministas encontrei em hooks, Federici, Gonzalez e Kilomba, entre outras, uma discussão sobre interseccionalidade e dialética e uma grande contribuição para o entendimento do processo de dominação das mulheres e sua resistência.

3. CAPÍTULO 1 - SOBRE A GÊNESE DA DOMINAÇÃO DAS MULHERES: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.

O modo como os indivíduos vivem seu desenvolvimento psíquico e são formados pelas instituições sociais não se dá de igual maneira para as meninas e para os meninos. Há uma relação de desigualdade de tratamento e de oportunidades na formação das mulheres, de modo que elas sofrem de forma mais profunda as opressões da sociedade. Essa desigualdade no tratamento se dá desde muito cedo na forma como as crianças são formadas de acordo com seu sexo, as brincadeiras nas quais são introduzidas, a maneira como os adultos relacionam-se com elas, os lugares que passam a ocupar nas relações com o outro etc. Por que é produzida pela sociedade essa diferenciação no tratamento de meninos e meninas desde a infância? Para entendermos esse processo que inaugura na história do indivíduo as relações de dominação de gênero precisamos entender suas raízes históricas, sociais e econômicas.

A história é entendida aqui não como uma análise de fatos, mas sim como uma busca por desvelar, diante dos perigos vividos no presente, aquilo que não foi descrito, escrito ou legitimado pelo que nos foi contado do passado – ou então foi silenciado, invisibilizado. Pretende-se neste capítulo, como Benjamin, W. (2016[1985]) defende, “escovar a história a contrapelo”, trazendo à luz aquilo que foi silenciado sobre a condição das mulheres e ao mesmo tempo duvidar daquilo que foi dito e escrito sobre elas, já que a história contada, segundo o autor, costuma ser a dos vencedores, uma vez que a empatia do historiador está comumente ao lado deles. A história traz o conto dos vencedores, mas sem chamar a atenção para a história dos vencidos e explorados e também para o processo de dominação, de acordo com Benjamin, W. (2016[1985]): “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie.” (BENJAMIN, W., 2016[1985], p. 245).

Por isso, é preciso buscar autoras e autores que descrevem e analisam movimentos históricos e sociais a partir de um olhar crítico, que focam seus olhares nos explorados e dominados e em suas histórias, para que melhor possamos entender o fenômeno da dominação das mulheres. Ao mesmo tempo, será necessário haver atenção para que se possa identificar neles/as quando recaem no conto dos vencedores.

Diante dos perigos vividos por nós mulheres atualmente, tanto no âmbito mundial quanto nacional, com o fortalecimento de grupos e políticas da extrema direita, o que resulta

em um grande aumento da violência contra as mulheres, é preciso que busquemos, a partir de pesquisas, aquilo que foi escondido, e também naquilo que foi contado e legitimado, os perigos vividos por mulheres e como eles nos ajudam a entender e a resistir à violência atual, aos processos de dominação. De acordo com Benjamin, W. (2016[1985]): “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, W., 2026[1985], p. 243). E como nos lembra Simone de Beauvoir (2016[1949]), o aumento do perigo na vida das mulheres é sempre iminente, uma vez que, diante de crises políticas, econômicas ou religiosas os direitos conquistados pelas mulheres passam a ser questionados; eles não são permanentes.

Busquemos então na história das mulheres que não nos foi contada por muitos séculos, apreender o processo de dominação de gênero e suas consequências para as mulheres. Quais as origens da violência e dominação que vivemos hoje enquanto mulheres? Como nossa existência foi historicamente controlada pelos homens? Por que fomos roubadas de nossa autodeterminação?

De acordo com Rubin (2017[1975]), a questão da opressão das mulheres é anterior à opressão produzida pelo capitalismo e teria parte de sua origem nas relações de parentesco; essas relações de parentesco tem uma onipresença tal na sociedade que, para antropólogos sua invenção acompanha o surgimento da linguagem. Segundo a autora, a partir de estudos antropológicos de autores como Lévi-Strauss foi possível notar uma característica comum em diversos tipos de organizações sociais e nas relações de parentesco: o “tráfico de mulheres”, uma relação de troca de mulheres entre essas organizações. Na maioria das tribos e sociedades, a mulher não tem direito sobre si mesma, é antes um objeto a ser trocado entre homens como uma dádiva.

A troca de mulheres garantiria um dos maiores motivos da existência das relações de parentesco, que seria, segundo a autora, um vínculo social, uma relação de confiança, além da possibilidade de troca com diferentes. Deriva dessa necessidade humana de relação com o diferente a criação do tabu do incesto, uma vez que a partir dele se proíbe que a continuidade da família se mantenha entre semelhantes. De acordo com Rubin (2017[1975]), o tabu está menos relacionado a questões genéticas do que à aliança social. A mulher é mero objeto nessa relação social, entendida como a mais valiosa dádiva a ser trocada.

A “troca de mulheres” não é nem uma definição de cultura nem um sistema em si. O conceito é uma compreensão aguda, mas condensada, de alguns aspectos das relações de sexo e gênero. Um sistema de parentesco é uma imposição de fins sociais a uma parte do mundo natural. Ele é, portanto, uma “produção” no sentido mais geral: uma modelagem, uma transformação de objetos (neste caso pessoas) para e com um propósito subjetivo. (RUBIN, 2017[1975], p. 28)

A autora identifica o “tráfico de mulheres” como um aspecto fundamental para entendermos as origens da opressão das mulheres, uma vez que nos aponta para a subordinação das mulheres nas relações de parentesco, e essas como um fenômeno basal para a constituição das relações sociais. A subordinação da mulher ao homem, nesse fenômeno, se dá pela não participação nas trocas enquanto sujeitos que decidem, ou trocam outros objetos, mas enquanto objetos nas trocas realizadas pelos homens. E Rubin (2017[1975]) ainda aponta para a natureza econômica das relações de parentesco, uma vez que, para ela, as trocas de mulheres configurariam relações de poder e de trocas econômicas em inúmeras tribos e as mulheres, uma das dádivas a serem trocadas.

Para Simone de Beauvoir (2016[1949]), a opressão das mulheres tem como uma das origens a desvalorização de sua condição biológica. A gravidez, que foi e é destino da maioria das mulheres, era entendida como um impedimento ao trabalho, impondo à mulher o lugar de cuidado e reclusão, e não de caça e produção como o do homem. Segundo a autora, essa desvalorização do papel da mulher está relacionada à condição humana de produção da própria existência através da dominação da natureza. Nós nos diferenciamos dos animais, de acordo com ela, pela nossa capacidade de transformar a natureza em favor da nossa existência e, dessa forma, o trabalho mais valorizado era o de produzir, e não o de reproduzir. Esses papéis teriam sido designados a partir da condição biológica da mulher.

De acordo com a autora, à mulher nunca se possibilitou a autodenominação, ela sempre ocupou o lugar de objeto, de Outro, na relação com o homem, que é o Um. Para Beauvoir (2016[1949]), as teorias que tentaram sustentar a existência do matriarcado estão incorretas, pois a ideia de uma supremacia social da mulher não passa de um mito. A sociedade, segundo ela, sempre foi masculina, uma vez que o poder político sempre esteve nas mãos dos homens.

Mesmo nos momentos em que a humanidade reclamava mais asperamente maior número de nascimentos, a necessidade de mão de obra superando a de matérias-primas a explorar, mesmo nas épocas em que a maternidade foi mais venerada, não permitiu ela que as mulheres conquistassem o primeiro lugar. A razão está em que a humanidade não é uma simples espécie natural: ela não procura manter-se enquanto espécie; seu projeto não é a estagnação: ela tende a superar-se. (BEAUVOIR, 2016[1949], p. 97)

O pensamento de Horkheimer e Adorno (2006[1964]) sobre a gênese da opressão à mulher se assemelha ao de Beauvoir (2016[1949]), uma vez que para eles a mulher é dominada pela relação que lhe é imputada, pelos homens, de identidade com a natureza a partir da maternidade e seus ciclos. E é ela que lembra os homens a todo momento de sua própria relação com a natureza, de sua natureza interna, daquilo que não podem controlar, e por isso a controlam [a mulher]. Dessa forma, há uma imposição feita pelo homem à mulher de seu lugar no mundo. Mediante a oposição criada socialmente pelos homens entre civilização e natureza, racionalidade e irracionalidade, à mulher é determinada a condição considerada como o elo mais “fraco” da relação, o da natureza, da irracionalidade, e essa desvalorização da natureza estaria relacionada à necessidade do homem de dominá-la para a satisfação de suas necessidades.

Enquanto o homem saía para conquistar o mundo e dominar a natureza para a construção da civilização, a mulher foi encarregada de uma “vã” ocupação, a de cuidar dos que produziam. (Horkheimer e Adorno 2006[1944]):

É o homem que deve sair para enfrentar a vida hostil, é ele quem deve agir e lutar. A mulher não é sujeito. Ela não produz, mas cuida dos que produzem, monumento vivo dos tempos há muito passados da economia doméstica fechada. A divisão do trabalho imposta pelo homem foi-lhe pouco favorável. (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944], p. 203).

Tanto Beauvoir (2016[1949]) quanto Horkheimer e Adorno (2006[1944]), apesar de apontarem a razão da dominação das mulheres como ligada à sua relação com a biologia e a natureza, não questionam a desvalorização social do trabalho reprodutivo, que não é percebido por ela nem por eles como trabalho. Ao desconsiderarem a importância do trabalho reprodutivo não só para a reprodução da existência como também para a produção dela, podem acabar por reproduzir a desvalorização da mulher socialmente construída.

Já Fraser (2014) apresenta uma outra leitura sobre essa questão. Para ela, a reprodução social⁴ é condição para que possa haver o trabalho produtivo. A autora diferencia produção de reprodução social: a produção se dá em termos da produção material econômica, o que na atualidade se configura como o modo de produção capitalista, enquanto a reprodução social se configura como aquilo que está por trás da produção, que dá suporte a ela, que seria o cuidado,

⁴ O termo reprodução social presente no campo de estudos feministas difere do termo utilizado pelos autores da teoria crítica, que tem como base a teoria marxista. Aqui as autoras se referem à reprodução social como o trabalho de manutenção da sociedade, desde a reprodução biológica até o cuidado integral para a sobrevivência do ser humano, trabalho esse historicamente feito pelas mulheres e desvalorizado socialmente.

a educação, a moral, as interações etc. Sem esta base reprodutiva, não seria possível haver a produção material da existência. A autora discute esses conceitos em relação ao capitalismo, porém, como Horkheimer e Adorno (2006[1944]) explicitam no livro *Dialética do Esclarecimento*, esta divisão de papéis e construção de imagens do masculino e feminino se dá muito antes desse sistema de produção se impor.⁵

De acordo com a autora, a reprodução da sociedade tem sido realizada historicamente pelas mulheres enquanto a produção tem sido feita pelos homens, como Beauvoir (2016[1949]) e Horkheimer e Adorno (2006[1944]) também indicaram. Para Fraser (2014), na sociedade pré-capitalista o trabalho de reprodução social era visível e foi, muitas vezes, considerado importante pela sociedade, o que também atribuía às mulheres certa importância. Já no capitalismo, esse trabalho é relegado ao ambiente privado e não é remunerado, o que o torna invisível e desvalorizado em um mundo no qual o dinheiro é o representante do valor. Como visto, no entanto, a partir de Horkheimer e Adorno (2006[1944]), a desvalorização do trabalho das mulheres, chamado aqui de reprodução social, já se dá em outros momentos históricos e em outros sistemas de produção e está relacionada à sua ligação com a natureza, imposta socialmente. Essa ligação incumbiu à mulher a condição de reprodutora da espécie, encarregada do cuidado das/os filhas/os, em oposição ao homem que desafia e domina a natureza a partir da razão.

O trabalho de cuidado, relacionado à reprodução social que possibilita a produção e a dominação da natureza pela civilização ocidental, estaria vinculado à afetividade, e não à razão⁶; à sensibilidade e à receptividade, e não ao domínio. Ao contrário, o trabalho de produção, que desde sua gênese se relaciona ao domínio da natureza e em vários sistemas de produção da vida, como o feudalismo e o capitalismo, significa o domínio de um indivíduo sobre o outro, está vinculado à agressividade, à repressão. “Em contrapartida ao caráter masculino da cultura, o ‘eterno feminino’ é o representante da receptividade, da sensibilidade, da não-violência, da ternura – qualidades incompatíveis com a sociedade produtivista, agressiva e competitiva” (MATOS, 1997, p. 70)

⁵ Assim, utilizaremos aqui o conceito apresentado por Fraser (2014) de reprodução social para pensar em termos de sistemas de produção, e não somente em relação ao capitalismo.

⁶ A razão a que me refiro é a razão instrumental, comprometida com a dominação, e não a razão crítica que se realiza como pensamento livre, de acordo com Horkheimer e Adorno (2006[1944]).

De acordo com Matos (1997), essa construção do feminino ligada à afetividade é incompatível com os valores capitalistas da produtividade, que estariam relacionados com a racionalidade instrumental, com a dominação, com a produção, e vinculados à masculinidade. Para a autora, o não-trabalho, o que estamos chamando aqui de reprodução social, seria o tempo da fruição do prazer e simbolizaria a vida enquanto o trabalho, vinculado à produção, à agressividade, simbolizaria a morte. A autora estabelece essas correlações entre feminino e masculino a partir da leitura do antropólogo Pierre Clastres. Em seu livro “O infortúnio do guerreiro selvagem”, o autor, segundo Matos (1997), indica ser a guerra o atributo essencial do masculino primitivo e resgata a relação entre guerra e morte, indicando o guerreiro como um ser-para-a-morte. Já a feminilidade, para o autor, estaria atrelada primeiramente à figura da maternidade, à geração de vida, sendo a mulher um ser-para-a-vida.

Essas vinculações simbólicas do feminino e do masculino se correlacionam com os conceitos de produção e reprodução de Fraser (2014). Essa conexão se dá a partir da descrição feita pela autora do modo como as relações econômicas de produção se dão no capitalismo, e da maneira como a reprodução social se dá nesse sistema. De acordo com a autora, a reprodução social não se configura de modo mercantilizado como a produção, mas sim tende a engendrar ideais de cuidado, responsabilidade mútua e solidariedade, mesmo que não plenamente. Dessa maneira, essa esfera de relações no capitalismo estaria sendo construída pelos ideais circunscritos ao feminino, e não ao masculino, produtivista. Apesar dessa convergência entre as autoras, elas divergem no que diz respeito à função do trabalho reprodutivo: o que para Matos (1997) é uma possibilidade de resistência ao sistema capitalista, para Fraser (2014) possibilita que a produção econômica funcione nesse sistema. Ambas, no entanto, me parecem contribuir para a valorização do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente pelas mulheres e sua lógica dissonante da lógica capitalista.

Essas simbologias do feminino e do masculino e os papéis sociais que delas derivaram não se circunscrevem somente à mulher e ao homem, mas se entrecruzam, podendo ser incorporadas por cada um/a deles/as. Já há muito tempo no capitalismo, a mulher branca foi incorporada ao sistema produtivo e o homem tem também recentemente se ocupado do cuidado. Essas mudanças significativas para a vida das mulheres em sociedade e sua condição de opressão se deram tanto a partir de transformações sociais – como a revolução industrial e os períodos de pós-guerra que incluíram as mulheres no mundo do trabalho, não sem explorá-las – quanto a partir da luta feminista que reivindicou os direitos civis das mulheres, como o

direito ao voto, ao divórcio etc. Tais lutas possibilitaram às mulheres o reconhecimento social como cidadãs de direitos e alguma conquista por independência financeira, o que no capitalismo significa sair de uma condição de dependência e tutela dos homens.

Essas condições e conquistas foram vividas principalmente por mulheres brancas. Não se aplicam à história das mulheres negras, que muito antes das brancas foram obrigadas a trabalhar em condições agudas de exploração no período da escravização. Sua condição de opressão e controle, diferentemente da condição das mulheres brancas que estava ligada ao poder pátrio familiar, foi, no período da escravização, institucionalizada por meio da transformação da mulher negra em mercadoria. De acordo com Davis (2016[1981]), as mulheres negras foram definidas pelo processo de escravização como propriedade, unidades de trabalho lucrativas que deviam trabalhar integralmente para seus proprietários e apenas no restante do seu tempo eram ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa. (STAMPP APUD DAVIS, 2016[1981]). Além da exploração do trabalho, eram também exploradas sexualmente pelos senhores, quando conveniente a eles.

Estavam submetidas, portanto, a outro grau de dominação e exploração, distinto das mulheres brancas que eram confinadas ao trabalho doméstico de cuidado. As mulheres negras eram obrigadas a realizar trabalhos árduos, assim como os homens negros escravizados o faziam, e ainda sofriam com o abuso sexual, do qual os homens eram poupados. Quando falamos de mulheres nesta pesquisa, estamos nos referindo a imagens e papéis sociais que foram imputados tanto às mulheres brancas quanto às mulheres negras, no entanto, a dominação e exploração vivida por cada grupo étnico-racial na história guarda muitas diferenças.

Collins (2016) traz uma entrevista feita com Nancy White para discutir a diferença entre a exploração imposta à mulher branca e à mulher negra. De acordo com ela, White defende que a diferença do controle das imagens da mulher negra e da branca se dá como sendo de grau e não de tipo, demonstrando que há ao mesmo tempo identidade e diferença:

Minha mãe costumava dizer que a mulher negra é a mula do homem branco e que a mulher branca é o seu cachorro. Agora, ela disse isso para dizer o seguinte: nós fazemos o trabalho pesado e apanhamos, quer façamos um bom trabalho ou não. Mas a mulher branca está mais próxima do patrão, e ele faz um carinho em sua cabeça e a deixa dormir dentro de casa, mas não vai tratar nenhuma das duas como se estivesse lidando com uma pessoa (GWALTNEY APUD COLLINS, 2016).

Diante dessa analogia, podemos constatar uma identidade na objetificação tanto das mulheres brancas como das mulheres negras: as duas têm seu estatuto de sujeito retirado pela sociedade patriarcal pela sua ligação com a natureza construída pela civilização ocidental, que as submete à dominação. Porém, sempre houve uma grande diferença de grau em relação à exploração vivida pela mulher negra, que por séculos foi escravizada e viveu, e ainda vive, para além da dominação de gênero, a dominação racial. Segundo hooks (2029[1989]), apesar de não vivermos mais a realidade da escravização, do *apartheid* racial, vivemos diante de uma realidade de dominação, na qual as instituições sociais reproduzem valores e crenças sustentadas pela ideologia da supremacia branca.

Uma vez que é reproduzida pelas instituições sociais, a ideologia racista pode ser entendida como estruturante das relações sociais e, por conseguinte, internalizada pela maior parte das pessoas em graus diversos. De acordo com hooks (2019[1989]), pessoas negras, por meio do processo educativo, internalizam pressupostos sustentados pela ideologia da supremacia branca, muitas vezes “agindo em cumplicidade com as próprias forças de dominação que ativamente oprimem, exploram e negam à vasta maioria de nós [pessoas negras] acesso a uma vida que não seja prejudicada por pobreza brutal, desumanização, alienação extrema e desespero.” (HOOKS, 2019[1989], p. 141).

Dessa maneira, é necessário ressaltar que o racismo e o sexismo perpassam também as mulheres, que, apesar de sofrerem com esses processos de dominação, podem e muitas vezes reproduzem essa dominação nas suas relações com pessoas negras e mulheres. Segundo hooks (2019[1989]), é muito necessário que o pensamento feminista não recaia em uma essencialização do masculino e do feminino, colocando o homem como naturalmente violento e a mulher como naturalmente frágil, por exemplo, já que essa essencialização escamotearia a realidade: mulheres muitas vezes são também violentas, por exemplo, com seus filhos e filhas ou com outras mulheres, como o são mulheres brancas ao apoiar a manutenção do racismo e do imperialismo.

Para hooks (2019[1989]), as teorias feministas, que por muito tempo foram embranquecidas e universalizaram a realidade de dominação sofrida pelas mulheres brancas, devem revisar e criticar esse posicionamento teórico e seus desdobramentos práticos, referentes à luta. Essa revisão deve reconhecer, segundo a autora, que o machismo, o racismo e a exploração de classe constituem sistemas integrados de dominação: “(..) – de que sexo, raça e classe, e não somente sexo, determinam a natureza da identidade, do status e da

circunstância de qualquer mulher, o grau em que ela será ou não dominada, o quanto ela terá ou não poder para dominar” (HOOKS, 2019[1989], p. 63). A autora traz, então, uma análise teórica que corresponde à interseccionalidade, sistema conceitual utilizado por um campo do pensamento feminista que considera a necessidade de analisar a realidade considerando as estruturas de dominação e seus intercruzamentos.

Collins (2016) também utiliza a interseccionalidade como lupa para seus desenvolvimentos teóricos, trazendo a tripla condição de dominação enquanto uma natureza interligada da opressão que diz respeito à condição da mulher negra. Essa condição deve ser analisada, segundo ela, sem priorizar nenhuma dessas condições de opressão como causa das outras, e o que deve ser evidenciado para a pesquisa é a interligação das três. Ao analisar essa interligação das opressões, hooks (2020[1984]) desenvolveu a hipótese de que todas elas operam a partir da dualidade, que “constitui um componente ideológico central de todos os sistemas de dominação da sociedade ocidental” (HOOKS, 2020[1984], p. 63). Dualidades como branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, como as que apontamos neste trabalho entre civilização/natureza, racionalidade/irracionalidade.

Collins (2016), apoiada em hooks (2020[1984]), denomina esse constructo da dualidade como constructo da diferença dicotômica por oposição. Segundo ela, ele possui três características: constrói uma categorização de ideias, pessoas e coisas em termos de suas diferenças; essas diferenças não são complementares, mas sim opostas entre si; e a mais importante delas, para a autora, é que essas diferenças são instáveis, isto é, pendem para um dos lados, como, por exemplo, os/as brancos/as são superiores aos/às negros/as, os homens às mulheres, a civilização à natureza. Desta maneira, as imagens e papéis sociais a que foram vinculadas as mulheres historicamente obedecem a esse constructo. Não há complementaridade, não há igualdade na diferença, mas sim um dos lados é valorizado enquanto o outro é dominado. Por isso, a reprodução social é desvalorizada, e quase invisibilizada, pois está em um dos lados da dualidade produção/reprodução social.

Fraser (2014) defende ser a discussão sobre reprodução social a morada escondida em Marx, e podemos encontrar esse apontamento também na leitura de Federici (2017[2004]), que indica que o trabalho reprodutivo não foi devidamente discutido por ele nem por Engels em seu livro *A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*. De acordo com Federici (2017[2004]), determinada valorização dada aos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo, mesmo que acompanhadas de duras críticas às condições a partir das quais

esses avanços foram conquistados, não prosseguiriam se os autores houvessem olhado a história pela perspectiva das mulheres, das/os negras/os e das/os indígenas, uma vez que esses avanços só foram possíveis à custa da inferiorização e exploração das mulheres, da escravização das/os negras/os e da colonização das/os indígenas. Segundo Federici (2017[2004]), a leitura marxiana de que o avanço do capitalismo geraria a possibilidade da libertação da humanidade a partir da revolução liderada pelo proletariado e da instauração de um estado socialista estaria equivocada, uma vez que, historicamente, o que vemos é um constante retrocesso aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva. Qualquer nível de liberdade já alcançado pelos homens a partir do capitalismo só foi possível a partir de uma grande opressão vivida pelas mulheres, negras/os, indígenas e outras pessoas não brancas.

A construção da civilização pelo homem só tem sido possibilitada, portanto, pela dominação, em especial das mulheres, esse outro primevo imbuído de um elo mais próximo da natureza, mas que não é o único sujeito histórico da dominação. A partir de um processo parecido com o que a psicanálise conceitua como projeção, o homem imprime na mulher aquilo que não aceita ter em si: natureza. Constrói-se então a ideia, no decorrer da história, a partir da moral e da religião, de que a mulher deve ser dominada e controlada para que não ofereça perigo à racionalidade do homem, necessária para a produção da existência, nos termos do pensamento ocidental. “Ela [a mulher] passou a encarnar a função biológica e tornou-se símbolo da natureza, cuja opressão é o título de glória dessa civilização (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944], p. 203)

A mulher, uma vez que deve ser dominada, sofre inúmeras formas de repressão pelo homem e pela sociedade. Segundo Duarte (1993), a mulher, ao representar a natureza a ser controlada, deve ser dócil, domesticada, “mansa” como um animal que foi dominado pelo homem, já que seu oposto, a mulher vívida, a que protesta, representaria uma natureza não controlada, lembrando ao homem sua falha em controlar a natureza em si mesmo.

A imagem da mulher vívida, que expõe sua sensualidade, seu desejo sexual e natureza indômita, é relacionada pela cultura à puta. Este tipo de mulher é aquele que, apesar de realizar os desejos sexuais dos homens, oferece perigo para a dominação da sua natureza por meio da racionalidade. Horkheimer e Adorno (2006[1944]) exemplificam essa imagem de mulher a partir do mito de Circe na Odisseia. Circe, na mitologia, era uma deusa que induzia os homens a se deitarem com ela e após a relação sexual transformava-os em animais, seus servos. Circe oferece perigo, pois, ao tirar do homem sua autonomia e sua humanidade, ao

fazê-lo escravo, ocupa o lugar de senhora, oposto ao que para o homem deve ser o lugar da mulher, que não deve ocupar a posição de dominadora, mas sim de dominada.

A outra imagem construída pelo poema épico é a da mulher recatada e domesticada. Essa imagem é desenvolvida a partir da figura da esposa de Ulisses, Penélope, que espera pela volta dele da guerra de Tróia por vinte anos em casa, recatada e domesticada. Essas duas imagens da mulher – a recatada, domesticada e a prostituta, puta, objeto sexual e perigosa – são produzidas pelo homem e por ele controladas. Horkheimer e Adorno (2006[1944]) utilizam a mitologia como meio para o esclarecimento sobre a sociedade ocidental e suas raízes de dominação. Para eles, a mitologia nos ajuda a entender as bases constitutivas da sociedade burguesa.

Essas duas imagens de mulher não necessariamente são imputadas a todas as mulheres de forma uniforme. De acordo com Collins (2006), a mulher negra é identificada a uma natureza emocional, passional, e isso é utilizado como justificativa para sua exploração sexual; Já a mulher branca tem sido historicamente identificada com uma imagem de pureza, recato, virgindade, tendo sua sexualidade reprimida. Poderíamos, então, relacionar essas imagens criadas pelo poema épico de Homero com as imagens das mulheres negras e brancas na sociedade. A mulher negra tem sido em grande parte identificada à figura de Circe enquanto a mulher branca, à figura de Penélope, pois historicamente a mulher negra tem sido mais sexualizada, ao passo que a mulher branca sofre uma maior repressão de sua sexualidade – o que não exclui um intercruzamento dessas vivências entre as mulheres.

No mito de Circe, Ulisses acaba por vencer o perigo, resistindo à magia da deusa e permanecendo homem mesmo depois de se deitar com ela; consegue convencê-la do sexo por meio de um contrato que o poupa da transformação. A partir desse mito e da figura de Penélope é que, segundo Horkheimer e Adorno (2006[1944]), configura-se a dupla imagem da mulher presente na sociedade burguesa: a sedutora irresistível, que é ao mesmo tempo impotente face ao poder representado pelo homem, e a mulher recatada e submissa. Nos dois casos a sexualidade da mulher é dominada pelo homem, controlada e manipulada para atender seus desejos.

A dominação da sexualidade da mulher é ao mesmo tempo a dominação do seu corpo. O corpo possui um vínculo simbólico direto com a natureza, pois representa para o homem sua condição de dominado por ela. A natureza humana é ligada impreterivelmente à morte, e

como não é possível ter controle sobre a morte, o corpo, por ser efêmero, relembra constantemente ao homem sua finitude, o controle que a natureza exerce sobre ele, o limite imposto por ela ao seu domínio. E, por isso, o corpo deve também ser dominado, controlado. Ele, com seus instintos e desejos, oferece perigo constante para a condição de dominador.

Na sociedade capitalista, entretanto, esse controle sobre o corpo ganha novas formas e se intensifica através das relações de produção. De acordo com Horkheimer e Adorno (2006[1944]), a partir da organização do trabalho no capitalismo, principalmente na fase industrial, o desfrute do corpo e seus prazeres é entendido como um empecilho para a construção da força bruta necessária à produção. A fim de que a energia e a força do corpo fossem utilizadas unicamente para o trabalho, sua manipulação em prol da obtenção do prazer era reprimida, contida, para seu ajustamento. No entanto, ao ser meio para o prazer, não deixa de ser desejado, como Freud nos apontou. O desejo não desaparece, se torna inconsciente. “O corpo se vê de novo como escarnecido e repellido como algo inferior e escravizado, e, ao mesmo tempo, desejado como o proibido, reificado, alienado” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944], p. 191).

Desta maneira, a utilização do corpo para o prazer sexual continua a ser desejada pelas pessoas, ainda que o corpo seja atrelado à ideia de “mal” pela moral e religião e reduzido, em termos sexuais, a meio para a reprodução da sociedade. O cristianismo, de acordo com Horkheimer e Adorno (2006[1944]), propaga o enaltecimento do trabalho necessário para a reprodução do capitalismo e define o corpo como fonte de todo o mal quando usado para o prazer, e não para o trabalho ou para a reprodução.

O sexo, como caminho para alcançar o prazer através do corpo, é então reprimido pela moral e pela religião e visto como uma ameaça ao sistema, dado que se coloca entre a força de trabalho (composta pelo corpo) e a produção do capital. As repressões da sexualidade humana fazem parte, então, da repressão primeva ao corpo. No entanto, essa repressão e o recalque da sexualidade não se dão de igual maneira para a mulher e para o homem. Pela condição imposta como representante da natureza, a mulher é tida como uma representação muito mais direta do corpo e da sexualidade, daquilo que deve ser domesticado no homem.

Federici (2017[2004]), em seu livro *Calibã e a bruxa*, também discute a repressão à sexualidade e sua intensificação com o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com a autora, a mulher e sua sexualidade passam a ser uma ameaça para o controle do homem de si

mesmo, um risco para a organização social do trabalho que dependia da internalização do controle do corpo pelos homens para o desenvolvimento do capitalismo. Para obter a máxima exploração do proletariado era necessário que os homens desenvolvessem um alto controle do seu corpo afim de que toda sua energia estivesse destinada ao trabalho. Segundo a autora, na Inglaterra e na França do século XVI, introduziram-se legislações sociais que proibiam jogos e a bebida, estipulando castigos à nudez e outras formas de expressão sexual e sociabilidade consideradas improdutivas, e fecharam-se tabernas e banhos públicos, por exemplo. O corpo tinha de ser transformado em máquina para o trabalho; era entendido como um recipiente de força de trabalho e tinha de ser controlado, e esse controle era ameaçado pela sexualidade, pelo desejo sexual. A mulher, como maior representante da sexualidade, objeto sexual, entendida como o maior dos riscos ao controle do corpo, devia ser controlada.

Por isso, uma mulher sexualmente ativa constituía um perigo público, uma ameaça à ordem social, já que subvertia o sentido de responsabilidade dos homens e sua capacidade de trabalho e autocontrole. Para que as mulheres não arruinassem moralmente – ou, o que era mais importante, financeiramente – os homens, a sexualidade feminina tinha que ser exorcizada. (FEDERICI, 2017[2004], p. 343)

De acordo com Federici (2017[2004]), a repressão à sexualidade da mulher e a opressão à mulher mesma e a seus conhecimentos se agravou com o desenvolvimento do capitalismo. Segundo ela, a mulher viveu um determinado período de reconhecimento social pelos seus conhecimentos relativos ao corpo e à cura, e uma maior liberdade no que tange à sexualidade até meados do século XVI. Dali em diante, a Europa viveu uma crise populacional com a diminuição drástica do seu contingente populacional, o que promoveu o controle do Estado sobre a reprodução, isto é, sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Segundo a autora, somada a essa crise se deu a formação do capitalismo com uma crescente privatização da propriedade, trazendo consigo a preocupação dos homens pela paternidade e herança.

Com o desenvolvimento do capitalismo, passou-se a atribuir, segundo Federici (2017[2004]), maior importância à família e sua reprodução, uma vez que era por meio dela que se podia reproduzir uma maior quantidade de força de trabalho para o capital. Assim, quaisquer conhecimentos adquiridos pelas mulheres sobre seu próprio corpo e formas de intervenção na gravidez passaram a ser proibidos pelo Estado. O processo de maior controle do Estado sobre as mulheres e seus corpos foi grande promotor do fenômeno de perseguição e assassinato em massa de mulheres, o que conhecemos como caça às bruxas. Para a autora, esse processo significou o começo de um longo período em que o sexo foi obrigado a se

tornar limpo e acontecer entre quatro paredes no interior das famílias; ao mesmo tempo, para a mulher significou uma transformação de sua atividade sexual em trabalho a serviço dos homens e do capital.

A caça às bruxas não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual, que ajustada à boa disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho. (FEDERICI, 2017[2004], p. 350)

Nesse período, não por acaso, a bruxa foi relacionada à bestialidade, novamente à natureza, sendo também um momento de maior desvalorização do animal com a crescente ideologia da racionalidade. Por isso, de acordo com a autora, a mulher foi colocada em uma encruzilhada entre o homem e o animal, ocupando um lugar entre a racionalidade e a bestialidade, pendendo para a última, e a sexualidade, por sua vez, foi também associada à animalidade. A valorização passou a ser da reprodução, e não do sexo; o prazer, advindo do sexo, passou a ser repudiado. Dessa forma, a prostituta, que antes tinha uma imagem positiva por realizar um serviço social, passou a ser perseguida, uma vez que representava o sexo não-procriativo, o sexo pelo prazer.

Segundo Federici (2017[2004]), a prostituta só poderia sobreviver e continuar a servir aos homens, embora clandestinamente, desde que tivesse sido queimada mil vezes na fogueira, isto é, as bruxas, personificações do mal nesse período, tinham que ser queimadas para que também simbolicamente as prostitutas o fossem. Não devemos excluir, porém, a queima de prostitutas também enquanto bruxas, pois a bruxaria estava ligada não só à sexualidade da mulher, mas também ao conhecimento e à autonomia em relação a seu corpo. A autora sublinha que nesse período o dogma bíblico relacionou a sexualidade com o conhecimento a partir das imagens da cópula das bruxas com o diabo, o que indicaria a obtenção de conhecimento sujo e proibido:

A bruxa era o sujeito social mais perigoso, uma vez que (na visão dos inquisidores) era menos controlável; era ela que podia dar dor ou prazer, curar ou machucar, misturar elementos e acorrentar a vontade dos homens; podia até mesmo causar dano com seu olhar, um malocchio (“mau-olhado”) que supostamente, podia matar. (FEDERICI, 2017[2004], p. 355)

No entanto, o desejo pelo prazer como finalidade do sexo perdurou e, por isso, as prostitutas sobreviveram, para que satisfizessem os desejos clandestinos dos homens. Assim, ainda que nesse período a sexualidade em si tenha sido reprimida, a condição da mulher foi de maior opressão, uma vez que essa repressão significou um assassinato em massa de seu

gênero, e para o homem uma manutenção, mesmo que clandestina, da satisfação de seus desejos à custa das mulheres.

Nesse período da história, a eterna dualidade da mulher foi reafirmada e reestruturada. Ela representou, para o homem, aquilo que deve ser domesticado e também aquilo que promove prazer, tal como o corpo. Seu corpo e sexualidade são, dessa forma, direcionados a duas posições na sociedade, a do recato, pela repressão, e a da sensualidade, pela exploração. As duas imagens promovem a opressão da mulher, dado que partem da visão e imposição masculina e promovem a exploração do seu corpo: “O caráter feminino e o ideal da feminilidade, segundo o qual ele é modelado, são produtos da sociedade masculina” (ADORNO, 2001[1951], p. 94). Qualquer imagem da mulher que seja construída pelo homem e determine a existência dela tem sua gênese no tolhimento da possibilidade de a mulher determinar a si mesma. Essas imagens são opressivas em sua origem.

A determinação da mulher pela sociedade masculina, que resulta na dominação, estaria ligada, então, ao “risco” que as mulheres oferecem aos homens a partir da sua conexão com a natureza, entendida pelos homens através da maternidade, do seu corpo e da sua sexualidade. O risco, ou tentação, que as mulheres oferecem é o contato do próprio homem com sua natureza, seu corpo, sua sexualidade, seu desejo, já que são entendidas como inimigas da razão, como fraqueza de espírito e obstáculo para a autonomia. “Extirpar inteiramente a odiosa, irresistível tentação de recair na natureza, eis aí a crueldade que nasce na civilização malograda, a barbárie, o outro lado da cultura” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944]). A autonomia só poderia ser conquistada, segundo a lógica masculina da racionalidade que embasa a sociedade capitalista e o ideal burguês, com a autocontenção, a repressão dos impulsos sexuais e da natureza interna. Essa autocontenção, no entanto, é exercida por meio da dominação do outro, e pouco pela repressão dos impulsos sexuais, uma vez que, como vimos, mesmo diante de um alto grau de repressão sexual, como no período de constituição do capitalismo, o sexo seguia liberado aos homens pela manutenção da prostituição das mulheres, ainda que de forma clandestina.

Curvar-se aos prazeres e desejos, de acordo com a ideologia da racionalidade instrumental da civilização ocidental, seria regredir à menoridade, à infância, tempo em que a criança ainda goza da fantasia de onipotência, desconhecendo limites, de acordo com os estudos psicanalíticos freudianos, embora se encontre em estado de total dependência dos adultos. Esse estado de dependência em relação ao outro (que no caso da infância é a mãe ou

sua/seu substituta/o) é repudiado pela sociedade patriarcal e capitalista, de acordo com Benjamin, J. (1988). O cuidado e o vínculo, que constituem a relação entre a figura materna e o bebê, são desvalorizados por uma sociedade que prima pela frieza, pela competição, pelo sucesso individual. Segundo a autora, Marcuse indica que a negação da dependência diante do outro é central para o ideal burguês de indivíduo liberto; para ele, a autossuficiência e a independência diante de qualquer outriedade seria a única garantia para liberdade do sujeito. “Aquele que não é dependente de nada nem de ninguém, aquele que possui a si mesmo, é livre (...)” (Marcuse apud BENJAMIN, J., 1988, p. 132, tradução minha).

A individualidade autônoma é entendida, então, como aquela que é livre da relação de necessidade com o outro, o “*self-made man*” cultuado pela sociedade capitalista, que se fez sozinho e não depende de ninguém. O homem, nesse caso, deve ser independente, forte, senhor de si mesmo, dominar a si mesmo e seus impulsos, dominar o outro para benefício próprio e dominar a natureza na intenção de alcançar a maior das vitórias: vencer a morte. Com medo de retornar à onipotência infantil, é justamente esse estágio que ele alcança, como regressão. Que contradição! O medo da aniquilação do sujeito senhor de si mesmo, do eu independente freudiano, seria o mesmo medo ante a aniquilação pela natureza:

O medo de perder o eu e o de suprimir com o eu o limite entre si mesmo e a outra vida, o temor da morte e da destruição, está irmanado a uma promessa de felicidade, que ameaçava a cada instante a civilização. O caminho da civilização era o da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação não brilha senão como mera aparência, como beleza destituída de poder. (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944], p. 39).

Winnicott (1999[1950]) nos ajuda a entender essas conexões entre o medo e a dependência e como ela motiva a dominação das mulheres. De acordo com ele, a dominação, que é presente em grande parte das civilizações, seria resultante de um medo inconsciente da MULHER⁷ que todas as pessoas teriam. Esse medo teria como origem a dependência absoluta que todos tiveram de uma MULHER nos momentos iniciais da vida, deixando nas pessoas um sentimento de débito. Ela teve poder absoluto por um tempo na vida infantil, podendo prover ou fracassar nos cuidados que promovem a constituição saudável do *self*. Esse medo é universal, segundo o autor, variando somente em grau, uma vez que todos nasceram do útero de uma mulher e em sua maioria receberam os primeiros cuidados que os mantiveram vivos de uma mulher. (WINNICOTT, 1999[1964])

⁷ Winnicott(1999[1950]) utiliza a grafia MULHER para se referir a esse conceito da mulher mãe universal.

Esse medo da MULHER é um poderoso agente da estrutura da sociedade, responsável pela mulher manter as rédeas políticas em muito poucas sociedades. Também é responsável pelo enorme volume de crueldade contra as mulheres, que pode ser encontrado em costumes aceitos em quase todas as civilizações. (WINNICOTT, 1999[1950], p. 263)

O autor relaciona esse medo da MULHER com a procura das pessoas por um ditador, ou poderíamos pensar também em figuras autoritárias, pois a dominação realizada por uma figura conhecida/admirada encobriria esse medo, sobretudo quando a figura escolhida toma como encargo “personificar e limitar as qualidades mágicas da mulher todo-poderosa da fantasia, que é credora de um imenso débito. O ditador pode ser derrubado, e eventualmente pode morrer; mas a figura feminina da fantasia inconsciente primitiva não tem limites para sua existência ou poder” (WINNICOTT, 1999[1950], p. 264, 265).

O medo que Winnicott (1999[1950]) menciona, que justificaria que as pessoas sigam um líder autoritário, resultando em uma postura submissa diante do poder autoritário e que também é base para a crueldade contra as mulheres e sua dominação, me parece ser o mesmo medo que resulta na dominação da natureza. Segundo Horkheimer e Adorno (2006[1944]), frente ao medo da aniquilação ante o poder da natureza, os homens empregariam um esforço para conhecê-la e, assim, dominá-la: “No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investilos na posição de senhores” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944]). Perante o poder da MULHER, na relação mãe e bebê, e da natureza, na nossa existência, o homem teria medo de sua vulnerabilidade e dependência. E para se defender desse medo nega sua vulnerabilidade através do exercício da dominação sobre o outro.

De acordo com Horkheimer e Adorno (2006[1944]), o esclarecimento tem como fim o domínio da natureza desconhecida e poderosa para a autoconservação do homem. O saber, que segundo eles é poder, é patriarcal; não tem barreiras e serve como instrumento de opressão e exploração do outro a serviço do capital: “O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente ela e aos homens” (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944]). Por mais que tenha nos garantido anos de existência e sobrevivência perante os perigos que a natureza nos impõe, o esclarecimento também produziu a destruição dela, que é matéria de nossa existência, e dos seres humanos que destroem ao outro e a si mesmos. O esclarecimento, para os autores, é em si contraditório e dialético, ora a favor da vida, ora a favor da morte.

Com o desenvolvimento do sistema econômico, no qual o domínio do aparelho econômico por grupos privados divide os homens, a autoconservação confirmada pela razão, que é o instinto objetualizado do indivíduo burguês, revelou-se como um poder destrutivo da natureza, inseparável da autodestruição. (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944], p. 78).

O esclarecimento, que deveria ter como fim a autoconservação opera através da racionalidade instrumental para a destruição dos homens e de todos que estão sob seu domínio. O conhecimento sobre a natureza, a vida, as pessoas, as relações, é então permeado pela finalidade da dominação. As mulheres, alvos centrais desse processo, têm sua existência descrita através desse prisma. Aquilo que historicamente foi escrito sobre elas o foi majoritariamente com essa finalidade, uma vez que o domínio do conhecimento também tem sido sobretudo masculino. De acordo com Beauvoir (2016[1949]), legisladores, filósofos e escritores asseguraram que a condição de submissão da mulher, que segundo a religião era vontade dos deuses, fosse também mantida na sociedade concreta. À mulher sempre esteve reservado um lugar secundário, de subserviência ao homem, considerado dotado de poder e direito a partir de um entendimento religioso e biológico das relações de gênero. As religiões, segundo a autora, promoveram o domínio do homem sobre a mulher a partir das lendas de Pandora e Eva⁸, e a biologia a partir da lei do mais forte.

Segundo Beauvoir (2016[1949]), a mulher tem sido pensada através do entendimento masculino por toda a construção do conhecimento desde Platão; à mulher sempre foi imposta a condição de outro no mundo, a ela era dado o lugar de objeto, o qual tem sua consciência regida por uma consciência “maior” e “soberana”, a masculina. A mulher, na concepção do homem, não teria, na condição de objeto, capacidade para pensar e ditar as condições da sua própria existência. “A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (BEAUVOIR, 2016[1949], p. 12)

Hooks (2019[1989]) explicita que na relação entre dominador e dominada, sujeito e objeto, o sujeito tem o direito, a possibilidade de definir a si mesmo e sua realidade, a estabelecer sua identidade e nomear sua história; já o objeto tem sua realidade e identidade definidas por outros, “sua história somente é nomeada de maneiras que definem sua relação com aqueles que são sujeitos” (HOOKS, 2019[1989], p. 100). Para Kilomba (2019[2008]), sujeito, pelo menos idealmente, é somente aquele que é reconhecido política, social e

⁸ Pandora é considerada, na mitologia grega, a primeira mulher do gênero humano, criada a partir de um pedido de Zeus com a finalidade de agradar aos homens (BULFINCH, 2002). E Eva, de acordo com o mito cristão, foi criada por Deus a partir da costela de Adão, um homem.

individualmente pelo seu contexto social e se identifica e se considera reconhecido. (Mecheril apud Kilomba, 2019[2008]). As mulheres, suas definições, sua história, são construídas em relação ao homem, sujeito⁹, e por ele determinadas, não sendo reconhecidas socialmente, portanto, enquanto sujeitos.

Enquanto objetificadas, tendo sua autodeterminação negada, às mulheres foram impedidas a fala e a escrita, historicamente, principalmente sobre si mesmas e sobre sua condição. De acordo com hooks (2019[1989]), o silêncio é a marca da dominação, da exploração e da desumanização, e as mulheres têm sido silenciadas, a elas não tem sido permitida a fala que coloca a si mesma no discurso. Diante do homem-sujeito fomos ensinadas a não falar desde crianças, primeiro perante a figura masculina mais próxima, o pai, e depois, na vida das mulheres, essa figura é encarnada por inúmeras figuras de poder masculinas. Para a autora, o silêncio é um gesto de submissão e proteção, uma vez que a mulher é muitas vezes punida por falar, seja essa fala crítica ou não ao homem. Segundo ela, pesquisas feministas trazem muitos relatos autobiográficos de mulheres que foram punidas por homens simplesmente por falarem: “É como se o próprio ato da fala, no qual uma mulher conversa com um homem carregasse um desafio, uma ameaça à dominação masculina” (HOOKS, 2019[1989], p. 263).

Desse modo, a fala da mulher sobre si mesma e sua condição é impedida, seja de forma mais direta, como relatada por bell hooks, ou na forma de produção de conhecimento. Se a fala das mulheres nas relações interpessoais já é vista como uma afronta para os homens, imagine quando elas se rebelam a ponto de se eternizarem na escrita desvendando os processos de dominação para outras mulheres? “O ato de falar é uma forma de a mulher chegar ao poder, contar nossas histórias, compartilhar a história, envolver-se na discussão feminista” (HOOKS, 2019[1989], p. 265).

Como suas histórias têm sido contadas sobretudo por homens, a concepção de fraqueza e inferioridade imposta às mulheres se perpetua na história do conhecimento, e as mulheres ficam muitas vezes impedidas de se contrapor ou, quando o fazem, são reiteradamente invisibilizadas. A maior visibilidade de mulheres que produziram

⁹ Ainda que em relação às mulheres o homem ocupe um lugar de sujeito, isto é, define a si mesmo e sua história, e é política, social e individualmente reconhecido enquanto tal, sua qualidade de sujeito autônomo também está comprometida na sociedade capitalista, ainda que em menor grau em comparação às mulheres.

conhecimento sobre as condições de dominação de gênero que temos hoje só se deu diante da luta concomitante do movimento feminista que, ao pleitear relações igualitárias de gênero, objetiva também desvendar as raízes e as formas da dominação das mulheres.

Por muito tempo na história a realidade analisada pelo conhecimento era a dos homens. Eles eram considerados o sujeito universal, tanto que a palavra “homem” foi, e segue sendo, no campo da produção do conhecimento, sinônimo de ser humano. Quando eles escreveram sobre as mulheres e sua condição de existência, em grande parte foi para instituir ou reproduzir o lugar de inferioridade delas. Dentre os autores homens que analisaram a condição das mulheres, houve aqueles, porém, que contribuíram para um melhor entendimento da opressão das mulheres. Como exemplo, temos os autores utilizados nesta pesquisa para analisar o tema da dominação, Adorno, Horkheimer, Freud, Ferenczi e Winnicott. No entanto, cada um deles, se nos ajuda a desvendar o processo de dominação das mulheres, também a reproduz de formas diversas. Todos, por exemplo, utilizam o homem como termo universal e quando analisam as mulheres o fazem em relação aos homens, acabando por reproduzir, cada qual à sua maneira, uma desvalorização social das mulheres ao eleger os homens como principais objetos de análise. Não adentrarei na crítica de cada um deles¹⁰, tampouco de seus posicionamentos que reproduzem o machismo estrutural, uma vez que não é esse meu tema de pesquisa; no entanto, os utilizo aqui naquilo que nos auxiliam na compreensão da temática e sigo para além deles me apoiando em mulheres, autoras, feministas que se debruçaram sobre a questão da dominação das mulheres, para que possa melhor me aproximar de algumas respostas a minhas perguntas.¹¹

Deter-me-ei, porém, a um breve¹² apontamento sobre Freud, uma vez que, como fundador da psicanálise, campo do conhecimento que será muito utilizado como base para a questão central da pesquisa, seu posicionamento em relação às mulheres muito nos interessa, tanto para entender a problemática da dominação como para analisar as consequências para o

¹⁰ Apresentarei, no entanto, no decorrer da tese, alguns apontamentos breves sobre cada autor e suas limitações, ao meu ver, diante da temática da dominação das mulheres.

¹¹ Importante ressaltar que a condição para reprodução ou não da dominação das mulheres na produção do conhecimento não está intrinsecamente ligada ao gênero da pessoa, mas sim ao seu olhar e posicionamento político diante da temática. Dessa forma, existiram mulheres, e seguirão existindo, que contribuíram para essa reprodução e homens que a combaterão, ainda que arriscaria dizer que os números são provavelmente muito desiguais em comparação.

¹² Retornaremos a análises críticas do autor no decorrer da tese. No entanto, há uma grande produção teórica de críticas feministas à teoria freudiana; citarei aqui somente algumas autoras do campo psicanalítico caso o/a/e leitor/a/e deseje buscar um aprofundamento da temática: Karen Horney, Juliet Mitchell, Jessica Benjamin.

campo em questão, que muito influencia a cultura ainda hoje. Sigmund Freud é um autor de extrema importância para a análise das repressões da sexualidade humana, da constituição psíquica, e da relação entre elas. Freud foi um homem que se propôs a escutar as mulheres que chegavam adoecidas até ele em busca de tratamento médico e diante dessa escuta, fundou a psicanálise, instituiu a existência do inconsciente e relacionou o adoecimento psíquico à repressão da sexualidade. Na medida em que nos revelou o poder do inconsciente, nos indicou ao mesmo tempo o poder da cultura sobre os indivíduos.

Apesar de reconhecer a condição de extrema repressão pela qual viviam em sua época, contribuindo para uma compreensão da histórica opressão à sexualidade feminina, sua teoria sobre a histeria, que em grande parte é uma teoria sobre o adoecimento das mulheres reproduz o entendimento social machista da inferioridade da mulher. Freud posiciona a mulher, na construção de sua teoria geral, em um lugar secundário. Segundo Beauvoir (2016[1949]), o autor discute a sexualidade feminina a partir das categorias utilizadas para explicar o desenvolvimento psicosssexual masculino, alterando somente alguns traços. Ele tampouco se preocupa, de acordo com a autora, em se aprofundar no estudo do destino da mulher.

Vários desenvolvimentos teóricos do autor demonstram essa tendência de supervalorização do masculino em detrimento do feminino. Por exemplo, a construção de uma das categorias teóricas mais importantes para a psicanálise freudiana, o Complexo de Édipo, na visão de Beauvoir (2016[1949]), dá-se a partir da configuração masculina. O complexo de inferioridade, uma vivência feminina de acordo com a teoria freudiana, é construído a partir do conceito de inveja do pênis, o qual Freud utiliza para explicar um suposto desejo da menina de possuir o pênis. Essa categoria teórica partiria do pressuposto de uma supremacia masculina do desenvolvimento psicosssexual. Dois excertos dos textos freudianos exemplificam essa relação estabelecida pelo autor:

A anatomia reconheceu no clitóris situado no interior da vulva feminina um órgão homólogo ao pênis, e a fisiologia dos processos sexuais acrescenta que esse pequeno pênis, que não aumenta de tamanho, comporta-se na realidade, durante a infância, como um pênis genuíno, torna-se a sede de excitações que fazem com que ele seja tocado, e a sua excitabilidade confere à atividade sexual da menina um caráter masculino, sendo necessária uma vaga de repressão nos anos da puberdade para que desapareça essa sexualidade masculina e surja a mulher (FREUD, 1976[1907], p. 220).

Elas [as meninas] desenvolvem um vivo interesse por essa parte do corpo masculino, interesse que é logo seguido pela inveja. As meninas julgam-se prejudicadas e tentam urinar na postura que é possível para os meninos porque possuem um pênis grande; e quando uma delas declara que ‘preferiria ser um

menino', já sabemos qual a deficiência que desejaria sanar (FREUD, 1976[1907], 221).

Nos dois excertos, Freud (1976[1907]) se refere à sexualidade feminina em comparação à masculina tendo como base a sexualidade do menino. Para Beauvoir (2016[1949]), a ideia de mutilação atrelada ao medo da castração, vivido, segundo o pensamento freudiano, tanto pelo menino quanto pela menina em determinado momento no complexo de Édipo, parte de uma valorização do órgão sexual masculino. Essa valorização, segundo ela, tem base na valorização social da virilidade, e não na simples diferença anatômica.

Não é a ausência do pênis que provoca o complexo, e sim o conjunto da situação; a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo confirma a ideia da superioridade masculina. (BEAUVOIR, 2016[1949], p. 72)

Freud, na concepção de Beauvoir (2016[1949]), constrói toda a teoria da libido a partir do prisma masculino, na medida em que afirma ter a libido uma essência masculina ainda que surja na mulher. Essa constatação tem uma consequência significativa para a leitura da mulher: se a libido, energia das pulsões sexuais, é masculina e é através dela que o homem constrói a cultura pela sublimação dos impulsos sexuais, como terá a mulher essa mesma potencialidade? Para ele, diferenças anatômicas produziriam diferenças no desenvolvimento psíquico das pessoas, de onde se pode concluir que sua visão sobre as potencialidades das mulheres converge com uma leitura de inferiorização da mulher através do olhar biológico. Contemporâneo ao debate feminista pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, o autor se posicionou, em um texto já tardio de sua obra, em discordância com essa luta: “Aqui a exigência feminista de igualdade de direito entre os sexos não vai longe, a diferença morfológica tem de manifestar-se em diferenças no desenvolvimento psíquico. **Anatomia é destino**, podemos dizer, parodiando uma frase de Napoleão” (FREUD, 2011[1925], p. 211, grifo meu).

Embora confira à biologia um papel determinante na constituição psíquica das pessoas ao discutir a sexualidade feminina e as consequências de sua repressão no texto *Moral sexual 'cultural' e o nervosismo moderno*, de 1908, Freud (2011[1925]) aponta para a importante influência que a repressão da sexualidade das mulheres tem para o seu

adoecimento, sua infelicidade, e uma inferioridade intelectual¹³. Para ele a inibição do pensamento nas mulheres seria causada pela exagerada dose de repressão sexual exercida pela cultura de sua época, o que inibiria a curiosidade nas meninas e mulheres, principalmente a sexual, mas que seria base para o desenvolvimento do pensamento como um todo. Mesmo considerando a educação repressiva como fator essencial para uma pretensa inferioridade intelectual das mulheres de sua época, não deixa de construir sua teoria a partir da valorização da fisiologia masculina e uma certa negação da potencialidade das mulheres que teria uma origem anatômica. Na medida em que centra sua teoria do aparelho psíquico e do desenvolvimento psicosssexual nas relações estabelecidas pelo menino e aponta a anatomia como destino, valorizando a anatomia masculina, Freud reproduz a concepção e a supremacia masculinas que historicamente têm servido como justificativa para a subjugação das mulheres.

Essa reprodução da supremacia masculina por Freud em sua teoria ao mesmo tempo que nos mostra seu machismo internalizado enquanto homem mostra também como a misoginia presente na sociedade aparece na análise do eu e do psiquismo. Freud, para além de se posicionar em acordo com a ideologia patriarcal de inferiorização das mulheres, nos mostra como essa dominação se dá no âmbito privado, individual e familiar. Ao teorizar sobre as relações entre mães, pais, filhos e filhas através da conceituação do complexo de Édipo, explicita as relações de dominação de gênero presentes na família burguesa: a teoria espelha a sociedade¹⁴.

De acordo com hooks (2019[2014]), o machismo, diferentemente de outras formas de dominação, atravessa diretamente nossas vidas privadas, nossas relações familiares, imbuindo-as de relações de poder: “Geralmente é dentro da família que testemunhamos a dominação coerciva e aprendemos a aceitá-la, seja a dominação de pai/mãe sobre a criança,

¹³ Rubin (2017[1975]), apresenta um debate teórico acerca do determinismo biológico de Freud. Segundo ela, muitas feministas apresentaram duras críticas à teoria do autor alegando esse determinismo e suas consequências para a leitura da sexualidade da mulher. Em contrapartida, a autora defende que seus escritos seriam ambíguos, ora apontando para esse determinismo, ora defendendo que a sexualidade adulta adviria de um desenvolvimento psíquico, não biológico. Lacan, e a tradição francesa da psicanálise, segundo ela, defende essa última posição, de que os escritos freudianos só poderiam ser entendidos a partir de uma leitura simbólica, e não literal. Penso que seria necessário reconhecer aquilo que Freud pôde contribuir para o entendimento da condição opressiva da mulher a partir de apontamentos sobre a cultura, no entanto, é importante não desconsiderarmos seu posicionamento, literal, como vimos na última citação, contra o movimento feminista e contra os direitos iguais entre homens e mulheres. Fazê-lo seria, em minha opinião, isentá-lo de uma responsabilidade ética e política enquanto pensador que, em última instância, se posiciona contra as mulheres ao defender a anatomia como destino.

¹⁴ Aprofundaremos essa discussão na seção dois do capítulo dois.

seja a do homem sobre a mulher” (BELL HOOKS, 2019[2014], p. 61). Freud não só reproduz a misoginia em sua teoria, mas também a torna observável; no entanto, é a partir de leituras feministas do autor, como as de Beauvoir (2016[1944]), Rubin (2017[1975]) e Benjamin, J. (1988), como veremos a seguir, que podemos discuti-la em termos de denúncia de uma realidade social.

Segundo Rubin (2017[1975]), a psicanálise traz grandes contribuições para o esclarecimento das opressões da mulher, uma vez que oferece uma descrição de como as crianças, que em determinado momento de seu desenvolvimento sexual são andróginas e bissexuais, se tornam meninos e meninas e reproduzem as relações de poder e de gênero. Para a autora, a teoria psicanalítica tem a potência de promover uma reflexão sobre como a cultura fálica domestica a mulher e descreve os efeitos dessa domesticação: “A psicanálise é uma teoria feminista que não chegou a se configurar plenamente como tal” (RUBIN, 2017[1975], p. 36).

Partindo do pressuposto freudiano de que até determinado momento do desenvolvimento psicosssexual infantil as crianças vivem um período de indeterminação de gênero e investimento libidinal, seria, então, a partir da cultura que são determinadas as formas de existência e vivência da sexualidade e gênero, a valorização do masculino e a desvalorização da feminilidade e a heterossexualidade compulsória. É a cultura, e não a anatomia, que define essas realidades, e o desenvolvimento psicosssexual descrito por Freud nos revela esse processo.

O complexo de Édipo exemplifica no indivíduo a opressão estrutural da mulher e da sexualidade. Centralizado na figura do falo e da castração, descreve a histórica detenção do poder social pelo homem. O menino, quando passa por esse processo, deixa de investir sua libido na mãe ao sofrer a ameaça de castração pelo pai para garantir a continuidade do seu poder masculino, fálico, perdendo o amor primordial da mãe pela promessa de um amor futuro de outra mulher. Já a menina percebe que nunca teve o falo e, ao perceber que a mãe também não o possui, redireciona sua libido ao pai, detentor do falo:

No ciclo de trocas que se manifestam pelo complexo de Édipo, o falo passa pelas mulheres de um homem para o outro – (...). O falo está onde nós não estamos. Nesse sentido, ele é mais que uma característica que distingue os sexos: ele é a encarnação do status masculino, com o qual os homens consentem, e do qual certos direitos são parte inerente – entre outros, o direito a uma mulher. É uma expressão da transmissão do domínio masculino. (RUBIN, 2017[1975], p. 43).

Esse processo instituiria o homem como detentor do poder, do lugar de senhor que pode possuir a mulher, e a mulher como aquela que é castrada, que não pode possuir, mas é possuída. A menina deve abdicar de sua libido ativa, pré-edípica, andrógina e bissexual e de sua relação de amor com a mãe para aceitar um papel passivo, castrado, objetificado. De acordo com Rubin (2017[1975]), para alcançar a feminilidade a menina/mulher deve aceitar um lugar masoquista simbolizado pela castração imputada pelo pai, apassivada, que só pode receber o falo se dado pelo homem através da penetração sexual ou de um filho dado por ele. Nesse esquema explicativo a mulher já terá tanto sua identidade de gênero quanto seu investimento libidinal estabelecidos de acordo com as regras culturais, salvaguardando aqui as resistências possíveis que segundo a autora ainda assim se organizam em relação, mesmo que em oposição, à norma.

Essa condição que é espelho da opressão social à mulher e da construção histórica da feminilidade é entendida por Freud como destino das mulheres e a condição masculina de poder sobre elas, como destino dos homens. Ao apontar, por exemplo, que a saída pela homossexualidade da mulher pela masculinização ou pela atividade seria um desvio da normalidade, Freud já está posicionado em oposição às mulheres e sua reivindicação contra a passividade e opressão e em favor da dominação dos homens. Para Rubin (2017[1975]), Freud se posicionou contra a moral sexual vigente e suas repressões abusivas, mas não o fez diante de suas conclusões sobre a condição das mulheres:

Ainda assim, quando a psicanálise demonstra, com a mesma facilidade que os componentes comuns da personalidade feminina são o masoquismo, o ódio de si mesma e a passividade, ela não empreende um julgamento semelhante. Em vez disso, ela usa um modelo de interpretação de dois pesos e duas medidas. O masoquismo é ruim para os homens, mas essencial para as mulheres. Algum narcisismo é necessário para os homens, mas impossível para as mulheres. A passividade é trágica no homem, enquanto que a falta de passividade é o que é trágico nas mulheres. (RUBIN, 2017[1975], p. 53).

Assim, ao utilizarmos a psicanálise como principal base para entender a internalização da dominação pelas mulheres é importante considerar suas contribuições e limites. Proponho-me a ir para além de Freud não só em termos da leitura feminista como também no desenvolvimento teórico psicanalítico, partindo de autores como Ferenczi, Winnicott e J. Benjamim, sem, no entanto, considerar também os limites de cada um. Mas me pareceu importante apontar essas contradições em um autor tão essencial para todos os desenvolvimentos da psicanálise.

Para Rubin (2017[1975]), esse estado de coisas descrito por Freud é, então, construído social e culturalmente e não possui ligações com a anatomia humana, como Freud em alguns momentos leva a crer. Segundo ela, seria possível construir novas formas de lidar com o gênero e a sexualidade caso mudanças estruturais fossem promovidas. Partindo do pressuposto de que as crianças em determinado momento do desenvolvimento psicossocial experimentam a bissexualidade e a androginia, de acordo com a autora que se apoia em Freud, as relações de poder construídas entre os gêneros poderiam ser evitadas na formação das crianças pela produção de novos destinos e possibilidades para os processos de investimento libidinal e identificações de gênero.

Se a heterossexualidade não fosse compulsória, a menina poderia, por exemplo, não ter que desinvestir sua libido pela figura da mãe e o menino pela figura do pai, e a bissexualidade poderia seguir e se desenvolver em uma bissexualidade adulta na qual ambos os gêneros poderiam ser alvo de investimento libidinal, sem a obrigação de investimento libidinal em um só gênero. A androginia poderia também seguir sem que meninas e meninos tivessem que se desidentificar com o pai e a mãe, respectivamente, e performar somente aquilo que se construiu como masculinidade ou feminilidade. O limite e a lei, conquistas do processo do complexo de Édipo, poderiam ser inscritos na criança sem que estivessem ligados a escolhas de investimento libidinal e de identificação relacionadas ao gênero. Sem a dominação de gênero um polo não se sobreporia ao outro como superior e as vivências poderiam ser múltiplas e diversas, como já o são, mas sem repressão, opressão e dominação.

Muitas transformações nesse sentido já foram possibilitadas pela luta feminista e LGBTQIA+; as vivências dissidentes de sexualidade e gênero hoje encontram maior reconhecimento social apesar de seguirem sendo alvo de repressão e violência. Algumas mudanças na sociedade significaram um avanço para vivências diversas da sexualidade e gênero e para os direitos das mulheres na atualidade: a conquista do direito ao voto, ao divórcio, ao sexo fora do casamento, ao sexo como meio para o prazer e não somente para a concepção, ao trabalho pela criação de creches e conseqüentemente à possibilidade de independência financeira, ao conhecimento de forma mais abrangente etc. No entanto, muitas dessas conquistas não foram plenas. Apesar de termos conquistado o direito ao prazer, as mulheres seguem sendo julgadas socialmente pelo seu desejo sexual e número de parceiros como putas; apesar de gozarem do direito ao trabalho, são exploradas por uma jornada dupla ou tripla de trabalho, uma vez que o trabalho doméstico e de cuidado ainda é majoritariamente

realizado por elas e não reconhecido socialmente como trabalho; apesar de terem a possibilidade de alcançar autonomia financeira, ainda sofrem com salários desiguais em relação aos homens em cargos análogos. E mesmo diante dessas conquistas as mulheres seguem vivendo uma realidade de violência de gênero alarmante no Brasil que continua tirando suas vidas.

A ideologia patriarcal e sua consequente objetificação das mulheres, que instituem os homens como senhores e detentores das mulheres, seguem inculcando nos homens uma fantasia de que as mulheres a eles pertencem e a eles devem obedecer, e essa ideia permanece tão potente a ponto de configurar causa de muitos feminicídios. Homens que não aceitam o divórcio ou a separação, homens que em nome de exercerem seus poderes ferem e matam mulheres, homens que ao verem na mulher um objeto de seu desejo pensam que podem fazer o que quiserem com ela. A partir da luta feminista e seus desenvolvimentos e conquistas, as mulheres resistiram à violência e à opressão machista, passando a ocupar novos lugares e papéis sociais. Mas ainda que com isso tenham reivindicado uma maior autonomia sobre suas vidas e seus corpos, seguem objetificadas e dominadas estruturalmente pela sociedade e pelos homens. E as conquistas tampouco foram disponibilizadas e usufruídas de forma igualitária por todas as mulheres, visto que elas são determinadas por marcadores sociais de raça, classe, sexualidade e diversidade corporal.

Assim, para uma transformação da condição de dominação das mulheres na sociedade seria necessária uma transformação radical da existência feminina e masculina, atualmente forjadas pela ideologia da dominação patriarcal, misógina, racial e heteronormativa que separa os indivíduos em dominadores e dominados, senhores do poder e faltantes inferiores. Essa transformação, todavia, só poderia ser possível a partir de uma transformação radical das relações sociais e de sua lógica patriarcal de dominação.

De acordo com Matos (1997), apoiada em Marx, tal transformação dependeria de uma transformação do sistema produtivo, da superação do capitalismo pela instauração do comunismo. Essa transformação traria uma mudança na finalidade da produção e seus meios: do lucro para a satisfação das necessidades de todas/os/es, da exploração das pessoas para uma produção em acordo com as necessidades e em prol da liberdade de todas/os/es para gozar de tempo livre. As condições de exploração e alienação perpetuadas pelo capitalismo não se restringem às relações econômicas e sociais, mas abarcam também as relações entre os sexos, segundo a autora, por isso uma mudança nessas relações depende daquelas.

De acordo com Marcuse (apud Matos, 1997), enquanto a produtividade não estiver sob controle de todos os indivíduos, as conquistas econômicas e culturais da mulher não lhe trarão emancipação, apenas a exploração e a alienação, as quais são impostas também ao homem pela sociedade capitalista. A libertação da mulher dependeria da libertação do ser humano na sua totalidade, de acordo com ele. Na visão de Matos (1997), somente a partir da conquista pelos indivíduos do domínio da produtividade será possível a eles utilizar o produto de seu próprio trabalho para a satisfação de suas necessidades físicas e espirituais, e não mais apenas para a sua sobrevivência, como ocorre hoje no capitalismo. As mesmas amarras de classe que oprimem as mulheres na sociedade oprimem também os homens, e para que se libertem da exploração do capitalismo é preciso que superem primeiramente a relação de exploração forjada por eles mesmos com a mulher. A dominação da mulher pelo homem é a dominação dele mesmo.

De acordo com a autora, estaria no feminino, representante da fruição, do jogo, do prazer, da sensibilidade, da felicidade improdutiva, uma oposição ao princípio masculino que rege o sistema capitalista da produção, da guerra, da força e da frieza. Seria a partir de uma reformulação dos valores sociais, dependente de uma transformação das relações produtivas, mais aliados a essas características femininas, que se poderia atingir novas relações sociais, menos dominadoras. As conquistas do movimento feminista dentro do sistema capitalista não bastariam para libertar as mulheres, uma vez que, sob esse sistema, elas seguem sendo exploradas e dominadas.

A emancipação da mulher não deve ser concebida apenas no sentido da igualdade de direitos, mas antes de mais nada como a afirmação de novos valores, novas exigências, novas satisfações, que o homem, nos atuais meios de produção, não pode satisfazer como homem. Essas exigências, essas qualidades femininas, são aquelas que se opõem mais ao sistema de produção existente (...). (MARCUSE apud MATOS, 1997, p. 65).

Para Marcuse (2018[1974]), a libertação implicaria a construção de uma sociedade em que as dicotomias entre masculino e feminino possam ser superadas nas relações sociais e individuais entre seres humanos. Essa transcendência dependeria de uma negação dos valores impostos e reproduzidos na sociedade pela dominação masculina e de uma recuperação dos valores contidos na feminilidade, moldados historicamente e desvalorizados pela sociedade capitalista: a receptividade, a sensibilidade, a não violência, a ternura etc. Essa inversão dos valores implicaria, para o autor, uma negação de uma sociedade destrutiva para a construção

de uma sociedade protetora da vida: “O que está em jogo nessa transcendência é a negação dos valores exploratórios e repressivos da civilização patriarcal” (MARCUSE, 2018[1974]).

Nesse sentido, tanto para Marcuse como para Matos, a libertação depende de uma reestruturação econômica, social e cultural que tenha como valores a libertação dos indivíduos da repressão sexual, da exploração de classe e da dominação. E, para eles, o movimento das mulheres é essencial para atingir esse fim, uma vez que traz consigo a reivindicação da valorização das mulheres e suas características há muito inferiorizadas pela sociedade patriarcal.

O movimento das mulheres traz consigo a imagem não apenas de novas instituições sociais, mas também a de uma mudança de consciência, de uma transformação das necessidades instintivas dos homens e das mulheres, liberadas dos constrangimentos da dominação e da exploração. Nesse sentido “a libertação das mulheres”, de acordo com Marcuse, “será, de um só lance, a libertação do homem”. (MATOS, 1997, p. 59)

Há na posição dos autores uma ligação direta entre a exploração do capital e a dominação das mulheres e também entre valores masculinos e a lógica capitalista. No entanto, como vimos na discussão deste capítulo, a gênese da dominação das mulheres não está associada à fundação do sistema capitalista, mas o precede. O capitalismo inaugura novas formas de opressão, mas a dominação das mulheres está associada à dominação da natureza, que acompanha a história da civilização. Reivindicar o fim desse processo seria reivindicar o fim dessa lógica de dominação, e com ela o fim da dominação da natureza como a conhecemos, inaugurando uma outra relação com a natureza para a nossa subsistência. Seria necessário criar relações nas quais o objetivo da cooperação seja aplicado, não à competição e à dominação do outro, mas para que a matéria da qual dependemos nossa existência seja utilizada com limites, respeitando suas necessidades de sobrevivência.

Quando passarmos a entender e aceitar o fato de que dependemos da natureza, assim como dependemos uns dos outros como dependemos de uma mãe no início da nossa vida, sem que neguemos nossa vulnerabilidade e finitude promovendo dominação e destruição, talvez possamos nos salvar enquanto humanidade.

Podemos, desta forma, concluir que a libertação do indivíduo da exploração e dominação só poderia ser alcançada a partir da libertação e emancipação das mulheres e do fim da dominação da natureza. Ao mesmo tempo, a libertação destas depende da luta pela emancipação de todos os seres humanos, como defendeu Marcuse (2018[1974]).

Seguimos agora para a questão central desta pesquisa: a subjugação das mulheres. A partir da discussão sobre a gênese da dominação das mulheres, e alguns de seus aspectos históricos, políticos e sociais, agora nos encaminhamos para responder à seguinte pergunta: como essa dominação é internalizada pelas mulheres? Como, ao observar a vida individual psíquica delas, podemos identificar esse processo de dominação? Como ele se desenvolve ontogeneticamente? A hipótese desta tese é que a dominação é internalizada pelas mulheres na forma de submissão ao outro, que esses processos de opressão às mulheres têm como consequência sua subjugação ao outro.

Para Horkheimer e Adorno (2006[1944]), a submissão das mulheres, observável cultural e socialmente, seria uma consequência da reação dos homens à rebelião matriarcal. Às mulheres teria sido possibilitada a sobrevivência somente com sua submissão voluntária a eles.

A burguesia embolsou junto à mulher a virtude e o recato: como formações reativas da rebelião matriarcal. Ela própria obteve para toda essa natureza explorada a admissão no mundo da dominação, mas como natureza vencida. Subjugada, ela reflete para o vencedor sua vitória através da submissão espontânea: a derrota, como devotamento; o desespero, como a beleza da alma; o coração violentado, como seio amante. (HORKHEIMER e ADORNO, 2006[1944], p. 204).

Segundo os autores, a admissão das mulheres no mundo da dominação dependeu de sua exploração e da vitória dos homens perante a rebelião das mulheres, e teve como preço sua submissão espontânea. Ao ler *Calibã e a Bruxa* de Silvia Federici (2017[2004]), é possível identificar a construção do processo de submissão através dos longos anos de perpetuação da violência contra as mulheres. O período estudado pela autora é o da transição entre o sistema feudal e o capitalismo, no qual se deu o fenômeno da caça às bruxas. Nele, as mulheres foram perseguidas, presas, torturadas e assassinadas por dois séculos. Diante da conquista de poder social e do conhecimento sobre seus corpos, de movimentos de revolta contra o desenvolvimento do capitalismo e das perdas de direitos que ele acarretou às mulheres – movimentos dos quais as mulheres ora participaram, ora protagonizaram – houve uma reação violenta do Estado traduzida na perseguição e no assassinato de centenas de milhares de mulheres. O Estado direcionou às mulheres o ódio sentido e transformado em rebelião pelo proletariado e pelo campesinato em decorrência do empobrecimento causado pela instituição do capitalismo.

A caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social. Ao mesmo tempo, foi precisamente nas câmaras de tortura e nas fogueiras onde se

forjaram os ideais burgueses de feminilidade e domesticidade. (FEDERICI, 2017[2004], p. 324)

Não seria a submissão das mulheres, que Horkheimer e Adorno (2006[1944]) chamam de espontânea, consequência do medo pela própria vida, sentimento esse construído a partir de uma história de extermínio e dominação, que segue de formas diversas na atualidade? Como veremos no próximo capítulo, a violência contra as mulheres segue muito presente na sociedade atual. A perseguição às mulheres decorrente de suas conquistas segue em outros formatos, não mais explicitamente institucionalizada através do Estado, como foi a caça às bruxas com suas ações fundamentadas pelo Estado e pela religião; a destruição das mulheres perdura por meio do feminicídio, da violência doméstica, das leis que criminalizam o aborto etc.

Há dois pontos importantes no apontamento de Horkheimer e Adorno (2006[1944]) – o primeiro: a subjugação das mulheres como reação à sua rebelião que nos aponta para um endurecimento da dominação diante da resistência, uma vez que a mulher deve passar a “aceitar” sua condição de dominada, ou “vencida” como dizem os autores, através da submissão espontânea. Esse apontamento ajudaria a explicar a sobrevivência nos dias atuais mesmo diante de conquistas das mulheres através da luta feminista e de formas primitivas e cruéis de dominação, como o assassinato e o estupro. Poderíamos esperar que as conquistas significassem uma diminuição dessas violências, uma vez que criaram novos entendimentos e vivências culturais, mas, como veremos, isso não se aplica. A violência contra as mulheres só tem aumentado no nosso país.

E o segundo ponto: ainda que não tenha sido espontânea historicamente, a submissão espontânea aparenta o ser na vida individual de muitas mulheres. Ele nos guia para nossa pergunta central: como se dá a interiorização da dominação pelas mulheres, que se traduz em submissão aparentemente espontânea? Ela é mesmo espontânea ou é construída na vida psíquica das mulheres?

4. CAPÍTULO 2 - A DOMINAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA DAS MULHERES

4.1 Abuso e trauma: as mulheres constituídas para serem subjugadas através da invasão e da violência

Os indicadores de violência contra as mulheres no Brasil são dados importantes para discutirmos as condições em que as mulheres vivem no país e em que se desenvolvem, tanto na infância quanto na adolescência e na vida adulta. O 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2019, apontou 66 mil vítimas de estupro no ano de 2018, sendo que desse total, 81,8% são mulheres, mais da metade (53,8%) são meninas de até 13 anos de idade¹⁵, 70% são crianças ou vulneráveis (pessoas alcoolizadas ou com alguma enfermidade que as impeça de oferecer resistência ao abusador), e quase 84% dos estupradores são conhecidos das vítimas¹⁶. Ainda de acordo com o anuário, quatro meninas de até 13 anos são estupradas por hora no Brasil, e ocorrem em média 180 estupros por dia no país.

Embora alarmantes por si mesmos, esses números não refletem a realidade brasileira segundo os estudos do Atlas da violência de 2018, uma vez que os casos de violência sexual contra mulheres são subnotificados. Essa subnotificação ocorreria, segundo esses estudos, por conta do “tabu engendrado pela ideologia patriarcal, que faz com que as vítimas, em sua grande maioria, não reportem a qualquer autoridade o crime sofrido”. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2018, p. 56). O Atlas aponta que apenas 10 a 15% dos casos são reportados, o que aumentaria para 300 a 500 mil o número de estupros ao ano no país, de 822 a 1370 estupros por dia¹⁷. Outra pesquisa, realizada pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva, aponta que 8 em cada 10 mulheres vítimas de estupro não procuram atendimento e que 64%

¹⁵ ESTATÍSTICAS: Estupro bate recorde e maioria das vítimas são meninas de até 13 anos. Ministério Público do Paraná. Paraná, 9 de março de 2020.

¹⁶ Cultura do estupro: 85% das vítimas no Brasil são mulheres e 70% dos casos envolvem crianças ou vulneráveis. Humanista. Rio Grande do Sul.

¹⁷ Estupros no Brasil: dados disponíveis podem representar apenas 10% do total. Violência contra as mulheres em dados. Brasil, acesso em 20 de janeiro de 2023.

das/os brasileiras/os, o equivalente a 122,6 milhões de pessoas, afirmam conhecer uma mulher ou menina que já foi vítima de estupro.¹⁸

Essas condições acima citadas dizem respeito somente à violência sexual, ainda que para além dela convivamos com a violência física, simbólica, patrimonial, e muitas de nós morram pelo simples fato de sermos mulheres. Traremos para análise, em primeiro lugar, especificamente a violência sexual contra meninas, que, como visto, é substancial na sociedade brasileira e fator de grande agravo no desenvolvimento psíquico. Diante da alta incidência da violência sexual contra meninas e mulheres, buscaremos compreender as consequências desse crime para a formação das meninas. Como a violência sexual impacta a constituição psíquica das mulheres?

Nas primeiras elaborações da teoria psicanalítica que começaram com os estudos sobre a histeria, Freud partiu do constructo teórico do abuso infantil para explicar o adoecimento das mulheres, intitulando-o como teoria da sedução. A partir da escuta clínica de mulheres jovens, diagnosticadas como histéricas, Freud (1893-1896) concebe a hipótese de que essas mulheres haviam tido experiências sexuais em uma fase anterior à puberdade, tendo sido abusadas ou abordadas sexualmente por homens mais velhos, fossem eles seus pais, padrastos, homens próximos à família, ou por adolescentes. Esse acontecimento é reconhecido por Freud (1893-1896) como traumático, e, segundo ele, torna-se um trauma quando lembrado após anos de recalque, e não necessariamente quando ocorre. (AZEVEDO; AMARAL, 2021).

No entanto, de acordo com Azevedo e Amaral (2021), Freud (1897) abandona essa teoria para se dedicar ao desenvolvimento do conceito psicanalítico do complexo de Édipo. Ao entrar em contato com a fantasia infantil na sua pesquisa clínica e a partir dela constatar, mais tarde, a presença da sexualidade na criança e seus impulsos sexuais, abandona a hipótese de que todo pai seria perverso e toda criança haveria sofrido um episódio de abuso na infância. Freud (1897) começa a perceber em sua clínica e em si mesmo, na visão de Azevedo e Amaral (2021), as fantasias infantis perversas de assassinato da mãe no caso de meninas, por amor ao pai, e do pai, no caso dos meninos, pelo amor à mãe. Nasce aí a teoria do complexo de Édipo, concomitantemente à queda da teoria da sedução.

¹⁸ Oito em cada 10 mulheres vítimas de estupro não procuram atendimento. Metrópolis. Distrito Federal, 25 de março de 2022.

Sem refutar todo o constructo teórico freudiano advindo do conceito do complexo de Édipo, Ferenczi (2020[1933]), psicanalista e teórico húngaro contemporâneo de Freud, defende que o abandono da teoria da sedução estaria equivocado. Em sua clínica Ferenczi (2020[1933]) encontra um número considerável de pacientes adultos que confessam manter ou ter mantido relações sexuais com crianças, o que traria a validade da teoria da sedução de volta, percepção também confirmada pelo meu próprio trabalho enquanto psicanalista. Em minha prática clínica, que tem abrangido majoritariamente a escuta de mulheres, tenho tido a experiência de encontrar muitas mulheres que em algum momento de suas vidas já sofreu algum tipo de violência sexual, seja na infância, adolescência ou idade adulta.

Ferenczi, assim, não só retoma a teoria da sedução como a desenvolve em uma teoria do trauma. O autor aponta para a importância do abuso ou traumatismo enquanto fator patogênico, dado que a ocorrência de violência sexual contra crianças é mais comum do que se quer acreditar, tanto de acordo com sua escuta clínica quanto de acordo com os dados brasileiros de violência sexual demonstrados anteriormente nessa pesquisa, os quais minha escuta clínica, ainda que limitada em termos numéricos, corrobora. Essa violência, de acordo com ele, produz sérias consequências para a constituição psíquica do indivíduo.

O abuso é vivenciado pela criança como um choque que gera uma aniquilação do sentimento de si, um despedaçamento do eu ainda em formação. Essa dilaceração ocorre em parte porque a constituição do eu, e com ela do sentimento de si mesmo como uma unidade, se dá a partir de uma relação de confiança em si mesmo e no mundo, construída e possibilitada pela relação de confiança proporcionada pelos adultos cuidadores. Essa constituição do eu é garantida, de acordo com Winnicott (1983[1960]), a partir de um ambiente suficientemente bom, que assegura à criança uma sensação de segurança e confiança no ambiente, e esse ambiente é propiciado por uma relação do bebê com uma “mãe” suficientemente boa¹⁹, que antecipa e atende às necessidades do bebê. E segundo Ferenczi (2020[1934]), essa confiança em si mesmo e no mundo circundante é perdida após a vivência do abuso, o que abala a estrutura psíquica e o sentimento de si. Com o choque, além da perda

¹⁹ Para Winnicott (2019[1971]), a mãe suficientemente boa “é aquela que passa por uma adaptação ativa em relação às necessidades do bebê, uma adaptação ativa que diminui de maneira gradativa diante da crescente capacidade de ele encarar a falta de adaptação e de tolerar os resultados da frustração.” (WINNICOTT, 2019[1971], p. 28).

da confiança em si mesmo, a pessoa perde também a “capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo [Soi]” (FERENCZI, 2020[1934], p. 125).

Hooks (2019[1989]) concorda com a tese de Ferenczi ao afirmar que diante de um abuso físico, seja um empurrão ou repetidas surras, a criança experimenta uma extrema sensação de deslocamento, uma vez que essa violência é praticada por uma figura que ela ama. Diante da quebra de confiança na relação com o adulto amado, essa criança não mais se sente segura, passando a vivenciar sua relação com esse adulto de forma ambígua, o que influencia negativamente seu processo de individuação:

O mundo que mais se conhece, onde a pessoa se sente relativamente protegida e segura, colapsa. E outro mundo passa a existir, cheio de terrores, onde é difícil distinguir entre uma situação segura e uma perigosa, um gesto de amor e um gesto violento, de indiferença. Há um sentimento de vulnerabilidade, de exposição, que nunca vai embora, que espreita sob a superfície. (HOOKS, 2029[1989], p. 182).

Hooks (2029[1989]) traz o quanto esse sentimento de vulnerabilidade e exposição causado pela violência física permanece na vida do indivíduo, ainda que muito tempo tenha se passado. Ela aponta para as marcas que a violência deixa no psiquismo de quem foi violentada, marcas essas que retornam diante de variados contextos em que a pessoa pode voltar a se sentir invadida pelo outro, ainda que não seja de forma violenta. Na clínica me deparo com relatos de pacientes que viveram uma situação de abuso sexual na infância e que, diante de situações atuais invasivas, voltam a se sentir abusadas, ainda que as ações em questão não sejam da ordem do abuso sexual.

Ainda antes da quebra de confiança no mundo e no outro, resultado do abuso, Ferenczi (2020[1933]) sustenta que, em uma situação de investida sexual por parte de um adulto, as crianças não teriam condições de reagir negativamente impedindo o ato violento, pois sentem-se “física e moralmente indefesas (...) contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem”. Elas não reagiriam por medo: “(...) esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor (...)” (FERENCZI, 2020[1933], p. 117). Isto é, tanto a confiança antes depositada nesse adulto, quanto sua autoridade e força, que podem ser lidas como poder pela criança, a impedem de reagir tanto no momento do abuso quanto depois dele em prol de sua defesa.

Dessa forma, o argumento da subnotificação dos casos de abusos e violências contra meninas e mulheres se sustenta. No meu trabalho clínico psicanalítico com mulheres é muito comum o processo terapêutico levar meses, ou até mesmo anos, até que uma mulher se sinta

segura o suficiente para relatar ter sido foi vítima de um abuso na infância, tamanho o medo, a vergonha e a culpa que sente decorrente do trauma. E isso ocorre ainda que eu, enquanto analista, faça esforços para criar um espaço de acolhimento e construção de vínculo para que pacientes se sintam à vontade para compartilhar suas angústias e adentrar traumas a partir do desenvolvimento de uma relação de confiança. Esse emudecimento promovido pelo adulto abusador tem efeitos profundos na vida psíquica dessas mulheres.

Há também casos em que a mulher chega ao processo terapêutico sem nunca antes ter tido acesso consciente a esse acontecimento que foi reprimido. Então, é somente com o andamento do processo terapêutico/analítico²⁰ e através dele que consegue lembrar-se ou reconhecer o abuso. A violência vivida é tão esmagadora e, quando advinda de um adulto muito próximo, tão inesperada que a dor provocada é da ordem do insuportável. Para evitar essa dor, o conteúdo do trauma é reprimido e mandado para o inconsciente: nem chega a ser simbolizado, na maioria das vezes. O choque vivido no trauma é, de acordo com Ferenczi (2020[1933]), comumente seguido de uma grande carga de desprazer e angústia, fazendo com que a criança procure tornar o choque inexistente e regrida para uma beatitude pré-traumática:

Um choque inesperado, não preparado e esmagador, age por assim dizer como um anestésico. Mas como é que isso se produz? Segundo parece, pela suspensão de toda espécie de atividade psíquica, somada à instauração de um estado de passividade desprovido de toda e qualquer resistência. A paralisia total da motilidade inclui também a suspensão da percepção, simultaneamente com a do pensamento. A consequência dessa desconexão da percepção é que a personalidade fica sem nenhuma proteção. (FERENCZI, 2020[1934], p. 129).

A menina abusada fica sem proteção e se torna passiva, de acordo com o autor; como seguirá então no mundo? Sem muitas possibilidades de desenvolver autonomia, isto é, pensamento próprio, e sem condições para colocá-lo no mundo; ao invés de olhar para seu desejo, para si mesma, olha para o desejo do outro, invadida por ele – uma vez que a constituição do seu eu foi interrompida, a possibilidade de autodeterminação também fica impossibilitada. Esse outro a que me refiro é antes de tudo a figura do abusador, que deve ser atendido em seu desejo por oferecer perigo ao eu. No entanto, conforme essa menina segue sua vida, a figura do abusador pode tomar inúmeras formas – um amigo/a/e, um namorado/a/e, um marido/esposa/e etc. – que de diversas maneiras repete a cena de abuso, talvez não mais

²⁰ Indico essas duas possibilidades de tratamento psicológico, pois, não se sabe a priori qual manejo utilizar com cada paciente, ele dependerá de uma análise das condições psíquicas que cada paciente apresenta, e dependendo delas é necessário um processo de terapia, ou de análise, ou ainda a mesma paciente passará pelos dois manejos no decorrer do processo de acordo com suas necessidades.

de forma física, sexual, mas ainda assim um abuso ou mesmo uma invasão. Aqui não só as figuras abusivas/invasivas estão na repetição, mas também a menina abusada que segue repetindo relações abusivas, já que só pôde construir essa subjetividade apassivada que procura obedecer ao outro.

A criança converte-se, então, de acordo com Ferenczi (2020[1934]), em um ser que obedece mecanicamente ou que se fixa em uma atitude obstinada. A personalidade fracamente desenvolvida reage à violência não pela defesa, mas pela introjeção daquele que a ameaça e agride. As crianças violentadas não conseguem reagir com ódio e gestos de defesa a essa agressão, pois, em termos de desenvolvimento psíquico, uma parte de sua personalidade fixou-se, conforme o autor, em um momento em que as reações em relação ao exterior ainda lhe eram impossíveis. A criança podia reagir, então, somente de forma autoplástica, isto é, em relação a si mesmo. Assim, de acordo com Ferenczi (2020[1934]), o eu não é desenvolvido, e em consequência a personalidade da criança abusada é formada de id e superego, o que resulta em uma incapacidade de afirmar-se diante do desprazer.

O eu, instância constitutiva do indivíduo que filtra os impulsos incompatíveis do Id e as proibições culturais, parentais do Superego, formando aquilo que esse indivíduo quer e pensa, não se constitui, segundo Ferenczi (2020[1933]), ou sua formação é interrompida. Sem o eu, a menina, e depois a mulher, ficaria à mercê do outro, de desejos, mandos e desmandos alheios. Aquilo que vem de fora não passa por filtro algum, mas é absorvido de pronto, ainda que resulte em algo negativo para si ou ultrapasse seus limites.

Esse posicionamento duro de Ferenczi (2020[1934]), que indica que um eu não se desenvolveria diante de um trauma, me parece um tanto totalizante; acredito que o trauma causa inúmeros prejuízos na formação do eu, mas que mesmo diante da violência algo sobrevive e luta por existir. Entretanto concordo que a constituição do eu fica sim muito debilitada, provocando na maioria das vezes um posicionamento de submissão ao outro. Tendo a olhar para as consequências do processo traumático em termos de grau: diante do trauma a pessoa teria um eu pouco desenvolvido, mas não totalmente destruído e ausente, como defende Ferenczi²¹.

²¹ Veremos um desenvolvimento teórico nesse sentido em Winnicott (1983[1960]), mais à frente no texto.

É muito comum ouvir, na clínica com mulheres, a vivência da reprodução irrefletida daquilo que autoridades em suas vidas demandam delas, sem contraposição. Um exemplo disso é uma paciente aceitar investir quase todo seu tempo e trabalho na militância sem nenhuma ajuda financeira quando ela mesma está desempregada e passando por necessidades, ou quando outra paciente aceita uma tarefa de sua organização partidária, a contragosto, mesmo que essa ação lhe custe horas e planos para sua vida. Nos dois casos parece que a demanda do outro passa sem filtro, do mando do outro para o fazer da mulher.

De acordo com Winnicott (1983[1958]), essa capacidade de pensar e decidir por si é desenvolvida. A criança que possui amadurecimento do desenvolvimento emocional é capaz de olhar para sua vida pessoal interna e decidir por si mesma a partir da capacidade desenvolvida de estar só. Ela é capaz de olhar para seus pensamentos, emoções, sentimentos, desejos quando está só, ainda que na presença do outro. De acordo com o autor, a capacidade de estar só parte da internalização da “mãe”, do objeto bom, tornando suportável e até agradável a experiência de estar só, uma vez que ela pressupõe a presença da “mãe” que pôde ser entendida pela criança como contínua. Ao contrário disso, quando não desenvolve essa capacidade, isto é, não possui amadurecimento emocional, a criança vive uma vida falsa, fundamentada em reações a estímulos externos. No caso citado da escuta clínica, é possível perceber uma reação a estímulos externos por essas mulheres, e não um mergulho em si mesmas para tomar decisões acerca de suas próprias vidas. Cabe aqui uma pergunta: a essas mulheres foi possibilitada a experiência de amadurecimento emocional ou a internalização do objeto bom foi impossibilitada pelo trauma?

Para Winnicott (1983[1960]), essa vida falsa se dá em razão de um ambiente insuficientemente bom, ou de uma “mãe” insuficientemente boa, como nomeia o autor, mas que entenderemos aqui como uma figura parental que não necessariamente será uma mãe, mulher, mas alguém que exerce a função materna na relação com o bebê²². Diante desse

²² A forma como Winnicott relaciona em sua teoria a mãe/mulher como principal responsável pela constituição psíquica e bem-estar do bebê foi questionada por teóricas feministas que criticam a maneira como essa teoria, a partir de uma biologização, imprimiria na mulher quase que exclusivamente a responsabilidade pelo cuidado do bebê, e conseqüentemente uma possível culpa por adoecimentos psíquicos e um desenvolvimento disfuncional. O autor, então, estaria desconsiderando as implicações das questões sociais e históricas de gênero que colocam na mulher a responsabilidade de principal cuidadora dos bebês e com isso principal responsabilizada pelas falhas ambientais. Conferir uma discussão aprofundada no artigo “Crítica à teoria da maternidade em Winnicott: é preciso ser mulher para cuidar de crianças?” (Miranda, Timo e Belo, 2019).

Outra crítica necessária ao conceito seria o questionamento da pressuposição de que as mães teriam nas condições atuais da sociedade os meios concretos para serem “suficientemente boas”. O autor até chega a

ambiente de insuficiência há o surgimento do que o autor conceitua como falso *self* que existe como proteção do *self* verdadeiro. Ele é presente em todas as pessoas, uma vez que defende a existência do *self* verdadeiro, porém, se apresenta e funciona em graus diferentes em diferentes indivíduos, podendo ter uma presença saudável ou não.

O falso *self* opera de forma a se submeter ao ambiente para melhor adaptar-se a ele; como uma defesa, protege o verdadeiro *self* de ser exposto, explorado ou destruído: “Nos exemplos extremos do desenvolvimento do falso *self* o *self* verdadeiro fica tão bem oculto que a espontaneidade não é um aspecto das experiências vividas pelo lactente. O aspecto submissão se torna o principal, com imitação como uma especialidade” (Winnicott, 1983[1960], p. 134). Esse grau de desenvolvimento de falso *self* significa que a criança que terá seu *self* clivado agirá como um ator, representando a todo momento uma falsa personalidade para a realidade, guardando e defendendo seu *self* verdadeiro que não encontrou na realidade condições suficientemente boas para aparecer e desenvolver-se. E por falta desse ambiente suficientemente bom, desenvolve ela/e mesmo uma babá, o falso *self*.

Algum grau de adaptabilidade ao meio é necessário para a existência coletiva em sociedade, de acordo com o autor. Para ele existe, então, um grau de falso *self* que é necessário para a vida, uma vez que ele garante que a pessoa possa se moldar muitas vezes para conseguir se relacionar com as diferenças alheias, fazendo conciliações. Mas isso difere muito de um *self* completamente submisso que atua para sobreviver, que é o caso dos desenvolvimentos extremos de falso *self*.

Relacionando essa teoria winnicottiana com as contribuições trazidas por Ferenczi sobre abuso, podemos entender o trauma como uma das ocorrências que fere o asseguramento de um ambiente suficientemente bom. Além disso, diante de uma mãe ou figura parental que não confirma o abuso ocorrido, o que configuraria uma figura parental insuficientemente boa na teoria winnicottiana, uma vez que ela não garantiria segurança para o eu da criança e seu

reconhecer que algumas condições são necessárias para a mulher ascender à condição de mãe suficientemente boa, como, por exemplo, o apoio do pai, e como muitas vezes essas condições não existem, podendo ocasionar o adoecimento da mãe. No entanto, ele deixa de apontar que nessa sociedade essas condições não são disponibilizadas às mulheres, ao contrário disso, elas comumente estão sozinhas nessa função, como veremos adiante, e muitas vezes sem condições materiais ou psíquicas para oferecerem-se como ambiente suficientemente bom para o bebê. Essa falha do autor pode incorrer em altas exigências para mulheres já muito exigidas em uma sociedade patriarcal.

desenvolvimento, o falso *self* se desenvolveria de forma abrangente na constituição psíquica da criança, de forma a sufocar o *self* verdadeiro.

Para Winnicott (1983[1960]), uma “mãe” suficientemente boa é aquela que consegue alimentar a onipotência do lactente, permitindo que o bebê fantasie a realidade ao mesmo tempo em que ela se apresenta para ele. Por exemplo, quando o bebê deseja ser alimentado, é preciso que a mãe apresente o seio para ele, deixando a impressão para o bebê que foi ele mesmo quem criou o seio materno, o que lhe dá a sensação de onipotência necessária em dado momento do seu desenvolvimento. Essa sensação deve depois ser frustrada pela mãe para que o bebê consiga lidar com a realidade, que apresenta limites. A partir dessa postura materna é possível que o *self* verdadeiro se desenvolva e se faça mais presente na vida da pessoa. Ele é, segundo Winnicott (1983[1960]), manifestado no gesto espontâneo, é criativo e real e é através dele que vem a ideia pessoal. O *self* verdadeiro está ligado ao processo primário e vai se tornando, em um desenvolvimento saudável, sem interrupções traumáticas, a realidade interna da pessoa. Esse *self* representa, então, os primeiros momentos de desenvolvimento psíquico/corporal do bebê, que rapidamente deve se complexificar, relacionando-se com a realidade externa.

O lactente então se torna capaz de reagir a estímulos sem traumatismo, porque o indivíduo tem uma contrapartida na realidade interna, psíquica, do indivíduo. (...) Cada novo período de vida em que o *self* verdadeiro não foi seriamente interrompido resulta no fortalecimento do sentimento de ser real, e com isso vem uma capacidade crescente do lactente tolerar dois tipos de fenômenos. Estes são: 1 – Soluções de continuidade na vivência do *self* verdadeiro. (...) 2 – Experiências do falso *self* ou reativo, relacionadas com o ambiente na base da submissão. (Winnicott, 1983[1960], p. 136)

Com um desenvolvimento saudável do *self* verdadeiro, ele deve sustentar tanto uma existência criativa e autônoma quanto momentos em que cede à vontade do outro para uma convivência pacífica, de acordo com o autor. Já o desenvolvimento extremo do falso *self* tem seu *self* verdadeiro pouquíssimo desenvolvido e opera pela submissão, e é esse funcionamento que nos chama atenção quando falamos de trauma. Agora, para Winnicott (1983[1960]), o crescimento do falso *self* não necessariamente está ligado ao abuso ou à experiências de invasão somente, mas também a uma inaptidão do ambiente em sustentar a existência do bebê desde muito cedo. Sigamos, porém, com a discussão sobre trauma em Ferenzci e retomaremos mais à frente a discussão sobre as bases para a formação submissa na subjetividade da mulher para além do abuso.

De acordo com Ferenczi (2020[1933]), diante do trauma do abuso, a criança vivencia o medo constante de sua repetição e passa a submeter-se ao adulto agressor. Ela lhe obedece e o observa na tentativa de adivinhar seus desejos afim de realizá-los, esquecendo de si mesma. Como resultado do trauma ocorre um processo de identificação da criança com o agressor, ela o internaliza dentro de si e, com ele, seus sentimentos. A criança fica confusa, dividida entre o sentimento de inocência e culpa, perdendo a confiança em seus próprios testemunho e sentidos. Ao receber também, comumente, um posicionamento grosseiro de seu agressor, atormentado agora de remorso, ela sente vergonha como se o ocorrido tivesse sido sua culpa, e não do agressor.

Como mencionado anteriormente, mulheres vítimas de abuso na infância costumam demorar a nomear a violência no processo de terapia/análise, pois sentem muita vergonha do ocorrido. Essa dificuldade de nomeação do evento traumático advém da culpa, inconsciente, que sentem pelo que passaram, culpa essa que é sentida pelo agressor e que foi internalizada por elas. Ainda que algumas de minhas pacientes sejam feministas e, por isso, conscientes da opressão do patriarcado e de suas consequências por meio da violência contra as mulheres na forma do estupro ou abuso, sentem-se culpadas. Essa culpa, portanto, não é da ordem do consciente, está internalizada inconscientemente nas mulheres, que duvidam de seu próprio testemunho. E, quando finalmente conseguem trazer a violência vivida, é necessário um longo processo de terapia para que possam elaborar a culpa e se diferenciarem do seu agressor.

A violência do abuso e a conseqüente identificação com o agressor impedem o desenvolvimento saudável do eu da menina. Ferenczi (2020[1932]), ancorando-se em Freud e em seu apontamento sobre a necessidade do processo de identificação para o desenvolvimento do amor objetal, argumenta que haveria um momento de amor objetal passivo que antecede a formação do complexo de Édipo, nomeado pelo autor como estágio de ternura, na vida das crianças. Caso nesse momento do desenvolvimento psíquico a criança seja invadida por uma forma de amor inapropriada à infância e à sua organização sexual, isto é, pelo amor sexual do adulto, ela se fixaria nesse estágio, ficando assim impedida de alcançar o amor objetal, que inclui a atividade. Dessa maneira, a criança só poderia viver o amor objetal em termos de fantasia e de forma apassivada.

Ao ser invadida, a menina se fixaria, então, enquanto objeto do amor, como Ferenczi (2020[1932]) nomeia, no estágio do amor objetal passivo. Ela não desenvolve a atividade presente no amor objetal, no qual o sujeito investe libido em outro objeto, isto é, não ama

ativamente, só consegue amar passivamente. Ela só consegue amar ao ser objeto do amor do outro e, para sê-lo, seu amor serve à permanência desse vínculo. Ela torna-se, então, objeto do amor do outro, e não sujeito que ama, sendo assim objeto do outro. Nessa relação, a menina, e depois mulher, segue na postura de observar o outro e tentar adivinhar aquilo que ele deseja na tentativa de atender a esse desejo.

Na clínica escuto de pacientes mulheres experiências de muita angústia com a possibilidade de desagradar ao outro, e suas ações seguem na direção de manter o “amor” do outro, sua “amizade” ou “coleguismo”. Elas têm uma enorme dificuldade de olhar para si mesmas e para o que querem – e quando tentam olhar, muitas vezes nem sabem o que querem. Uma vez que provavelmente não vivenciaram o momento do desenvolvimento psíquico no qual passam do processo de pura identificação com uma figura de autoridade para um processo de construção de autonomia, elas têm dificuldade de nomear aquilo que desejam. A formação psíquica que permite o pensamento e o desejo autônomo, que muitas vezes se diferenciara daquilo que as figuras de autoridade em sua vida pensam e querem, foi interrompida. Em um processo de desenvolvimento saudável essa relação de identificação, e depois de diferenciação, ocorre porque há espaço para isso dentro das relações familiares, mas com a ocorrência do abuso, essa relação fica impedida, pois a menina é invadida pelo eu do agressor e, ao não conseguir se diferenciar dele, não segue com seu processo de individuação.

Ou como pudemos ver a partir da teorização de Winnicott (1983[1960]), muito provavelmente essa menina que viveu o trauma do abuso teve o desenvolvimento do seu *self* verdadeiro atropelado e, em seu lugar, o falso *self* passou a se tornar dominante. Dessa maneira, o gesto espontâneo, criativo, embrião do que entendemos como autonomia, é sufocado pelo trauma e pela ausência de um ambiente suficientemente bom que pudesse proteger essa criança, ou que pelo menos o reconhecesse enquanto trauma. Desse modo, o que reina na subjetividade dessa mulher é a submissão característica de uma predominância do falso *self*.

O processo de identificação e diferenciação, de desenvolvimento do *self*, não sofre impedimentos somente pelo ato do abuso, também é dificultado como um todo pela atual organização da sociedade, como defendo em minha dissertação de mestrado²³. Na atual forma

²³ BICHR, M. Mayara. Estamos educando para que Auschwitz não se repita? Uma análise da importância da sexualidade infantil para a formação do indivíduo. São Paulo, dissertação de mestrado, 2017.

do capitalismo, nomeado como capitalismo tardio por Adorno (1986[1968]), a construção da autonomia do indivíduo é impedida pela dominação e exploração dos indivíduos, que, diante de processos de massificação e alienação provocados pela organização social capitalista, são tolhidos de sua potencialidade de liberdade e autonomia. O autoritarismo, componente abundante nas relações e instituições da democracia burguesa, de acordo com os estudos sobre a personalidade autoritária em Adorno et al. (2019[1950]), produz consequências danosas para a constituição psíquica e a construção da autonomia que nunca é dada, mas sim conquistada pelo indivíduo a partir de um contexto social que a possibilita. No entanto, defendo aqui que há uma diferença entre o processo de dominação que os homens sofrem e o processo que concerne à dominação das mulheres

A dominação das mulheres, no que tange sua constituição psíquica, como pudemos perceber, tem como grande contribuinte o abuso sexual, mas não só, uma vez que a dominação está para além da violência sexual na infância, ou até mesmo a violência sexual em si em qualquer idade da mulher, pois perpassa outras formas de violência e invasões que estruturalmente recaem sobre as mulheres. No entanto, antes de seguir nessa discussão quero acrescentar mais algumas reflexões sobre a problemática do abuso.

Em decorrência do trauma, a criança apresenta uma resistência passiva às agressões do mundo externo e sofre de um processo de clivagem, em que a parte sensível do eu ainda em constituição é brutalmente destruída, e a outra “sabe tudo, mas nada sente”:

Tudo se passa verdadeiramente como se, sob pressão de um perigo iminente, um fragmento de nós mesmos se cindisse sob a forma de instância autoperceptiva que quer acudir em ajuda, e isso, talvez, desde os primeiros anos da infância. Pois todos nós sabemos que as crianças que muito sofreram, moral e fisicamente, adquirem os traços fisionômicos da idade e sabedoria. Também tendem a cercar maternalmente os outros; manifestamente, estendem assim a outros os conhecimentos adquiridos a duras penas, ao longo do tratamento, sobre o seu próprio sofrimento; tornam-se indivíduos bons e prestimosos. Nem todos conseguem levar tão longe o controle de sua própria dor, ficando alguns fixados na auto-observação e na hipocondria. (FERENCZI, 2020[1931], p. 89).

Dessa forma, a criança, para conseguir sobreviver à brutal violência vivida, despedaça-se para se defender; para suportar a dor, tenta retirá-la do corpo e passa a desenvolver uma psique prematuramente madura. Como resultado do choque vivido pelo trauma, de acordo com o autor, há o desenvolvimento de novas capacidades, frutos de um amadurecimento rápido e prematuro: “Uma aflição extrema e, sobretudo a angústia da morte, parecem ter o poder de despertar e ativar de súbito disposições latentes, ainda não investidas,

e que aguardavam tranquilamente sua maturação” (FERENCZI, 2020[1933], p. 119). O autor nomeia esse fenômeno de progressão traumática (patológica).

Deparo-me na clínica com mulheres com essa organização psíquica que, quando crianças, se tornaram responsáveis muito cedo não só pelo seu próprio cuidado como também pelo cuidado de membros da família, muitas vezes irmãos e irmãs, outras pais e/ou mães que não davam conta de si próprios e dos filhos e filhas. Nessa inversão de papéis psíquicos a criança amadurece prematuramente sem propriamente amadurecer psiquicamente, uma vez que deixa de vivenciar algo que é muito importante para o seu desenvolvimento: o cuidado e proteção de um adulto, que é condição para a construção de autonomia. Assim vão se formando os perfis maternais que vivem para cuidar dos/as outros/as e que, ao fazerem isso, se perdem de si mesmas, cuidam de si para que sobrevivam e ponto: aquilo que vai além da sobrevivência fica em segundo ou terceiro planos, atrás da prioridade que é dar conta do outro.

Essas mulheres, que em sua maioria possuem inúmeras habilidades e capacidades das mais diversas e não conseguem percebê-las, como tampouco são capazes de olhar e ouvir a si mesmas, seus gostos e desgostos, desejos e limites, pois colocam o que é do outro à frente de si. Não conseguem se contrapor a colegas no ambiente de trabalho, quem dirá a um/a/e chefe; mal conseguem identificar o que é seu e o que é do outro, se misturam na relação, muitas vezes identificando como seu o que é do outro. Como se ouvir na presença de namorados/as/es e maridos/esposas/companheiros que, na maioria das vezes, têm também muita dificuldade de ouvir uma mulher? Elas, por medo de perderem seu amor, subjagam-se sem perceberem que o fazem. Acabam por fazer aquilo que é esperado delas, deixando suas vidas e suas próprias necessidades muitas vezes de lado.

Ainda sobre o abuso e sua traumatologia, Ferenczi (2020[1934]) defende que a reação do adulto diante do trauma faz parte da ação psíquica do trauma. Os adultos geralmente comprovam um alto grau de incompreensão sobre o trauma em suas ações, pois agem de duas maneiras: ou punindo a criança pelo ocorrido, gerando uma injustiça grande; ou silenciando-se diante do acontecido, o que torna a criança ignorante do que viveu. Nos dois casos a violência sofrida pela criança não é reconhecida, afirmada pelo adulto, o que gera um desmentido, isto é, a criança que consegue contar sobre o trauma sofrido para o adulto é desmentida por mais uma figura de confiança (além do abusador), completando a formação traumática. Caso a violência seja reconhecida, a criança consegue, juntamente com a ajuda do adulto, enfrentá-la, elaborá-la e defender-se de novas violências, consegue pegar

“emprestadas” todas as habilidades necessárias para lidar com a vivência traumática. Caso isso não ocorra, ela fica no vazio e sucumbe ao processo já descrito.

Esse terceiro tempo do trauma, nomeado por Ferenczi (2020[1931]) como desmentido, é o que torna, na realidade, uma situação traumática, patogênica. A negação da situação traumática, a afirmação de que nada aconteceu ou que não houve sofrimento é o que despedaça o psiquismo, de acordo com o autor. Esses choques graves podem ser superados, segundo ele, caso exista uma mãe que acolha esse sofrimento e confirme esse ocorrido. No entanto, para essa confirmação é necessário que o adulto consiga acreditar na criança e acreditar que o adulto agressor, em sua maioria homens, seja culpado e capaz de tal violência. Entra aqui um obstáculo constituído pela cultura patriarcal que institui os homens como donos da verdade e que também normaliza a violência perpetrada por eles, ainda mais quando essa violência está ligada à sexualidade. O fio que separa uma relação sexual consentida e o estupro é muito fino em nossa sociedade patriarcal.

Há todo um sistema cultural que incentiva a sexualidade masculina e reprime a feminina, que entende como natural a insaciedade sexual masculina e o desejo sexual feminino como inapropriado. Esse entendimento dá base para a ideia corriqueira de que toda mulher no fundo quer a relação sexual, ainda que a negue a princípio, e de que ela só precisa ser persuadida. Esse é um dos ideários do que tem sido nomeado como cultura do estupro, a qual, de acordo com Souza (2017), seria o “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violência sexual” (SOUZA, 2017, p. 13). Essa cultura promove a ideia de que o poder sexual estaria nos homens e de que eles, assim, teriam direito de exercê-lo sobre a mulher de acordo com seus desejos, onde e quando quiserem. E essa ideia, por sua vez, é alavancada pela objetificação da mulher, uma vez que, se ela não é um sujeito e sim um objeto, não pode ter desejo, autonomia, deve simplesmente ser manipulada (inclusive fisicamente) pelo homem detentor do poder sexual.

O ideário social sobre a figura do agressor é o de um homem bestial, desconhecido, que ataca suas vítimas em um beco escuro; no entanto, segundo Souza (2017), os dados de pesquisa mostram que principalmente na infância a maior parte dos agressores é alguém de dentro da família. De acordo com pesquisa do Ipea, 32,2% são amigos ou conhecidos da família, 12,3% são padrastos e 11,8% são pais; e mesmo no caso de mulheres adultas, 15,4% dos estupros são praticados por amigos ou conhecidos da vítima e 9,3% são praticados por cônjuges (CERQUEIRA, COELHO apud SOUZA, 2017). Assim, os dados contradizem o

ideário social: o agressor não é alguém desconhecido, portador de algum transtorno mental, mas sim homens comuns que, devido a cultura do estupro, nem sequer se entendem como estupradores, considerando suas relações sexuais como consentidas ainda que não a sejam.

Dessa maneira, é muito difícil que as pessoas próximas à vítima do estupro/abuso acreditem no relato dado, ou ainda que decidam por não o corroborar, diante desse ideário. No caso do abuso de uma criança, há primeiramente a confusão que ela experimenta nessa situação de violência, como pudemos relatar anteriormente, por conta da relação de confiança entre criança e agressor e também por conta da culpa sentida. Se e quando tudo isso é vencido e a criança consegue falar, ela é na maioria das vezes questionada incessantemente se tem certeza de que aquilo realmente ocorreu, de acordo com Souza (2017), ou a conclusão é de que a criança pode ter fantasiado tal ato ou até mesmo o fato é negado para proteção do abusador. Saffioti (2015[2004]) traz relatos de uma pesquisa realizada entre 1988 e 1992 (SAFFIOTI 1992) de casos em que a mãe sabia do abuso, mas ao ter o entendimento da relação sexual como um ato obrigatório do casamento, e muitas vezes como ato que provoca sofrimento e não prazer, entende o abuso da filha como algo que deve ser suportado, uma vez que ela mesma tem que suportar a relação sexual.

Segundo Saffioti (2015[2004]), Freud e muitos psicanalistas contribuíram para o descrédito de crianças e mulheres abusadas, uma vez que, como explicitado anteriormente, o autor abandona sua teoria da sedução para defender que o abuso é fruto da fantasia da menina/mulher que, por conta de desejos inconscientes, alimenta uma paixão, também inconsciente, pelo pai ou outros adultos próximos à família. De acordo com a autora, na pesquisa mencionada acima, não se encontrou nem um só caso em que a criança tivesse fantasiado o abuso, no entanto, o descrédito à criança promovido pela teoria e ideário social segue nas famílias. O apontamento de Saffioti (2015[2004]) é essencial para o combate ao descrédito de meninas e mulheres, muito presente em nossa sociedade, no entanto, é preciso ressaltar que, a meu ver, não é possível descartarmos por completo a existência da fantasia inconsciente e a possibilidade de que ela ocorra, principalmente em casos de abuso de crianças. Porém, acredito que esses casos sejam exceções, e não a regra.

Seguimos agora para a análise da internalização do processo de dominação pelas mulheres para além do abuso sexual. Tanto para Ferenczi (1927[2020]) quanto para Winnicott (1983[1960]), a “falha” no desenvolvimento do eu/*self* se dá para além de situações abusivas. Ferenczi (1927[2020]) nomeia como trauma situações que promovem uma clivagem da

personalidade, isto é, interrompem o desenvolvimento do eu. Segundo ele, os traumatismos reais se dão quando do ingresso da criança na sociedade a partir das falhas dos adultos cuidadores. Winnicott (1983[1960]) se aproxima desse entendimento e avança. Para ele, a interrupção do desenvolvimento do *self* verdadeiro e o fortalecimento do falso *self* se dão a partir da falha materna em garantir a continuidade de ser do bebê. Essa continuidade é pautada primeiramente na ilusão de onipotência, promovida pela presença e cuidado da mãe de acordo com as necessidades de seu bebê e que garantem a ele a ilusão de ser ele mesmo quem cria tudo: o peito que dá o leite, o colo da mãe que o acalma etc. Depois a continuidade de ser segue a partir da frustração oferecida pela mãe em justa medida, para que aos poucos o bebê perceba a realidade e suas limitações, descartando sua ilusão de onipotência. Se a mãe falha nessa função, há uma situação traumática para o bebê que gera uma descontinuidade em seu ser, no desenvolvimento do seu *self* verdadeiro.

Os dois autores falam então de falhas dos adultos cuidadores em introduzirem a criança na sociedade e em garantirem a formação saudável de seu eu. Falha essa que impede a construção de um eu verdadeiro, espontâneo, criativo, ao final autônomo. Diante dessa formulação, tanto meninas quanto meninos podem sofrer traumas no processo de desenvolvimento advindos de falhas dos adultos cuidadores – nenhum dos dois autores diferencia as falhas no desenvolvimento psíquico em relação ao gênero da criança. O que diferenciaria, então, as falhas dos adultos em relação a uma menina? Há, para mim, uma diferenciação entre o tratamento que recebem os meninos e as meninas, e essa diferença diz respeito ao nível e ao tipo de dominação a que as meninas estão submetidas. Analisaremos essa diferença na próxima seção deste capítulo.

Além da diferença de gênero há também as diferenças de classe, raça, orientação e identidade sexual, diversidade corporal etc. que não são analisadas pelos autores; quais as condições materiais e afetivas a que estão expostos bebês de famílias de classes baixas? Diante do racismo estrutural, como uma bebê negra é introduzida na sociedade? Certamente as falhas dos adultos, produtos das estruturas sociais, serão diferentes de acordo com cada atravessamento de gênero, classe, raça, diversidade corporal e sexualidade, uma vez que esse bebê é percebido de forma muito diferente perante cada marcador social, ainda que essa percepção seja da ordem inconsciente. O cuidado que cada bebê/criança receberá dependerá de várias condições materiais e afetivas, assim como depende a forma como cada indivíduo será tratado no curso de sua vida.

A escuta de uma mulher negra que nasceu em uma família interracial em uma cidade majoritariamente branca do Brasil me mostrou como ela aprendeu desde muito pequena a ser uma “boa menina”, obediente, que não devia chamar a atenção, e por isso tentou parecer com as outras pessoas para que afinal fosse incluída e aceita pela branquitude. Mas ser igual aos outros (brancos) é negar a si mesma, e ser obediente é aceitar um lugar de dominada em uma coletividade branca que não a aceita e a inferioriza, ainda que de forma indireta, em um comentário ou outro, em uma comparação, em um olhar depreciativo. A dominação é interiorizada aos poucos nessa introdução à sociedade feita pela família, atravessada pela sociedade e suas estruturas violentas e dominadoras que podem ser de inúmeras formas traumáticas.

Kilomba (2019[2008]), ao discutir o tema do racismo cotidiano, identifica o fenômeno como traumático para a população negra. Ela parte da definição de trauma presente no *Vocabulário da psicanálise* de Laplanche e Pontalis (2001[1982]) como “Acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica” (LAPLANCHE, PONTALIS, 2001, p. 522). Para a autora, a escravização, o colonialismo e o racismo configuram sistemas que provocam, a partir de inúmeras formas de violência, acontecimentos disruptivos na vida dos indivíduos para os quais a cultura não fornece equivalentes simbólicos para que sejam elaborados por eles. Isso porque a violência racial que implica a desumanização do povo negro é deveras cruel, carecendo de palavras adequadas para sua simbolização (Pajaczkowska, Young apud Kilomba, 2019[2008]).

A autora segue caracterizando o trauma como uma experiência violenta, inesperada e não desejada pelo sujeito e que o invade, uma vez que excede a tolerância do sujeito no que diz respeito à sua capacidade de organização psicológica para descarregar as excitações desproporcionais, seja no caso de um único evento ou de um acúmulo de eventos violentos. O eu, então, invadido, despreparado, vive um choque diante do evento violento seguido de um despedaçamento interno, uma vez que a violência abala a estrutura interna de confiança no mundo e no outro.

Diante do despedaçamento interno, como vimos a partir de Ferenczi (2020[1934]), há um apassivamento do indivíduo, que perderia sua capacidade de atividade através de um enfraquecimento do eu enquanto instância interna de julgamento do mundo. Diante desse

apassivamento provocado pelo trauma não estariam as pessoas negras suscetíveis à submissão à cultura branca e às pessoas brancas que as inferiorizam? Uma consequência desse processo não seria a internalização dessa dominação enquanto uma desvalorização de si mesmas? Como vimos no capítulo 1, a partir de hooks (2019[1989]), pessoas negras internalizam pressupostos sustentados pela ideologia da supremacia branca por meio de processos educativos, “agindo em cumplicidade com as próprias forças de dominação que ativamente oprimem, exploram e negam à vasta maioria de nós (pessoas negras) acesso a uma vida que não seja prejudicada por pobreza brutal, desumanização, alienação extrema e desespero” (HOOKS, 2019[1989], p. 141).

O racismo é vivido como um trauma, segundo Kilomba (2019[2008]), pois retira da pessoa negra seu lugar de sujeito e a coloca no lugar de outro diante das pessoas brancas. Promove um colapso ao separar violentamente o sujeito negro de qualquer identidade que ele tem, privando o indivíduo de sua relação com a sociedade inconscientemente branca (Fanon apud Kilomba, 2019[2008]). A branquitude, de acordo com a autora, ao negar aquilo de ruim que encontra em si mesma, projeta-o nas pessoas negras. As pessoas brancas colonizaram e escravizaram pessoas negras, tirando aquilo que era delas, como sua casa, sua família e sua liberdade; por não quererem reconhecer o mal que causaram ao povo negro, negam essa característica em si mesmos e a projetam nas pessoas negras que, segundo Kilomba (2019[2008]), se tornam a seus olhos perigosas, violentas, indolentes, podem tomar o que é dos brancos e por isso devem ser controladas.

Assim, as pessoas negras não só são colocadas no lugar do outro, objeto, como são também receptáculos de características negativas e alvo de constante repúdio, desconfiança e controle. Sua constituição é perpassada pela violência racial e pela determinação de uma cultura que se constrói sobre sua exploração, opressão e dominação. Ao projetar na população negra todo o mal, os brancos reconhecem em si só o bem, e com isso constroem uma imagem de si totalmente deslocada da realidade. No entanto, tal realidade efetivamente mostra outra verdade: a da tortura e exploração colonial que se perpetuam atualmente no racismo cotidiano, de acordo com a autora.

Diante de uma vivência de objetificação e alienação do sujeito em relação a si mesmo e ao mundo haveria uma interrupção da continuidade de ser, a meu ver, que depende do reconhecimento e da sustentação do eu e de sua identidade. A constituição de um eu e a sustentação dessa formação psíquica dependem do reconhecimento do outro e de sua

condição de sujeito; quando ele é negado para dar lugar à invasão e objetificação desse indivíduo, haveria então um despedaçamento psíquico.

A história da escravização e da colonização é uma história de desumanização do povo negro e da opressão racial marcada por humilhação, tortura, insultos e muita dor. Essa opressão é reanimada diariamente pelo racismo cotidiano, que se dá muitas vezes de forma mais sutil, mas ainda frequentemente de forma escancarada. De uma maneira ou de outra, não menos cruel. Ao viver, então, episódios diários de racismo, as pessoas negras não estariam somente vivendo aquela violência do momento, mas relembrando e revivendo com ela, a história de violência de seu povo escravizado:

O racismo cotidiano não é um evento violento na biografia individual, como se acredita – algo que “poderia ter acontecido uma ou duas vezes” – mas sim o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial. (KILOMBA, 2019[2008], p. 215).

Kilomba (2019[2008]) desenvolve, a meu ver, o argumento de que a dominação racial é traumática. Para além da forma como cada família introduzirá o bebê na sociedade, o que pode ou não produzir traumas no desenvolvimento do indivíduo, a autora defende que a vivência da pessoa negra na sociedade racista, para além de sua relação familiar, é produtora de traumas.

Parece, portanto, que o trauma de pessoas *negras* provém não apenas de eventos de base familiar, como a psicanálise argumenta, mas sim do traumatizante contato com a violenta barbaridade do mundo *branco*, que é a irracionalidade do racismo que nos coloca sempre como *a/o* “*Outra/o*”, como diferente, como incompatível, como conflitante, como estranha/o e incomum. (KILOMBA, 2019[2008], p. 40).

A internalização da dominação não será a mesma, então, para mulheres brancas e negras, pois as últimas, para além da dominação de gênero, sofrem também a violência racial. Elas são colocadas duplamente no lugar de outra, de objetificação, tanto enquanto mulheres como enquanto negras. Porém, existe um lugar comum a essas opressões: a condição de outridade, a objetificação. De acordo com Gonzalez (2020[1988]), ambos os sistemas de dominação, o patriarcado e o racismo, partem de diferenças biológicas para o estabelecimento de suas ideologias. A autora indica essa aproximação ao observar uma definição de feminismo: “resistência das mulheres em aceitar papéis sociais, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas baseadas na existência de uma hierarquia entre homens e mulheres a partir da qual a mulher é discriminada” (Astelarra apud GONZALEZ,

2020[1988]). Para ela, bastaria substituir “homens e mulheres” por “brancos e negros” (ou indígenas) que se obteria uma ótima definição da luta contra o racismo.

Pensando na semelhança entre esses sistemas de dominação, seria possível pensarmos também a dominação de gênero enquanto traumática? Hooks (2019[1989]) traz a ideia, a partir de uma conversa entre o monge budista Thich Nhat Hanh e Daniel Berrigan sobre a guerra do Vietnã, de que a dominação fragmenta, dispersa e agride o interior das pessoas, partindo-as em pedaços. Para a autora, o processo de dominação provoca, então, um despedaçamento interno. O que hooks (2019[1989]) nomeia como consequência da dominação me parece se aproximar daquilo que vimos como trauma por Ferenczi, Winnicott e Kilomba: a descontinuidade de ser da pessoa, o despedaçamento do eu. A dominação das mulheres produziria, em suas diversas formas, traumas, isto é, despedaçamentos das subjetividades das mulheres?

O trauma, como vimos, se dá a partir de uma vivência de invasão, na qual o mundo, antes vivido como seguro, não é mais sentido dessa forma. Diante da dominação, que tem como uma de suas expressões a violência de gênero, a pessoa vítima de violência, seja física ou verbal, tem sua continuidade de ser interrompida, uma vez que tem sua segurança ameaçada. A experiência do ambiente como seguro, que sustenta sua existência no mundo, como vimos a partir da teoria winnicotiana do ambiente suficientemente bom, é interrompida diante de uma situação violenta. A violência foi definida pela OMS (2002) como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p. 5).

Em um país como o Brasil, no qual os dados de violência contra as mulheres apontam índices altíssimos, como as mulheres podem se sentir seguras ou construir esse espaço interno de segurança e mantê-lo durante toda a vida? De acordo com pesquisas sobre violência contra a mulher no Brasil realizadas pelo Instituto Patrícia Galvão²⁴, uma menina ou mulher é estuprada a cada dez minutos²⁵, três mulheres são vítimas de feminicídio a cada um dia²⁶, uma

²⁴ Violência contra as mulheres em dados. (site acessado em 2024)

²⁵ Violência contra Mulheres em 2021 (Fórum brasileiro de segurança pública, 2022).

²⁶ 13º anuário de segurança pública (2019).

travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada dois dias²⁷, 26 mulheres sofrem agressão física por hora²⁸ e 47% das brasileiras indicam ter sofrido assédio sexual²⁹.

Diante da ameaça vivida à integridade do eu através da violência, o trauma se instalaria caso essa violência não fosse reconhecida pelas figuras de referência da pessoa, de acordo com Ferenczi (2020[1931]). Quando analisamos o abuso sexual e o trauma, discutimos a negligência da figura parental em reconhecer a situação de violência e como essa negligência instaura o trauma. Agora, analisando o fenômeno da violência de gênero na sociedade brasileira, por mais alarmantes que sejam os dados, o reconhecimento dessa realidade e suas causas sociais ainda é muito escasso, insuficiente e recente. A lei Maria da Penha, de número 11340 que criminaliza a violência doméstica, regulamenta ações de proteção a mulheres vítimas de violência e versa sobre punições aos agressores, foi instituída somente no ano de 2006. A lei do feminicídio, de número 13104/15, que tipifica o homicídio de mulheres ocorrido por conta do gênero e o qualifica como crime hediondo, entrou em vigor somente no ano de 2015. Recentemente, em dezembro de 2023, foi sancionada a lei do “Não é Não”, de número 14.786/2023³⁰, que cria um protocolo para prevenção ao constrangimento e violência contra mulheres em casas noturnas, shows, bares etc., excluindo, porém, espaços religiosos, protocolo esse que visa criar condições de proteção às mulheres.

Ainda que recentes, é necessário reconhecer a importância dessas leis criadas a partir de muita luta do movimento feminista; para a proteção das mulheres e o reconhecimento da violência de gênero, porém, todas elas apresentam limites, ora em suas diretrizes, ora em sua aplicação na sociedade, ora em ambas. A judicialização das problemáticas de gênero não significa suas resoluções. Instituir leis de proteção às mulheres não implica diretamente, por exemplo, garantir que a sociedade desenvolva maior conscientização da problemática ou o impedimento dos crimes. Eles seguem ocorrendo, agora com status de crime e direcionamentos legais, no entanto seguem ocorrendo muitas vezes sem punição, apesar da lei. E a opinião pública não é controlada pelas ordenações jurídicas: uma sociedade patriarcal que reproduz a dominação das mulheres estruturalmente segue negando a violência contra as mulheres ou as culpabilizando por sofrê-la.

²⁷ Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transsexuais brasileiras em 2020 (ANTRA 2021).

²⁸ 16º anuário de segurança pública (FBSP, 2022).

²⁹ Visível e invisível: a vitimização das mulheres no Brasil (2023).

³⁰ Presidência da República, casa civil (2023). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14786.htm

Mesmo diante de leis que reconhecem a violência contra mulheres como crime, o entendimento sobre essa violência e sobre quando ela ocorre segue baseado em pressupostos misóginos. São vários os casos de mulheres que acessam a justiça para solicitar proteção e justiça perante a vivência de violência sem que seu pedido seja reconhecido e, com isso, muitas vezes são reviolentadas. Como, por exemplo, o caso que se tornou público de Mariana Ferrer, que entrou na justiça acusando André de Camargo Aranha por estupro e perdeu a ação. Ela alegou que em uma festa teria sido dopada por André e teve um apagão, o que pôde ser atestado por imagens disponibilizadas do local que mostravam Mariana cambaleando e sendo carregada por André. No julgamento do caso, ela foi humilhada pelo advogado do autuado que, ao expor fotos sensuais de Mariana de suas redes sociais, valeu-se da tese de que o ato sexual não foi um estupro, e sim consensual; já o promotor do caso argumentou que não haveria como André saber, durante o ato, que a mulher não estava em condições de consentir com a relação³¹. A forma como a justiça brasileira lidou com essa acusação de crime de estupro, um dos milhares de exemplos na nossa realidade, explicita a misoginia ainda muito presente nas instituições brasileiras e que promove a negação da violência e culpabiliza a mulher.

Diante de instituições que reproduzem a misoginia estrutural, como pode haver reconhecimento das violências vividas pelas mulheres? É claro que o reconhecimento advindo de figuras próximas às vítimas de violência é essencial, quando ocorrem, para a elaboração da experiência, mas é importante levarmos em conta o reconhecimento social da violência, pois a negação, mesmo vinda de outras instituições que não a familiar, ainda deve ser considerada como negação e, portanto, me parece, passível de produzir trauma. Pensemos no caso de Mariana Ferrer, aqui citado. Ainda que sua família tenha reconhecido o estupro sofrido, como terá sido a experiência de negação da violência na audiência e a humilhação a que ela teve de se submeter? Não seria essa vivência traumática?

De acordo com Brown (1991), não somente a vivência da violência pelas mulheres pode ser traumática, mas também o é a experiência de viver em uma sociedade onde a violência de gênero é normalizada e recorrente. Ao se deparar com a violência recorrente no seu grupo identitário, a mulher constata que ela mesma é vítima em potencial de um ato

³¹ Caso Mariana Ferrer e o inédito 'estupro culposo'. Intercept Brasil. 03 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>

violento. A autora fala da realidade dos Estados Unidos, mas já sabemos os dados de violência de gênero no Brasil e podemos relacionar sua constatação à nossa realidade também: “A maioria das mulheres na América do Norte hoje estão conscientes de que podem ser estupradas a qualquer momento, e por qualquer um; todas conhecemos alguém como nós que já foi estuprada, na maioria das vezes em sua própria casa, por um homem que conhecia” (BROWN, 1991, p. 128, tradução minha).

A partir dessa ideia, autora introduz o conceito de trauma insidioso, de Maria P. P. Root, terapeuta feminista, que consistiria nos “efeitos traumatogênicos da opressão que não são necessariamente abertamente violentos ou ameaçadores ao bem-estar corporal num determinado momento, mas que violam a alma e o espírito” (Root apud Brown, 1991, p. 128, tradução minha). Ainda que você mesma não tenha vivido algum episódio de violência explícita, o fato de viver em uma cultura da violência de gênero a expõe ao trauma insidioso. Estar exposta a uma cultura que a qualquer momento pode invadir, violentar ou humilhá-la, e testemunhar a violência de mulheres próximas ou desconhecidas cotidianamente deve provocar fraturas na percepção de segurança das mulheres.

A exposição à violência, como vimos, não é igual para todas as mulheres, ainda que todas, em algum grau, sofram violência de gênero – os atravessamentos dos marcadores sociais influenciam no grau de vulnerabilidade a que as mulheres estão expostas. Uma mulher pobre, por exemplo, que tem suas necessidades básicas de sobrevivência colocadas em risco devido ao divórcio, ou à separação de uma família primária violenta, tem um sério agravamento em comparação a uma mulher rica que possui autonomia financeira e condições de seguir sozinha provendo suas condições de existência. Ela provavelmente terá menos condições objetivas, ainda que elabore seus traumas, de sair de situações violentas.

Penso ser importante ressaltar que ao falarmos de violência nos referimos também às violências não visíveis como a violência psicológica e a moral, assim como também da sexual que, por vezes, pode igualmente não ser visível. Tais possibilidades também são entendidas como violência contra a mulher pela lei Maria da Penha³²; por não serem visíveis, muitas vezes são mais difíceis de serem provadas e mais passíveis de não serem reconhecidas e de serem negadas em uma sociedade misógina.

³² Instituto Maria da Penha. Tipos de violência.

Assim, defendo aqui, após essa exposição argumentativa, que a violência de gênero, estrutural em nossa sociedade, é traumática e, enquanto tal, produz o despedaçamento interno das mulheres gerando, em níveis diversos, um eu submisso ao outro, como vimos a partir da teoria ferencziana. Diante da violência traumática, invasiva e não reconhecida, a mulher com seu eu vulnerável e fragmentado fica à mercê do outro e suas vontades, uma vez que perde a capacidade da atividade diante do choque traumático.

Para além da violência de gênero e dos processos traumáticos a que as mulheres estão expostas ao longo da vida, me interessa também saber como os processos de constituição psíquica, que a psicanálise nos ajuda a observar e analisar, contribuem, em uma sociedade patriarcal, para a dominação das mulheres. Como podemos observar o processo social de opressão de gênero no desenvolvimento do eu na constituição psíquica? A forma como as mulheres são constituídas difere da dos homens. Como a dominação é internalizada pelas mulheres quando não aparece na forma da violência de gênero? Seguimos agora na tentativa de responder a essas questões.

4.2 A dominação na infância: a diferenciação entre meninas e meninos e suas consequências para a constituição psíquica das mulheres

A formação das mulheres se dá durante toda a vida delas, no entanto o processo de constituição do psiquismo tem suas bases na infância, de acordo com o pensamento psicanalítico. É a partir das interações da bebê com o mundo e com as figuras primárias que ela vai constituindo seu psiquismo e organizando a forma como lidará consigo mesma, com o outro e com o mundo. Esse processo se inicia a partir da sensação de fusão relativo que o bebê experimenta com a mãe e o mundo que aos poucos vai se desfazendo para dar lugar à diferenciação entre o eu e aquilo que está fora, o outro, o mundo. A diferenciação, assim como os processos de identificação, daria as bases para a constituição de um sujeito autônomo que, ao se diferenciar do outro e se identificar com ela/ele, pode exercer uma existência ativa e única diante do mundo. Esse desenvolvimento psíquico, no entanto, não se dá de forma linear, tampouco é destino completo e comum de todas as mulheres, pois depende de determinados fatores que muitas vezes são interrompidos ou modificados, prejudicando a formação de inúmeras meninas.

De acordo com Freud (2011[1925]), esse processo percorreria toda a primeira infância por meio das fases do desenvolvimento psicosexual descritas pelo autor como fases oral, anal, fálica, de latência e genital, e teria seu ponto culminante na resolução do complexo de Édipo. A criança viveria em seus primeiros anos de vida uma fase narcísica, de autoerotismo, na qual a diferenciação entre o eu e o mundo ainda não teria sido feita e, portanto, as instâncias psíquicas ainda não teriam sido constituídas: o eu e o superego. Nessa fase o bebê viveria uma percepção de onipotência em relação ao mundo, não reconhecendo seus limites, uma vez que ainda não reconheceria a si mesmo como separado do mundo e da mãe.

A resolução do complexo de Édipo marca a transição da criança de uma fase narcísica e indiferenciada para uma fase em que começa a distinguir entre si mesma, o mundo e os outros. Nesse estágio, a criança redireciona sua libido investindo-a não apenas em si mesma, mas também em objetos externos. O complexo de Édipo inauguraria, então, o amor objetal na vida da criança, o que a inscreve no mundo enquanto sujeito, de acordo com o autor. Para Freud (2011[1925]), portanto, a relação com o objeto é inaugurada pelo complexo de Édipo, e na fase pré-edípica figura principalmente o investimento autoerótico. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), muitos autores da psicanálise discordam da concepção narcísica da fase pré-edípica de Freud, como, por exemplo, Melanie Klein, que indica a existência das relações objetais desde a origem da criança. Winnicott, autor psicanalítico no qual me apoio para entender o desenvolvimento psíquico, também discorda de Freud (2011[1925]) e constrói uma teoria das relações de objeto que lançam um olhar mais aprofundado para a fase pré-edípica e para as relações entre mãe e bebê. Para além de um aprofundamento nessa fase, o autor identifica nela já um desenvolvimento do *self* na relação com a mãe, anterior ao complexo de Édipo, em sua teoria da integração.

Essas discordâncias remetem a diferenciações teóricas entre os/as autores/as, que passam a analisar, no caso de Winnicott, o desenvolvimento psíquico a partir das relações com o objeto acrescentando novos elementos à teoria das pulsões freudiana. Para o autor, o desenvolvimento sadio do *self* depende de uma relação com uma “mãe” suficientemente boa e de um ambiente suficientemente bom, a partir dos quais o bebê passa de uma relação de dependência absoluta com a mãe para uma relação de independência relativa, alcançando a integração. Antes dele, Ferenczi já se contrapôs a Freud ao recuperar sua teoria da sedução, defendendo que uma invasão vinda de um adulto, objeto, provocaria um trauma, afetando o desenvolvimento do eu. A importância do objeto para a constituição subjetiva, nos dois

autores, diverge da posição freudiana. E é a partir dessa nova perspectiva psicanalítica que partem minhas discussões que se interseccionam com os aspectos estruturais, sociais.

Como vimos anteriormente, a teoria freudiana sobre a constituição psíquica descreve, como seu foco e principal objeto de análise, o processo do menino – tomando o processo da menina como secundário e analisando-o em relação ao do menino. Com isso, reproduz em vários momentos a dominação das mulheres presente na sociedade: tendo analisado esse grupo social a partir de dado momento histórico, acaba por desconsiderar seu contexto e suas determinações sociais em diversos desenvolvimentos teóricos, naturalizando por vezes uma experiência que é fruto de determinantes sociais e culturais e que, por isso, não deveria ser essencializada. Freud, no entanto, nos ajudou na compreensão dos processos constitutivos do psiquismo, e com isso também nos apresentou uma realidade de dominação no processo de constituição que nos pode auxiliar na análise do fenômeno da dominação das mulheres.

Ao escutar mulheres em um momento histórico de grande repressão à sexualidade feminina e inferiorização da mulher, que foi a era vitoriana, Freud (2015[1908]) reconhece o adoecimento que a repressão à sexualidade delas gerou e as perdas, inclusive de ordem cognitiva, que as mulheres viviam em consequência, repressão essa de grau muito maior do que a que o homem vivia. Esse reconhecimento, no entanto, não se traduziu em uma teorização sobre essas diferenças que apontasse suas injustiças e suas correlações a determinantes sociais, nem por ele nem por grande parte dos psicanalistas que o seguiram, como Ferenczi e Winnicott, que em sua maioria reproduziram uma leitura patriarcal do psiquismo humano. Apesar de nos possibilitar observarmos em termos psíquicos as diferenciações que o patriarcado produz nas subjetivações de meninos e meninas, faltou e segue faltando a muitos autores o reconhecimento das raízes dessa questão. Como Rubin (2017[1975]) aponta ao discutir Lévi-Strauss e Freud: “eles não percebem as implicações do que dizem, nem a crítica implícita que sua obra pode suscitar quando submetida a um olhar feminista. Ainda assim, eles trazem ferramentas conceituais com as quais é possível descrever a parte da vida social em que reside a opressão das mulheres (...)” (RUBIN, 2017[1975], p. 10).

Para entendermos as diferenças nos processos de constituição psíquica de meninas e meninos e suas relações com a internalização da dominação pelas mulheres precisaremos, então, ir além de Freud, Ferenczi e Winnicott, ainda que sigamos, ao discutir dentro do campo psicanalítico, em diálogo com eles. Muitas feministas apresentaram críticas importantes às

leituras freudianas sobre mulheres, dentre elas algumas psicanalistas como Juliet Mitchell, Karen Horney, Janine Chasseguet-Smirguel³³, Jessica Benjamin e outras. Aqui irei dialogar principalmente com Jessica Benjamin (1988), psicanalista que empreende um estudo complexo sobre dominação e gênero a partir de um diálogo entre alguns autores da psicanálise, algumas autoras feministas da psicanálise e alguns autores da teoria crítica, trazendo para a discussão psicanalítica da constituição psíquica questões sociais e culturais. A escolha dessa autora se deu pela grande aproximação de seu desenvolvimento teórico com meu tema de pesquisa e por que suas contribuições me parecem esclarecer muitas de minhas perguntas de forma aproximada, na maioria das vezes, aos meus posicionamentos.

Benjamin, J. (1988) indica que a dominação se dá quando a tensão existente entre o eu e o outro e o reconhecimento mútuo de sua existência e estatuto de sujeito, são quebrados. Quando o outro é visto como objeto a ser controlado, e não como sujeito livre e diferenciado, autônomo, ocorre um processo de dominação. Como vimos, a mulher historicamente ocupou o lugar de Outro, objeto em relação ao Um, o homem, segundo Beauvoir (2016 [1949]), mas como ocorre a internalização desse lugar de objeto pela mulher?

4.2.1. A fase pré-edípica

Para Benjamin, J. (1988), a internalização da dominação ocorre por meio do processo de identificação da menina com a mãe na fase pré-edípica, tanto com a mãe concreta como com o ideal cultural de mãe³⁴. Há uma mudança de foco nas teorias psicanalíticas, que passa da observação do pai para a observação da mãe a partir do desenvolvimento das teorias das relações objetais. Quando o que se observa não é mais o momento do complexo de Édipo,

³³ É importante apontar que não encontrei registros de uma autodeclaração de Chasseguet-Smirguel enquanto feminista, mas a incluí porque foi alguém que estudou a sexualidade feminina e apresentou críticas à Freud, contribuindo para uma leitura feminista da psicanálise.

³⁴ De acordo com Benjamin, J. (1988), ainda que atualmente as configurações familiares sejam muito mais diversas que uma família formada por pai e mãe, essas figuras estão representadas como ideais culturais e exercem influência, mesmo que não de maneira absoluta, sobre quaisquer novos formatos familiares. Isso se reflete, por exemplo, em adultos que desempenham papéis parentais, como avós, avôs, casais homossexuais, mães ou pais solteiros, os quais podem inadvertidamente perpetuar estereótipos relacionados aos papéis tradicionais de pai e mãe. Para a autora, qualquer diferença advinda dessa diversidade nas estruturas familiares deve ser vista a partir de um contexto da cultura dominante e suas estruturas de gênero.

mas sim a fase pré-edípica, essas teorias passam a se ocupar da mãe, mulher, como aquela que pode tanto assegurar uma constituição do eu saudável quanto produzir a regressão da criança em seu desenvolvimento. Benjamin, J. (1988) analisa tanto a fase pré-edípica quanto a fase edípica, mas dando destaque para a importância dessa primeira fase e como ela assegura a importância da mãe muitas vezes invisibilizada pela psicanálise.

A mãe representa uma figura de mulher que sacrifica a si mesma em prol da maternidade, aquela que vive para dar conta da demanda dos filhos e filhas, vista pela sociedade não como sujeito com seus desejos e limites, mas como aquela que deve dar conta da criação dos filhos e filhas. Na realidade brasileira, por exemplo, mais da metade das mães são mães solo: de acordo com pesquisas do IBGE, 55% das mães são solteiras, viúvas ou separadas em uma realidade em que sete a cada dez mulheres são mães.³⁵ Essa realidade nos faz questionar as condições que as mulheres tem para exercerem a maternidade de forma a preservar sua individualidade, de quais redes de apoio essa mãe disponibiliza. Além da creche, momento sem a necessidade de cuidar pessoalmente da criança e que lhe possibilita trabalhar fora de casa, quando essa mãe tem tempo hábil para dedicar a si mesma, aos seus desejos? Como pode respeitar seus próprios limites se é em grande parte a única responsável pelo cuidado do filho/filha? Importante frisar que, ainda que essa seja uma realidade de grande parte das mulheres brasileiras, há certamente nuances de classe e de raça a considerar nessa questão.

Para além das condições sociais concretas, que colocam sobre a mãe a maior responsabilidade pelo cuidado da criança, há também a internalização dessa ideia cultural e histórica de maternidade pelas mulheres. Essa concepção sobre maternidade reproduz o entendimento de que mulheres, quando se tornam mães, devem sacrificar a si mesmas em prol da criação dos filhos e filhas³⁶, e essa ideia de sacrifício pelo outro é transmitida para as meninas por meio do processo de identificação. Na fase pré-edípica, a mãe é aquela com quem a criança vive uma fase de apego e fusão, ainda que não completa, de acordo com Benjamin, J. (1988); é aquela que representa o mundo ainda não separado do bebê. Na medida em que vai se separando da mãe e do mundo, o bebê deveria experienciar o reconhecimento

³⁵ Sete em cada dez mulheres são mães no Brasil. São Paulo, 13 de maio de 2023.

³⁶ Historicamente a mulher foi reduzida ao papel da maternidade, somente com as lutas feministas foi que as mulheres puderam vislumbrar uma possibilidade de existência para além da maternidade e do autossacrifício. A Psicanálise em grande parte reduziu também a mulher a esse papel social. (Benjamin, 1988).

próprio, de um eu inteiro, com desejos e limites, ao mesmo tempo em que deveria reconhecer também o outro como alguém inteiro, também dotado de desejos e limites. O que Benjamin, J. (1988) nos esclarece é que há um processo de genderização na formação das crianças na sociedade atual. Nesse contexto, a figura materna, enquanto mulher, não é plenamente reconhecida como sujeito, enquanto o papel paterno é associado à posse de liberdade, autonomia e poder sobre a mãe.

Além disso, muitos desenvolvimentos teóricos da própria psicanálise, ao reproduzir as relações de poder perpetradas pelo patriarcado, enxergam a mãe como aquela que representa o impedimento ao processo de separação, de independência do bebê, isto é, como aquela que atuaria na direção da regressão ao momento fusional, e o pai, como aquele que retiraria a criança dessa relação fusional, rumo a independência e autonomia. De acordo com Benjamin, J. (1988), desde Freud a discussão sobre o psiquismo e a autoridade na psicanálise se dá majoritariamente em relação ao pai e ao menino – a luta pelo poder é observada nessa dupla, e a mulher entra nessa luta somente como prêmio ou tentação à regressão. A relação de dominação do homem em relação à mulher é deixada de lado, invisibilizada.

O processo de separação no desenvolvimento psíquico é descrito por Benjamin, J. (1988) a partir da teoria da separação-individuação de Mahler et al. presente em seu livro *The Psychological Birth of the Human Infant*. Essa teoria divide o processo de separação-individuação em três momentos: o primeiro deles é o momento de diferenciação, no qual o bebê consegue se movimentar mantendo distância e aproximação com a mãe; o segundo é o momento da prática, no qual o bebê se encontra eufórico com as descobertas sobre o mundo ao seu redor e consigo mesmo e sua capacidade de ação, tendo uma falsa ideia de autosssegurança, independência e onipotência; é na terceira e última fase do processo, o momento de conciliação, que o bebê então percebe sua dependência em relação à mãe e os limites que a realidade impõe aos seus desejos. No entanto, essa última fase não ocorre de forma pacífica, é inundada de conflito. O bebê teima em não aceitar seus limites e a autonomia da mãe que, assim como ele, pode se afastar, e ele tenta então manter a percepção de onipotência e controle da mãe.

Para Benjamin, J. (1988) não é somente o processo de separação que deve ser observado, mas também o processo de aproximação com o outro. De acordo com Daniel Stern (apud Benjamin, J., 1988), o bebê nunca está numa relação totalmente simbiótica com a mãe – desde os momentos iniciais já é preparado pela mãe a desenvolver um interesse pelo mundo e

uma diferenciação dele. Segundo a autora, a maior importância dada, pela teoria psicanalítica ao processo de separação e independência da criança, representa uma valorização deste em detrimento do processo de aproximação e dependência que qualquer indivíduo, ainda que adulto, mantém em relação ao outro, valorização essa presente na sociedade. A ideia de que os indivíduos se tornam absolutamente independentes é falaciosa. Winnicott (2019[1971]), em seu livro *O brincar e a realidade*, já postulou que qualquer independência conquistada pelo indivíduo é relativa, e não absoluta.

Retomemos o processo de separação-individuação para entendermos como é por meio desse processo, mais especificamente em sua terceira fase, que há uma internalização da dominação pela menina. A forma como a mãe lidará com a fase de conciliação, na qual o bebê protesta contra a realidade da dependência, influenciará como o bebê resolverá seu processo de individuação, podendo manter uma fantasia de onipotência ou reconhecer a si mesmo e ao outro como sujeitos com limites. Para que o bebê possa aceitar os limites impostos pela realidade e a separação e a dependência em relação ao outro, a mãe deve, de acordo com a autora, apresentar limites aos desejos do bebê, aceitando que não pode prover um mundo perfeito para sua/seu filha/o, que ela mesma não é perfeita e que muitos desejos desse bebê não serão satisfeitos, diferentemente das necessidades que devem ser satisfeitas.³⁷ Para isso, a mãe deve primeiro se reconhecer enquanto sujeito com desejos e limites; caso isso não ocorra, o bebê é puxado de volta à sensação de fusão e roubo de seu agenciamento, o que faz com que vivencie uma sensação de solidão e uma procura ainda maior por poder e satisfação de desejos sobre o outro.

Outra possibilidade é a mãe que não suporta ver o passo rumo à independência do bebê, não provendo segurança para que esse bebê faça as coisas sozinho, trazendo insegurança para ele e o desejo por manter-se totalmente dependente e de acordo com a mãe. Essa relação de funcionamento entre mãe e bebê ocorre diante da negação do estatuto de sujeito da mulher, e quando a mulher passa a ser mãe, como já vimos, ela comumente passa a ter como função única a criação do bebê, negando as próprias liberdade e subjetividade em

³⁷ No caso de bebês de classes baixas que muitas vezes não tem nem suas necessidades básicas correspondidas, como diferenciar limitação de desejo e necessidade? Qual a possibilidade desse bebê se individuar, podendo se reconhecer enquanto sujeito com desejos e limites? Reconheceria esse bebê quando adulto só limites, não podendo desejar, sonhar?

prol dessa função. Dessa maneira, o bebê segue com a fantasia de onipotência, de que a mãe existe somente para ele, pois socialmente é isso que acontece na maioria das vezes.

Benjamin, J. (1988) parte de Winnicott para demonstrar que a relação de reconhecimento mútuo é construída a partir do processo de destruição, em fantasia, da mãe pelo bebê e sua conseqüente sobrevivência. Esse processo assegura ao bebê tanto sua própria existência como a existência da mãe quando essa destruição a afeta, isto é, quando a mãe demonstra ser afetada por ela. No entanto, se isso não ocorre, o bebê pode tanto considerar a mãe como um objeto a ser controlado, ou ele mesmo como objeto a ser controlado pela mãe. No primeiro cenário, temos uma mãe que não estabelece limites para o impulso destrutivo do bebê, enquanto no segundo caso a mãe reage de forma retaliadora diante do impulso agressivo e assertivo do bebê, não concedendo espaço para sua autonomia e assumindo um papel de todo-poderosa, exercendo controle absoluto sobre a criança. De acordo com a autora, em ambos os casos, a ruptura da tensão do reconhecimento conduz a uma dinâmica marcada por relações de dominação.

Para Winnicott (2029 [1971]), o reconhecimento do outro só pode se dar se o objeto (mãe) for destruído em fantasia e sobreviver no mundo real, isto é, tendo sido destruído internamente e sobrevivido externamente, ele pode ser entendido como sujeito inteiro e fora do mundo interno do bebê, e não mais parte do mundo interno passível de controle. A destruição, no caso, de acordo com Benjamin, J. (1988), é necessária para a diferenciação entre o eu e o outro. Esse processo de adentrar o mundo, de se diferenciar dele e da mãe, ocorreria, segundo a autora, como Winnicott descreve a descoberta do mundo pelo bebê por meio da brincadeira e partir do espaço transicional. O bebê passa a perceber o mundo como um espaço prazeroso, repleto de novidades a serem exploradas, onde ele pode criar a partir da interação entre seu mundo interno e o externo.

Assim, diante de uma figura materna suficientemente boa, o bebê tem a oportunidade de compreender que, da mesma forma que encontra prazer ao se afastar da mãe para explorar o mundo, a mãe também deve ter a liberdade de se distanciar dele para viver sua própria individualidade. Nesse contexto, não surge ressentimento em relação à mãe que busca seu espaço para viver a vida. Segundo Benjamin, J. (1988), o processo de separação-individação, então, não representaria uma perda de algo precioso para se adaptar ao mundo, como Freud (2010[1930]) defende em *O mal-estar na civilização*, mas sim um caminho rumo a um mundo prazeroso e repleto de possibilidades. Além disso, esse processo tampouco ocorreria a partir

de uma imposição dos pais, mas sim a partir de uma relação de troca mútua entre bebê e mãe, na qual os dois abrem mão do fusionamento em prol de suas individualidades.

Na clínica, escuto histórias de filhas de mães que não conseguiram sobreviver, e viver suas vidas e suas individualidades diante de seu bebê, pois já não haviam conseguido estabelecer essa subjetividade e agenciamento de si mesmas antes de se tornarem mães, uma vez que dependiam primeiramente de seus pais e depois de seus maridos. Em um dos casos clínicos, essa mãe, separando-se do marido, passa a tomar como mestre, em uma relação de dominação, seu filho homem, reproduzindo assim uma relação de submissão diante de figuras masculinas. Ela não consegue oferecer nem à filha e nem ao filho um processo de diferenciação que a considerasse como sujeito, tampouco eles conseguem se individuar plenamente eles mesmos. A filha, identificando-se com a mãe, tem muita dificuldade de enfrentar autoridades ou ser ela agenciadora de si mesma, e o filho segue na onipotência infantil controlando a mãe submissa.

Benjamin, J. (1988) defende que o processo de conciliação, parte do fenômeno de separação-individuação, ocorre de forma diferente para meninos e meninas. Tanto o menino como a menina, segundo a autora, têm sua primeira identificação com a mãe, porém a separação do menino da mãe passa por uma desidentificação por conta do gênero. Para afirmar sua masculinidade, o menino precisa, para além de se separar, se desidentificar dela e se identificar com o pai. A mãe vista como todo-poderosa, como enunciado por Winnicott (1999 [1950]), como aquela por quem o bebê teve uma dependência absoluta, deve ser renegada para que a identidade do menino seja afirmada e para que ele não retorne ao fusionamento e controle da mãe. Esse processo, segundo a autora, comumente faz com que a identificação com a mãe dê lugar à objetificação dela: ao invés de ser controlado por ela, o menino passa a querer controlá-la para afirmar sua individualidade e gênero. A autora nomeia esse processo como falsa diferenciação:

A necessidade de romper com a identificação com a mãe a fim de que seja confirmado/afirmado tanto como uma pessoa separada quanto como uma pessoa masculina – e para o menino essas são coisas difíceis de distinguir – geralmente impede que o menino reconheça sua mãe. Ela não é vista como uma pessoa independente (outro sujeito), mas como outra coisa – como natureza, como um instrumento ou objeto, como menos que humana. A premissa de sua independência expressa “eu não sou nada como ela (mãe) que cuida de mim”. Uma atitude objetificante substitui as interações iniciais da infância, quando o reconhecimento mútuo e a afirmação (de si) orgulhosa ainda podiam coexistir. (BENJAMIN, J., 1988, p. 55 e 56, tradução minha).

Segundo a autora, a relação de sintonia emocional e harmonia corporal entre mãe e bebê, vista como base para uma relação de reconhecimento, e não somente como fusionamento narcísico, como pensado por muitos teóricos da psicanálise, é agora vista como uma ameaça para a identidade do menino. Benjamin, J. (1988) critica parte da comunidade psicanalítica que por muito tempo estabelece a relação mãe-bebê como regressiva, como responsável pelo narcisismo, entendendo a dependência como negativa. Ela esclarece como essa abordagem teórica está alinhada com uma realidade social e cultural que exalta a independência total e uma frieza de caráter enquanto menospreza a necessária dependência nas relações entre indivíduos que promove vínculos afetivos. Isso se deve à demanda do modo de produção capitalista por indivíduos impessoais, desprovidos de empatia e compaixão. Essa díade independência-dependência estaria atrelada, de acordo com a autora, à figura paterna e à figura materna respectivamente. A figura paterna é então vista por grande parte da teoria psicanalítica e pela cultura como a figura que salva a criança do fusionamento narcísico com a mãe.

Essa realidade observada pela autora e por mim seria a realidade da sociedade ocidental, que tem o homem como premissa do ser humano. Não é à toa que, segundo Benjamin, J. (1988), até pouquíssimo tempo atrás, e até mesmo hoje em dia, a palavra “homem” é usada para designar qualquer ser humano. A forma do processo de diferenciação do homem era/é tida como exemplo do processo de individuação. Como vimos a partir de Beauvoir (2016 [1949]), e Benjamin, J. (1988) concorda com ela, a teoria freudiana e muitos de seus continuadores olharam para o processo de individuação das mulheres a partir do processo de individuação dos homens, e não como um processo em si mesmo.

É relevante destacar que essas análises são aplicáveis à sociedade ocidental. Devemos considerar que são interpretações que buscam compreender as tendências culturais e sociais reconhecendo, ao mesmo tempo, que existem outras formas de organização social, muitas vezes consideravelmente diferentes das ocidentais. Isso é evidente, por exemplo, nas comunidades negras e nas culturas indígenas, mesmo quando inseridas nas sociedades ocidentais. Além disso, é possível observar também as diferenças que os marcadores sociais guardam em relação a essa análise. Isso não significa que pessoas negras e LGBTQIA+ não sejam atravessadas/os/es por essas tendências, no entanto trazem ainda mais questões para serem consideradas.

De acordo com hooks (2019[1989]), a noção de que o outro deve ser destruído para que a noção de eu seja sustentada, de que “eu e outro” só podem ser vistos em oposição, é

uma compreensão branca da construção social do eu. Para ela, em sua comunidade de pessoas negras não escolarizadas do sul dos Estados Unidos, a percepção é que o eu existe em relação, em dependência de vidas e experiências de outras pessoas.

(...) o eu como a incorporação de uma realidade coletiva passada e presente, família e comunidade. A construção social do eu “em relação” significava, então, que conheceríamos as vozes do passado que falam em e para nós, que estaríamos em contato com o que Paul Marshall chama de “nossas propriedades ancestrais” – nossa história. Porém, são precisamente essas vozes que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados. (...) Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. (HOOKS, 2019[1989], p. 78).

Segundo a autora, o estudo antropológico de Carol Stack *All our Kin* é um livro que confirma a tese de que emergiu, na cultura negra da classe trabalhadora dos estados do sul dos Estados Unidos, um sistema de valores contra-hegemônico que desafia os valores capitalistas brancos patriarcais de individualismo e propriedade privada: “Pessoas negras criaram em espaços marginais um mundo de comunidade e coletividade onde recursos eram compartilhados” (HOOKS, p. 2009[1989], p. 165).

A partir dos escritos de hooks podemos observar que há outras formas de construção da individualidade e da sociabilidade como, por exemplo, a descrita pela autora, que parte dos saberes das comunidades de pessoas negras que trazem a ancestralidade africana para seu viver. No entanto, como a autora mesma traz, essas formas diversas menos dominadoras e opressoras são dominadas, silenciadas pela lógica da sociedade ocidental branca, que não deixa sobreviver outras formas de existência, menos opressoras e exploradoras: “Esforços para assimilar valores e crenças de pessoas brancas privilegiadas, apresentados através da mídia, como a televisão, enfraquecem e destroem potenciais estruturas de oposição” (HOOKS, 2019[1989], p. 165). Para a autora, o capitalismo, a mobilidade ascendente e a assimilação de valores da população negra nos Estados Unidos desintegram a experiência diversa construída pela negritude.

A dominação, como diz a autora, destrói a possibilidade da inteira individuação, de conhecermos quem somos e assim nos colocarmos no mundo: “Cada vez mais, jovens negros são encorajados pela cultura dominante (e por aquelas pessoas negras que internalizam os valores desta hegemonia) a acreditar que a assimilação é a única maneira possível de sobreviver, de ter sucesso” (HOOKS, 2019[1989], p. 167). Ao invés de promover a individuação, a constituição de autonomia, a cultura dominante, segundo a autora, promove a assimilação das pessoas à lógica branca, ocidental, capitalista.

Por isso, quando falo de mulheres, quero deixar claro que não se trata de uma mulher universal, mas sim de inúmeras mulheres com suas diferenças de raça, classe, sexualidade, corporalidade, entre outras, porém com suas identidades – e são nelas que foco neste trabalho, apesar de falar também das diferenças. O destino da maternidade, o qual discuto neste trabalho, por exemplo, se sobrepõe à maioria das mulheres, sejam elas brancas, pretas, indígenas, amarelas, no entanto para as mulheres trans essa problemática se coloca de outra forma. A relação entre mulher e natureza também é algo compartilhado pela maioria das mulheres, embora cada sociedade se relacione com a natureza de formas diversas e a sociedade ocidental queira dominá-la para sua sobrevivência, ao passo que muitas comunidades indígenas têm relações harmoniosas com ela, colocando-a como ponto central em seu modo de vida. Isso não quer dizer, porém, que essas outras formas não sejam atravessadas pela ideologia da racionalidade instrumental da sociedade ocidental, que exerce um poder político, econômico e cultural considerável em termos mundiais.

As determinações de gênero construídas social e historicamente, então, exercem influência em diversas populações, ainda que tenham suas diversidades. E a análise dos processos identificatórios e suas diferenciações de gênero nos elucida quanto à dominação das mulheres e seu processo de objetificação. Ao observarmos o processo de desidentificação do menino com a mãe, analisado anteriormente, notamos que ele contribui para a objetificação das mulheres:

A vulnerabilidade da masculinidade, que é forjada no cadinho da feminilidade, e a “grande tarefa” da separação que é tão raramente concluída estabelecem as bases para a posterior objetificação da mulher. A mãe é tida como o protótipo do objeto indiferenciado. Ela serve aos homens como seu outro, sua contraparte, o seu lado reprimido. (BENJAMIN, J., 1988, p. 56, tradução minha).

Essa relação de objetificação da mãe é generalizada para as mulheres e, segundo a autora, a objetificação do outro é o que predomina na sociedade ocidental. E esse outro não é qualquer um, são as mulheres, pessoas pretas, indígenas, pessoas dissidentes das normas cis-hetero-normativas, pessoas com deficiências, entre outras. Essa objetificação não é feita somente por homens brancos heterossexuais cisgênero, mas pode ser feita por qualquer indivíduo, uma vez que é algo presente nas estruturas sociais que atravessam a formação de todas/todos/todes. Assim, uma mulher pode objetificar outra mulher, um homem preto pode objetificar uma mulher preta, uma pessoa com deficiência objetificar outra e assim por diante; no entanto, há níveis de objetificação que cada um sofre, não sendo possível, portanto, igualarmos todos ao compararmos, uma vez que há relações de dominação entre gênero, raça,

classe social, diversidade sexual e corporal. Uma mulher preta, como pudemos ver a partir de Collings (2016), sofre muito mais objetificação do que uma mulher branca, e aquele que menos deve sofrer com a objetificação é o homem branco heterossexual cisgênero, que é aquele que serve como régua para a sociedade ocidental.

Tendo analisado o processo do menino em relação à mãe, nos atentemos agora ao processo de conciliação que vive a menina. Ela, diferentemente do menino, não precisa se desidentificar com a mãe, uma vez que as duas compartilham do gênero feminino. Por não necessitar passar por esse processo de desidentificação, ela tende a se manter identificada com a mãe, o que dificulta seu processo de separação-indivuação. A partir de uma dificuldade maior também da mãe, de acordo com Chodorow (apud Benjamin, J., 1988), de se separar de suas filhas, por conta de uma maior identificação com elas do que com seus filhos, as meninas estariam mais propensas a temer o processo de separação e a se manterem conectadas às mães através da conformidade com elas e à negação de si mesmas.

Segundo Benjamin, J. (1988), a menina entende o sacrifício que a mãe faz de sua independência em prol da maternidade como a fonte de seu poder, não tendo, então, uma base para alçar a independência. Ela segue assim a identificação com a mãe, sacrificando seu próprio processo de separação-indivuação. Ao ter a mãe como sua base de identificação, afirmar-se diferente dela seria destruí-la internamente, o que significaria destruir o alicerce de sua identidade: “Assim, ela protege o todo-bom, todo-poderoso objeto materno, ao custo da obediência. Ela se torna incapaz de distinguir entre o que quer e o que quer a mãe. O medo da separação e da diferença foi transposto para a submissão” (BENJAMIN, J., 1988, p. 57, tradução minha).

O processo de separação-indivuação do bebê depende de uma mãe que se sente no direito de ser uma pessoa em si mesma, pois só assim a menina pode vê-la dessa maneira. Somente uma mãe-sujeito consegue apreciar e colocar limites à agressividade e à ansiedade que acompanha o processo de desenvolvimento de independência da menina: “Somente alguém que alcança plenamente uma subjetividade pode sobreviver à destruição e permitir uma completa diferenciação” (BENJAMIN, J., 1988, p. 59, tradução minha). Isto é, esse processo, segundo a autora, não depende somente daquilo que a mãe faz, mas também daquilo que ela é³⁸.

³⁸ Segundo Benjamin (1988), atualmente os estereótipos de gênero não são mais tão fixos; hoje mulheres podem adotar uma postura/personalidade tida culturalmente como masculina, e homens adotarem

Esse processo de separação-individuação não depende somente de uma “mãe” suficientemente boa para promover uma relação de reconhecimento. Benjamin, J. (1988) questiona o papel do pai nesse processo, a forma como se dá a relação dos pais com os meninos e as meninas na nossa sociedade, e como a figura paterna é vista pela teoria psicanalítica e pela cultura em geral. O pai é percebido como aquele que representa o mundo externo, o caminho da criança para adentrar o mundo. Na fase da conciliação, o pai simboliza para a criança a liberdade, a separação e o desejo. No momento em que está lidando com o processo de separação entre si mesma e a mãe, vivendo a ambiguidade entre afirmação própria e ansiedade de separação, é no pai que o menino encontra a identificação com alguém que representa poder e o *status* de sujeito.

A criança, na fase de conciliação, quer que seu desejo seja reconhecido. Ela quer que seu *status* de sujeito e agente, de que quer coisas e as faz acontecer, seja reconhecido. É nessa fase que o desejo se torna uma questão e as percepções sobre as diferenças de gênero são instaladas no psiquismo da criança. É nesse momento que cada figura parental representa um lado do conflito mental entre dependência e independência para a criança, de acordo com Benjamin, J. (1988). Os pais, desde muito cedo na infância são vistos como empolgantes e estimulantes; eles representam o outro separado. As brincadeiras que trazem para a criança, e as formas de interação com ela, costumam ser (com exceções, é claro) mais excitantes, por exemplo, quando jogam as crianças para o alto, quando rodam com elas, quando balançam e gritam. Já as mulheres, podendo também brincar dessa forma, costumam ser aquelas que acalmam a criança, e brincam de forma mais contida. Esses são estereótipos culturais que não necessariamente ocorrem com todas as mães e pais, mas estão sim presentes na cultura, de acordo com a autora³⁹.

O papel do pai é valorizado pela cultura como representante da independência, e o papel da mãe é desvalorizado como representante da dependência. É entendido, pela teoria

posturas/personalidades tidas como femininas. Hoje, a inversão de papéis das mulheres que, por exemplo, podem adotar uma falsa diferenciação semelhante à dos homens em busca de reconhecimento ao perseguirem um ideal de individualidade masculina, desprendida e impessoal, não implica necessariamente em libertação. Essa característica masculina de negar o outro não proporciona verdadeira liberdade, uma vez que, em vez de aproximar, acaba por separar as pessoas.

³⁹ As mães comumente são aquelas que, mesmo que brinquem com seus bebês, oferecem o que Winnicott chama de holding, um apoio corporal e emocional para os bebês; elas acalmam, tranquilizam, amamentam, estabilizam, seguram e contém o bebê. Os pais também podem oferecer essas funções, no entanto, em termos culturais essas funções são entendidas também em termos de gênero.

psicanalítica, que a necessária identificação com a mãe e com a feminilidade pode subverter a luta pela independência. No entanto, de acordo com Benjamin (1988), é tanto a partir da relação de dependência com a mãe quanto a partir da relação de separação dela promovida pela figura paterna (feita pelo pai ou qualquer adulto que fizer essa função) que o processo de separação-individuação pode ser concluído. A autora entende que esses papéis são funções que poderiam ser realizadas por qualquer adulto, independentemente do gênero, no entanto, diante de uma sociedade dualista e machista, essas funções são separadas por gênero, no qual o feminino é o desvalorizado e dominado.

Enfrentando a sensação de desamparo durante a fase de separação-individuação, a criança, ao se distanciar da mãe, vive a fantasia de perdê-la para sempre. Nesse contexto, o menino se identifica com o pai, visualizando-se na figura que percebe como liberta, autônoma e poderosa. Dessa forma, nega o desamparo, experimentando-se como alguém liberto da dependência materna, autônomo e fortalecido, e resguardado contra a perda da grandiosidade vivenciada na fase da prática. Tendo um caráter defensivo, o processo identificatório com o pai faz com que o menino se dissocie do vínculo com a mãe. O pai, ao resolver o conflito presente na fase de conciliação, produz aquilo que a autora nomeou como falsa diferenciação, pois tem como custo a relação do menino com a mãe e a feminilidade:

O menino não só se desidentifica com a mãe, ele a repudia e a todos os atributos femininos. A separação incipiente, entre mãe como fonte do bem e pai como princípio de individuação, é enrijecida em uma polaridade na qual sua bondade é redefinida como uma ameaça sedutora à autonomia. (BENJAMIN, J., 1988, p. 96, tradução minha).

Essa passagem me remete à análise de Horkheimer e Adorno (2006[1944]) do canto das sereias presente na Odisséia, na qual Ulisses, em sua viagem de retorno à Ítaca, navega pela ilha das sereias. As sereias, segundo o mito, possuem um canto sedutor que leva os homens à morte. Diante dessa circunstância, Ulisses tampa o ouvido de todos os homens do navio com cera para que não ouçam o canto sedutor e se amarra ao mastro para que impeça a si mesmo de ir ao encontro da morte causada pelo canto das sereias, que representam a natureza, ao mesmo tempo em que consegue ouvi-lo. Nessa passagem, Horkheimer e Adorno (2006[1944]) analisam como essa ação de Ulisses é uma alegoria do controle do homem burguês sobre a natureza externa e interna em busca da autonomia. Porém, para além disso, vejo essa passagem como uma alegoria também da mulher como uma ameaça sedutora à autonomia do homem, como afirmado por Benjamin, J. (1988). Assim como Ulisses deve colocar cera no ouvido dos marinheiros e amarrar a si mesmo no mastro, o menino deve negar

o vínculo de amor construído com a mãe para se individualizar na sociedade patriarcal. E as mulheres, como as sereias, ficam no lugar de natureza, objeto de desejo e ameaça.

A solução, então, da fase de conciliação é uma separação das aspirações contraditórias às duas figuras parentais: “Esquemáticamente, a mãe se torna objeto do desejo e o pai sujeito do desejo, em quem ele [o menino] reconhece a si mesmo” (BENJAMIN, J., 1988, p. 75)⁴⁰. Dessa forma, o processo de separação-individuação se torna uma questão de gênero. A mãe é objeto enquanto o pai é sujeito, que inclusive deseja e domina o objeto mãe. E assim como a mãe é desvalorizada como aquela que pode trazer o menino para a regressão, e vista como objeto tanto pelo pai como pelo menino, a menina também será desvalorizada como objeto como resultado desse processo. É negado a ela o direito de completar seu processo de separação-individuação como o menino o faz, apesar de ele também sair perdendo nesse processo.

De acordo com Benjamin, J. (1988), há uma assimetria no papel do pai em relação ao menino e à menina na fase de conciliação. As meninas não podem utilizar o pai ou figuras paternas masculinas da mesma forma que o menino os usa como figura identificatória para separar-se da mãe, uma vez que essas figuras negam comumente às meninas esse processo de identificação por não as reconhecerem nesse processo. Para a autora, uma consequência da feminilidade materna é a preferência dos pais pelos meninos, por conta de seu próprio processo de desidentificação com suas mães, pois se enxergam neles e não em suas filhas, mulheres. Eles veem suas filhas, segundo a autora, como “uma coisa doce e adorável, um objeto sexual incipiente” (BENJAMIN, 1988, p. 78, tradução minha).

Dessa maneira, as meninas passam por esse processo sem uma figura identificatória para auxiliá-las na separação com a mãe; ao invés disso, são puxadas de volta para a relação com ela. A menina, então, por não ter a mesma saída que o menino pela identificação com o

⁴⁰ Benjamin (1988) apresenta uma objeção a esse desenvolvimento teórico construído por ela, que parte das figuras de mãe e pai para entender o desenvolvimento psíquico das crianças: outras configurações familiares. Como famílias homoafetivas, formadas por avós, mães-solo funcionariam, então, sem esse par descrito? Segundo ela, a diversidade que esses diferentes arranjos familiares podem gerar na formação psíquica devem ser vistas a partir de um contexto da cultura dominante e seus arranjos de gênero. Essas famílias estão circunscritas a uma cultura que tem ideais de mãe e pai, que estabelecem papéis sociais que não necessariamente são feitos por figuras biológicas de mães e pais, ou mesmo homens e mulheres. O pai descrito na fase de conciliação é um ideal, a presença ou ausência física do pai não impede que esse ideal seja consumido pela criança, isto é, que essa função seja feita.

pai, para negar a sensação de desamparo, deprime-se, em vez de abraçar uma identificação com a onipotência paterna, masculina – de acordo com a autora:

A retirada do pai empurra a menina de volta para a mãe; a conseqüente virada para o interior das suas aspirações por independência e sua raiva pelo não reconhecimento explicam sua resposta depressiva ao conflito da conciliação. Então, meninas pequenas são confrontadas mais diretamente pela dificuldade de se separar da mãe e pelo seu desamparo. Desprotegidas pelo signo fálico da diferença de gênero, não apoiadas por uma relação alternativa, elas renunciam a seu direito ao desejo. (BENJAMIN, J., 1988, p. 78, tradução minha).

A autora discute a figura do falo trazida pela psicanálise e valorizada pela cultura. Ela aponta que a inveja do pênis, desenvolvida por Freud em sua teoria sobre o desenvolvimento sexual da menina, ocorreria não por conta da falta do órgão em si, como aponta também Beauvoir (2016 [1949]), mas sim por conta do que o órgão representa: o poder social masculino, a liberdade e a autonomia. E Benjamin, J. (1988) complementa esse argumento apontando que a inveja que a menina sente estaria relacionada ao processo não estendido a ela de identificação com o pai e de separação da mãe. O falo/pênis seria um representante do poder sexual paterno e da habilidade de impor a separação.

Além disso, a autora traz a reflexão, a partir da leitura da psicanalista Janine Chasseguet-Smirguel, de que o entendimento freudiano da mãe castrada e em falta seria o oposto do que realmente se passa na percepção das crianças, que, ao contrário, teriam uma imagem inconsciente da mãe como muito poderosa. Ao invés de ser vista como tendo um órgão faltante, o pênis, a vagina é vista e temida tanto pelo menino quanto pela menina devido ao seu potencial de engolir novamente a criança. E, no caso da menina, há o desejo pelo pênis do pai como forma de repelir o poder materno. Desse modo, o pai é visto como poderoso não por ter um pênis, mas sim por representar (com seu pênis) a liberdade da dependência em relação à mãe poderosa da infância.

Desse modo, a menina desprovida dessa identificação paterna e conseqüentemente impedida de completar seu processo de separação-individação segue a vida admirando a onipotência masculina, expressando essa admiração através de relações nas quais se submete explícita ou inconscientemente. Ela inveja os homens com seus pênis por terem poder e desejo, aquilo que a sociedade patriarcal lhe negou. Os ideais paternos de onipotência estão na cultura e são transferidos para a criação de meninos e meninas pela mãe e pelo pai, ou por quem quer que seja responsável pela criação das crianças. Os estereótipos de gênero são reproduzidos, ainda que inconscientemente: “As imagens da separação e do desejo estão, assim, unidas no pai, ou mais precisamente, em seu ideal. Presumivelmente, o pai tem sido

experienciado tanto pelos meninos quanto pelas meninas como o representante original da excitação e alteridade” (BENJAMIN, J., 1988, p. 76, tradução minha).

As meninas não reconhecidas pelo pai no processo identificatório, ao se identificarem com as mães reprimidas em seus desejos, que sacrificam a si mesmas pela criança, passam a se ver dessa mesma maneira, sem desejo e tendo que se sacrificar pelo outro. Já os meninos, que podem se identificar com a figura paterna pois são reconhecidos por ela, enxergam o pai como todo-poderoso, aquele que é sujeito desejante, e, portanto, se identificam com essa onipotência, valorizando a independência ao invés da dependência. Ainda que a menina insista em se identificar com o pai, essa identificação será contrária às expectativas sociais e às expectativas do pai. E também quando a relação com o pai se torna sexualizada, essa identificação se tornará uma barreira, e não um ímpeto para a autonomia.

A recusa do pai, ou seu substituto, em conceder a identificação à menina adviria do ódio construído histórica, social e culturalmente da mulher, resultado, como vimos, do processo de desidentificação e do medo da mãe todo-poderosa. Seria a misoginia assim uma defesa em termos psicanalíticos? Não queremos aqui individualizar uma problemática que é histórica, social e política, mas sim trazer a dialética para sua leitura. Ao mesmo tempo em que a criança lida com uma mãe superpoderosa em sua constituição psíquica e tende a rechaçá-la para se individuar, as estruturas sociais patriarcais atravessam esse processo: o individual e o social se retroalimentam.

Para Benjamin, J. (1988), essa condição de dominação masculina e submissão feminina poderia ser diferente caso a sociedade não fosse patriarcal. Qualquer uma das figuras, independentemente do gênero, poderia fazer a função materna e paterna para a garantia do processo de separação-indivuação da criança sem que as relações de dominação de gênero fossem produzidas e, ainda, a dominação poderia ser evitada caso a relação entre as pessoas fosse construída como uma relação de reconhecimento, entre sujeito-sujeito, e não sujeito-objeto. Para isso seria necessário que a tensão existente entre independência-desejo e dependência-apego fosse mantida, para que nenhum dos polos sobressaísse e nenhuma mulher recaísse no lugar de submissão diante de um “mestre” dominador:

(...) os pressupostos subjacentes à abordagem psicanalítica do desenvolvimento precoce de gênero. Eles são: que as mães não podem oferecer a suas filhas o que os pais oferecem a seus filhos, uma figura de separação e afirmação; que meninas pequenas não precisam de tal figura porque elas podem muito bem permanecer identificadas com a mãe do apego e fusão precoce; e que os pais não podem oferecer a suas filhas o que eles oferecem a seus filhos. Esses pressupostos são, na melhor das hipóteses, não mais que descrições da nossa cultura. Eu acredito que, dadas alterações substanciais nas expectativas de gênero e parentalidade,

ambas as figuras parentais podem ser figuras de separação e apego para suas crianças; que tanto meninos como meninas podem fazer uso das identificações com ambas figuras parentais sem que fiquem confusos sobre suas identidades de gênero. (BENJAMIN, 1988, p. 80, traduções minhas).

Para Benjamin, J. (1988), na fase pré-edípica, o gênero e suas identificações associadas são fluídas, as identificações com a feminilidade ou a masculinidade ainda não são vistas como excludentes. A criança seguirá o caminho da afirmação da semelhança ou da diferença a partir da posição da mãe, uma vez que almeja a separação dela. Caso a mãe realce o apego, a criança aspirará pela diferença se identificando com o pai; caso a mãe realce a separação, a criança insistirá na semelhança com ela, identificando-se com ela. No entanto, segundo a autora, o desejo da criança é ter os dois, semelhança e diferença, mãe e pai.

A criança trava uma luta para manter a identificação com os dois sexos, tentando manter as duas figuras parentais como objetos de apego e reconhecimento. Essa identificação dupla permitiria, segundo a autora, à criança assimilar muito do que pertence ao outro. A identificação não é limitada para ela à identidade:

Eu não estou sugerindo que o gênero pode ou deve ser eliminado, mas que juntamente com a convicção da identidade de gênero, indivíduos idealmente deveriam integrar e expressar tanto aspectos masculinos como femininos da individualidade (como definidos culturalmente). Essa integração já acontece na constante alternância de identificações da pequena infância e pode subsequentemente se tornar a base para um entendimento do outro e de si mesmo. Quando esse cruzamento é permitido no momento adequado, indivíduos não crescem confusos sobre sua identidade de gênero; pelo contrário, eles podem ser flexíveis na sua expressão. Na mente do indivíduo a autorrepresentação de gênero coexiste com uma autorrepresentação sem gênero ou ainda de gênero oposta. Então, a pessoa poderia experienciar ela mesma alternadamente como “Eu, uma mulher; eu, um sujeito sem gênero; eu, como um homem”. A pessoa que consegue manter essa flexibilidade, consegue aceitar todas as partes de si mesma e do outro. (BENJAMIN, J., 1988, p. 80).

Aqui acredito que a autora toca na questão da identidade de gênero quando fala da possibilidade de identificações e identidades fluidas e contrárias ao sexo biológico designado. Entendo que seu posicionamento se afasta das biologizações e normatizações recorrentes em parte da teoria psicanalítica quando tratam das questões de orientação sexual e identidade de gênero. Uma vez que discute os processos identificatórios em termos de figuras e ideais, para além das pessoas concretas com órgãos sexuais biológicos, a autora passa a incluir em sua teoria a possibilidade de uma fluidez de identificação e identidade. Ainda que mantenha essa posição, não deixa de indicar a dominação em termos de gênero masculino e feminino presente na cultura, posicionamento esse com o qual concordo. Os estereótipos de gênero permeiam inclusive a comunidade LGBTQIA+, perpetuando uma dinâmica de dominação

de gênero dentro desse grupo. Um exemplo dessa influência patriarcal pode ser observado na necessidade de a sigla começar com o "L" de lésbicas, uma conquista política que busca reparar a invisibilidade histórica das mulheres pela luta gay, dominada por muitos anos pelos homens homossexuais.

Não seriam a transsexualidade e a não binariedade exemplos do que a autora nomeia como “gênero contrário” e o “sem gênero”? No entanto, essas identidades garantem a essas pessoas um maior conhecimento de si e do outro, protegendo-as/os/es de vivenciar processos de dominação tanto enquanto dominador como enquanto dominado? Ainda que possamos ver essas vivências que fogem à norma como uma expressão de uma certa tentativa de quebra dessas estruturas, elas destroem por completo essas estruturas? Penso que a luta trans em muitos aspectos almeja a quebra dessas estruturas, apesar de seus indivíduos ainda reproduzirem muitos dos estereótipos sociais aqui discutidos. Assim, tendo a concordar com a autora quando ela diferencia a identidade das possíveis identificações. Será que as identidades de gênero dissidentes conseguem se identificar com as duas figuras parentais podendo viver as múltiplas características dos gêneros, e aqueles que negam qualquer característica fixa? Penso que não necessariamente ser dissidente significa conseguir quebrar com as relações de dominação. No entanto, limito-me a esse breve comentário, uma vez que pouco avancei nesse campo de pesquisa fértil e complexo, e muito necessário, tanto a partir da leitura macro quanto a partir de uma leitura psicanalítica.⁴¹

Retomando a questão da necessidade que a menina tem do reconhecimento do pai para seu processo de separação-individuação, para Benjamin, J. (1988), ainda que consiga esse reconhecimento, a menina ainda depende de uma mãe que exerça sua autonomia e condição de sujeito. Só assim a menina pode entender-se plenamente como sujeito. É necessário, então, que o par parental, concreto ou ideal, represente para a criança uma igualdade entre si, não uma relação de poder. Seja esse par de qual gênero for, se o par parental deixa a tensão entre o eu e o outro quebrar, se deixam de se reconhecer enquanto sujeitos, a criança também não poderá se constituir dessa maneira, seja ela também de qual gênero for. Assim como Adorno (2005[1949]), em seu texto *Teoria da semicultura*, defende que tal como as pessoas exploradas e massificadas não são livres, tampouco o são os burgueses que exploram a classe

⁴¹ Para um aprofundamento no tema sugiro a leitura de Judith Butler e Paul Preciado, autores que discutem e se aprofundam na temática da psicanálise e transexualidade.

trabalhadora, defendo que o menino/homem tampouco pode ser livre e autônomo se não reconhece a mulher como sujeito e segue na fantasia de onipotência.

De acordo com Benjamin, J. (1988), assim como os homens se recusam a reconhecer as mulheres enquanto sujeitos, em contraparte as mulheres aceitam sua falta de subjetividade. Há na mulher uma disposição em oferecer reconhecimento sem esperar o mesmo em troca da parte do outro: “A dificuldade feminina em se diferenciar pode ser descrita quase como uma imagem espelhada da masculina: não como a negação do outro, mas como a negação de si mesma” (BENJAMIN, J., 1988 p. 57, tradução minha). Assim, como objeto a mulher busca sempre o reconhecimento do outro, sujeito, que teria o poder de lhe conceder esse reconhecimento.

Na prática clínica, percebo como esse cenário de submissão ao olhar externo, além de ser fonte de angústia e sofrimento, frequentemente se revela como um refúgio reconfortante para muitas pessoas. Ao dependerem do reconhecimento e da aprovação alheios, suas ações tornam-se, muitas vezes, desvinculadas de uma responsabilidade pessoal autêntica, uma vez que estão condicionadas pelo olhar externo. Embora as mulheres expressem um desejo claro de subjetivação e individuação, evidenciado pela busca pela análise como prova desse anseio, enfrentam dificuldades em dar esse passo crucial. Assumir a individuação implica não apenas reconhecer o que é positivo em si, mas também enfrentar a responsabilidade por aspectos menos favoráveis, o que representa um desafio complexo. Nesse processo, é necessário abandonar o mecanismo projetivo, herdeiro do momento fusional, e deixar de se "esconder" atrás dele.

Outro ponto de conforto que observo que muitas mulheres experienciam nesse lugar de aceitação da objetificação é o poder atribuído, como visto, à mãe do autossacrifício, aquela que tudo sabe, que é a “dona” de casa que cuida de tudo e de todos. Ela é muitas vezes vista como aquela que salva muitos homens de uma vida sem propósito, de uma vida desorganizada, de uma vida narcisista etc. Esse lugar de salvadora, que deriva da função de cuidadora atribuída à mãe, lhe proporcionaria um prêmio de consolação diante da relação de dominação que vive, perante seu lugar de sujeitamento ao outro.

Diante dessa realidade de dominação da mulher no processo de separação-individuação observada por Benjamin, J. (1988), aquilo que pode ser entendido como uma situação ideal de um adulto cuidador na fase pré-edípica, que evitaria a dominação, seria aquele que ofereceria estrutura e contorno à criança ao mesmo tempo em que lhe permitisse a

liberdade. Segundo a autora, essa situação ideal equivaleria ao que Winnicott chama de ambiente de holding, a partir do qual a criança encontra em si mesma a possibilidade de ser livre para conhecer o mundo, e não fora de si mesma, isto é, no outro. O holding significaria o apoio para que a criança viva suas experiências transicionais de descoberta do mundo e de sua criatividade por meio das brincadeiras tendo de suas/seus cuidadoras/es o apoio e reconhecimento nesse processo. Dessa maneira, a menina não precisaria buscar, na vida adulta, o reconhecimento de si mesma fora de si, mediante a submissão aos outros em suas relações. Ela já teria conquistado essa afirmação de si mesma enquanto sujeito na infância por meio das figuras primárias.

Essa mudança só será possível, de acordo com Benjamin, J. (1988), quando as divisões de gênero forem abolidas e às mulheres seja garantido o direito de serem reconhecidas enquanto sujeitos, com autonomia e desejo, e não mais como objetos:

A divisão de gênero que existe agora não permite uma conciliação entre agência e desejo com a feminilidade. Qualquer visão de mudança deve desafiar a estrutura fundamental da heterossexualidade, na qual o pai fornece a excitação faltante, “contra-ataca o poder materno”, e nega a subjetividade da mãe por que ela é demasiado perigosa. Mas a intratabilidade dessa estrutura sugere que a organização da parentalidade não é, por si só, o único fundamento da divisão de gênero. Afinal de contas, a idealização do pai como representante do mundo exterior aparentemente opera de forma tão poderosa (ou quase) até mesmo quando as figuras parentais reais não a reforçam. Ela permanece ativa como um desejo partilhado, associado à representação cultural do desejo. Enquanto o pai for o representante da subjetividade e do desejo no nível da cultura, o desejo das mulheres terá sempre que lutar contra o seu monopólio e a desvalorização da feminilidade que ele implica. (BENJAMIN, 1988, p. 87, tradução minha).

Assim como a autora, compartilho da visão de que a alteração nos processos de separação-indivuação da menina requer uma transformação cultural a fim de prevenir formas de dominação. No entanto, acrescento que essa mudança precisa ser também estrutural, ou seja, deve abordar as raízes da sociedade capitalista, patriarcal, racista, cis-heteronormativa e capacitista. Essa sociedade fundamenta-se em relações de dominação para sua reprodução. Aqui estamos analisando principalmente a dominação de gênero, mas ela não se limita a si. Porque ainda que conquistemos uma liberdade para a mulher, de qual mulher estamos falando? Dessa maneira, a luta por reconhecimento, liberdade e autonomia deve ser interseccional.

4.2.2. A fase edípica

Depois de analisarmos o processo de internalização da dominação na fase pré-edípica, vamos agora nos debruçar sobre como esse processo ocorre na fase edípica. De acordo com Benjamin, J. (1988), a diferenciação se dá, em termos freudianos, principalmente a partir do complexo de Édipo. A autora defende que é a construção da diferença, que tem sua resolução na fase edípica do desenvolvimento, e sua dinâmica na nossa cultura, que ancora os pressupostos cruciais da dominação de gênero.

Para ela, tanto Freud quanto muitos continuadores da psicanálise entendem o pai como protetor, salvador da criança de uma relação simbiótica com a mãe, o que configuraria um “narcisismo ilimitado infantil”. Essa aceção do pai como salvador idealiza a figura paterna, desvalorizando a mãe, e acompanha a tendência cultural que coloca no pai, no homem e no falo a representação do poder, da independência e da autonomia. Para Benjamin, J. (1988): “A ascensão do pai no complexo de Édipo significa a negação da subjetividade da mãe, e por consequência a ruptura do reconhecimento mútuo” (BENJAMIN, J., 1988, p. 96, tradução minha).

O complexo de Édipo, e com ele o ideal de pai que promove a separação, constrói uma postura de desprezo à feminilidade. De acordo com Benjamin, J. (1988), o complexo de Édipo traria o processo de saída do narcisismo, o qual significaria uma postura de negação da realidade, para a entrada na sociedade a partir da internalização da autoridade paterna que garantiria a autorregulação. Segundo a autora, Christopher Lasch⁴², em seu livro *A cultura do narcisismo*, defende que, a partir da transformação das configurações familiares, houve uma queda da autoridade paterna. Com isso, ocorreu um crescimento das formações narcísicas que, segundo ele, configurariam personalidades autocentradas em busca de engrandecimento de si mesmas ao invés da responsabilidade e da construção da autonomia, antes promovidas pelo modelo de família analisado por Freud a partir do complexo de Édipo. A autora enxerga nesse posicionamento uma visão sobre o desenvolvimento psíquico como um passo para longe da

⁴² Um entre vários autores da crítica cultural que defendem mudanças sociais a partir da derrocada da figura paterna na família.

maldade infantil. A vida pré-edípica, narcísica, na qual há uma centralidade da mãe, seria, então, destrutiva.

Para Benjamin, J. (1988), a psicanálise contemporânea não enxerga as fases pré-edípica e edípica da mesma maneira. Para muitos psicanalistas mais recentes, o complexo de Édipo seria a resolução de um conflito já presente na fase pré-edípica de separação entre a criança e os pais, o que significaria para a criança abrir mão de fantasias narcísicas da onipotência como autossuficiência ou perfeição. Ainda assim, por mais que não deixe de reconhecer a fase pré-edípica e sua importância, essa postura psicanalítica, todavia, enfatiza o complexo de Édipo como resolutivo da separação e esta está relacionada com o ideal paterno. Segundo a autora, essa correlação entre o processo de separação, construção da masculinidade e a intervenção paterna é problemática, pois presume que o pai é o caminho para o mundo, para a individuação.

O entendimento do complexo de Édipo reproduziria, dessa maneira, a dominação masculina, pois entende o pai como salvador da criança de uma mãe controladora. O pai é investido do papel de individualizar a criança e a mãe, de torná-la mais narcísica. Essa visão de que o pai seria a figura que traria a independência e a autonomia para a criança, retirando-a da relação com uma mãe irracional, toda-poderosa, que puxa a criança para o narcisismo da onipotência, é equivocada de acordo com a autora, pois ignora o papel de ideal onipotente que o pai teve na fase pré-edípica:

Há inúmeros problemas com essa visão. Por um lado, a associação do pai com a maturidade do Édipo mascara o seu papel anterior na conciliação como um ideal imbuído da fantasia de onipotência. Quando a autoridade paterna é apresentada como uma alternativa ao narcisismo, seu papel em preservar aquela fantasia [de onipotência] é ignorado. Além disso, a visão higienizada da autoridade edípica nega o medo e submissão que o poder paternal tem historicamente inspirado. (BENJAMIN, J., 1988, p. 100, tradução minha).

Benjamin, J. (1988) recupera a história do Édipo para demonstrar uma escolha de Freud por enfatizar o assassinio do pai pelo filho e o conseqüente sentimento de culpa. Segundo a autora, Freud ignora em sua análise a primeira parte da história de Édipo, que narra a tentativa de assassinio de Édipo pelo seu pai Laio, o qual, diante da profecia de que Édipo mataria o pai e esposaria a mãe, tenta matá-lo para prevenir que a profecia se realize. Essa parte da história é importante para a autora, pois traz para a análise um pai que quer evitar ser superado pelo filho por meio da morte (destino de todos os pais), alguém que não quer renunciar à onipotência. Benjamin, J. (1988) relaciona então essa parte da história com o mito do pai da horda primitiva do texto “Totem e tabu” de Freud, resgatando a figura paterna voraz

e cruel que, após ser morto pelos filhos, é internalizado como superego, instalando a lei contra o parricídio. Nesse caso, o pai cruel é transformado internamente em bom pai, que modera a força da onipotência e do narcisismo. “Então o bom pai – como uma criação mental – é a proteção contra o perigo da autoridade irracional e do ódio que essa inspira” (BENJAMIN, J., 1988, p. 101, tradução minha).

Na intenção de proteger o pai, diante do horror do pai cruel, se dá o processo de internalização do bom pai, no qual o filho fica com aquilo que é ruim, a culpa pelo assassinio, recalçando a crueldade paterna.⁴³ “A necessidade de sustentar o laço com o pai faz com que seja impossível para os filhos reconhecerem o lado assassino da autoridade; ao invés disso, eles criam a ‘lei paternal em seu nome’” (BENJAMIN, J., 1988, p. 101, tradução minha). E aquele pai regressivo e autoritário torna-se bom e representante da lei, racional e justo; esse pai é cultuado então como salvador e racional, que salva a criança do narcisismo.

Mas nós não podemos nos esquecer que toda idealização é uma defesa contra algo: a idealização do pai mascara o medo da criança do seu poder. O mito de uma autoridade paterna boa que é racional e previne a regressão, expurga o pai de todo o terror e, como veremos, desloca-o para a mãe, de modo a que esta carregue a maldade para ambos. (BENJAMIN, J., 1988, p. 96).

Para a autora, então, a autoridade paterna não é uma coisa só, ou algo simples, mas abriga uma complexidade. Ela não se baseia somente na lei racional, mas também na crueldade histórica do autoritarismo, na erótica do amor ideal, na identificação culpada com o poder que mina o desejo de liberdade do filho. Assim, a visão do pai como salvador no complexo de Édipo seria idealizada, uma vez que ignora o lado autoritário e punitivo do pai concreto e histórico, sua ambiguidade que contribui tanto para uma formação para a submissão quanto para uma formação para a dominação.

O problema da dominação e da submissão foi analisado também por autores da primeira geração da teoria crítica da sociedade como Adorno e Horkheimer⁴⁴, no contexto da análise do fascismo, a partir de uma leitura, além de política e social, também psicanalítica, baseada na leitura principalmente de Freud. Para os autores, a explicação para a sujeição a

⁴³ A autora recupera Fairbairn nessa passagem que argumenta que, diante de uma situação de horror externo, é preferível negá-lo e internalizar a maldade a admiti-la na autoridade externa: “É melhor ser um pecador em um mundo governado por Deus, do que um santo em um mundo governado pelo Diabo” (Fairbairn apud BENJAMIN, J., 1988, p. 101).

⁴⁴ Essa discussão mais aprofundada dos autores pode ser encontrada nos textos: Família (Horkheimer, 1978[1956]) e Autoridade e Família (Horkheimer e Adorno, 2015[1936]).

líderes fascistas estaria na derrocada do eu enquanto instância psíquica. O eu, como Freud o postula em sua segunda tópica, seria a instância consciente que medeia a relação entre o mundo e o inconsciente, entre as demandas sociais e os impulsos inconscientes. Para os autores, essa instância estaria enfraquecida na atual forma do capitalismo, e as pessoas estariam internalizando a autoridade externa sem mediações internas, submetendo-se assim diretamente àquilo que vem de fora, o que justificaria a adesão quase que “cega” a líderes fascistas autoritários que conseguiriam guiar pessoas mesmo com ideias irracionais e cruéis uma vez que elas não teriam mais instâncias de julgamento internos para rejeitar essas ideias. Ao contrário, elas estariam sendo guiadas por processos emocionais, irracionais, inconscientes.

Esse processo de enfraquecimento do eu se daria, segundo esses autores, com base no declínio da autoridade paterna na família, antes responsável pela internalização da lei. Essa se dava a partir da constituição da instância psíquica do superego, que representa a autoridade externa internalizada e inconsciente. Com a derrocada da autoridade paterna na formação dos indivíduos, esse processo de constituição psíquica da autoridade interna seria interrompido, deixando as pessoas vulneráveis à autoridade externa, uma vez que estariam elas mesmas sem um aparelho psíquico capaz de exercer o julgamento autônomo. Ao invés disso, segundo eles, as pessoas teriam regredido a processos pré-edípicos, narcísicos, que antecederiam os processos de diferenciação entre o eu e o outro, tendo como característica o centramento do eu, indiferenciado, em busca de figuras identificatórias que representariam a autoridade perdida. Dessa maneira, pode-se explicar a busca por figuras autoritárias que tomem esse lugar, encaixando-se na configuração psíquica narcísica, onipotente: o líder fascista é aquele homem “comum” todo-poderoso que tudo pode e tudo conquista, sendo assim uma figura que atrai o desejo onipotente infantil, de acordo com Adorno (2007[1951]).

Benjamin, J. (1988) argumenta que essa leitura dos autores da teoria crítica sobre a condição de submissão e colaboração ao regime fascista seria problemática por eleger, assim como Freud, a autoridade paterna como aquela que promoveria a possibilidade de autonomia do indivíduo, a única capaz de propiciar o processo de individuação e diferenciação que significaria a separação entre criança e mãe, o rompimento do processo de simbiose. Para além disso, segundo ela, esses autores defenderiam que pela falta da autoridade paterna edípica, racional, as pessoas buscariam se identificar com uma figura que acessaria em si um pai regressivo, pré-edípico, temido, aquele descrito por Freud em seu mito da horda primitiva. Dessa maneira, os autores estariam cindindo a figura paterna em duas partes, aquela cruel e

temida, como a pré-edípica, e aquela racional e razoável, como a edípica, colocando na falta da última a razão da prevalência da primeira.

A autora, no entanto, argumenta que é menos na presença ou na ausência da figura paterna e sua autoridade edípica que se encontra a problemática da submissão, e sim na forma como o pai reage à busca do amor paterno na fase pré-edípica. A submissão se daria, segundo ela, a partir do não reconhecimento pelo pai do amor ideal da criança direcionado a ele no processo de idealização pré-edípica. Isto é, a submissão seria impulsionada pela frustração da criança diante da recusa do pai por reconhecer e retribuir o amor identificatório. Perante essa recusa, o pai se tornaria para a criança um distante e inatingível ideal:

Essa falha do amor identificatório não implica a ausência de autoridade; ela frequentemente acontece precisamente quando o pai é autoritário e punitivo. É a combinação do desapontamento narcísico com o medo da autoridade que produz o tipo de admiração misturada com temor notada pelos observadores do fascismo no amor da massa pelo líder. O líder fascista satisfaz o desejo pelo amor ideal, mas essa versão de amor ideal inclui os componentes edípicos da hostilidade e autoridade. Novamente, não é a ausência da autoridade paterna – “ausência de pai” – mas a ausência do cuidado paterno que engendra submissão. (BENJAMIN, J., 1988, p. 102, tradução minha).

Para além da reação de um pai presente, Benjamin, J. (1988) argumenta, como vimos anteriormente ao discutir a relação entre menina e pai – que esse processo de idealização da figura paterna pode também ocorrer na ausência do pai, pois, mesmo ausente ele segue presente, ainda que em termos ideais. Dessa maneira, tanto sua presença na recusa do reconhecimento do amor identificatório da criança quanto na ausência do abandono paterno, esse processo pode acontecer, podendo gerar submissão.

Benjamin, J. (2017[1977]) questiona a posição de Adorno e Horkheimer de defender, em última instância, o complexo de Édipo em detrimento da fase pré-edípica, que seria vista pelos autores, segundo ela, como arcaica, como uma parte da natureza que deve ser controlada. Importante ressaltar que, apesar da defesa da autoridade paterna como possibilidade de construção de autonomia do indivíduo, os autores fazem também uma crítica do modelo edipiano, apontando seu caráter de constituição do indivíduo burguês que reproduz a dominação. Eles indicam as problemáticas existentes na figura do pai burguês, responsável, que valoriza o trabalho no capitalismo e exerce poder sobre a esposa e os filhos, reivindicando outra configuração de homem. No entanto, salvam nessa figura a autoridade, que segundo eles, exercia um papel essencial na postura crítica do indivíduo à realidade externa:

Na época presente, os teóricos críticos acham que a autoridade é diretamente exercida sobre o indivíduo em vez de ser internalizada - assim eliminando o potencial para crítica ou revolta. Como resultado, a possibilidade de formação do sujeito revolucionário está impedida. (...) A despersonalização crescente das relações sociais no capitalismo tardio, o declínio do pai empreendedor e individualista minou a organização familiar na qual estava baseada a internalização da autoridade. (BENJAMIN, J, 2017[1977], p. 159, 160).

De acordo com a autora, apesar de reconhecerem a contradição presente na organização psíquica promovida pelo complexo de Édipo, retrato do indivíduo burguês, os autores se recusam a abandonar por completo algumas premissas do racionalismo liberal; esse caminho seria explicado pelo entendimento, alinhado com o de Freud, da instância psíquica isso como aquela representante da natureza humana que contém destrutividade e necessitaria do eu para barrá-la. Benjamin, J. (2017[1977]) discorda deles nessa visão de natureza humana, pois, a partir de uma leitura das relações objetais, entende que há uma necessidade subjetiva por reconhecimento mútuo entre os indivíduos e que, portanto, o que se observa em termos de isso na atual configuração social seria uma alienação dessa configuração subjetiva causada pelas relações sociais capitalistas que promovem o ideal do indivíduo monádico.

Em contraposição ao entendimento da primeira geração da teoria crítica, Benjamin, J. (2017[1977]) sustenta uma posição otimista da natureza humana, interpelando os autores em sua leitura político-social e questionando a não radicalização dessa leitura por eles. Para a autora, eles se limitam a analisar o Eu como produto social, mas não o Isso, e por isso assumiriam uma postura resignada diante das atuais condições sociais:

A aparente necessidade do desenvolvimento do Eu através da oposição do mundo externo com a natureza interna poderia ser contestada pela suposição da necessidade subjetiva de reconhecimento mútuo. O reconhecimento mútuo da subjetividade implica que o mundo a que o sujeito se opõe pode ser desmistificado como a criação de outros sujeitos que estão agindo continuamente uns sobre os outros. O que aparenta ser natureza interna pode ser compreendido como uma forma alienada da necessidade por reconhecimento, distorcida pelo processo intersubjetivo de objetificação. (BENJAMIN, J., 2017[1977], p. 165).

A partir desse posicionamento, Benjamin, J. (1988) sustenta um olhar positivo da fase pré-edípica sem contestar a necessidade de limites para a onipotência infantil, isto é, uma configuração superegógica criada a partir do exercício da autoridade. Porém, para ela, essa autoridade não é a mesma defendida nem por Freud nem pelos autores da teoria crítica, a paterna, masculina, acompanhada de autoritarismo e poder. Concordo, com ressalvas, com a crítica da autora aos autores da primeira geração da escola de Frankfurt. Parece-me pertinente a crítica ao esforço em salvar a autoridade paterna pelos autores e, para mim, esse esforço apontaria para um ponto cego dos autores que enquanto homens parecem temer abandonar por

completo sua tradição e seus privilégios ao analisarem a realidade. Abandonar por completo a defesa da tradição, que é patriarcal, seria reivindicar relações de formação verdadeiramente livres dos processos de dominação, que carecem de uma autoridade livre do autoritarismo engendrado na masculinidade, autoritarismo esse objeto de tanta análise crítica pelos autores. Significaria também valorizar a dependência e o vínculo resultantes da relação com a mãe, e não só a independência e a autonomia. Tentar salvar a autoridade paterna é em alguma medida deixar escapar a misoginia contida nela e em sua valorização.

No que tange à defesa de um isso também permeado pelo social, parece-me carecer de cautela. Analisar a fundo características humanas e seus atravessamentos sociais é verdadeiramente essencial, e tal esforço permeou o pensamento dos autores em questão. No entanto, seria importante evitar recair na defesa do ser humano como uma tábula rasa, algo que também não me parece que Benjamin, J. (1988) defenda. A defesa da autora me parece apontar para uma configuração da natureza humana (isso) mais disposta às relações sociais, ao contrário da leitura freudiana, com a qual Adorno e Horkheimer concordam, de defesa do mal-estar civilizatório que postula uma natureza humana contraposta à vida em sociedade. Por mais que me pareça pertinente um apontamento para a possibilidade de maior disposição social do ser humano, e que o conflito seja engendrado essencialmente pelas relações sociais, penso ser importante preservar a ideia de uma natureza humana que abriga agressividade. Para mim, há algum nível de agressividade contido no isso, mas, como essa agressividade é transformada pela sociedade me parece ser a questão central. Visto que se converte em violência e dominação na nossa sociedade, quando poderia ser desenvolvida em prol da atividade criativa humana.⁴⁵

Benjamin, J. (1988) indica que a valorização do Édipo e da autoridade paterna racional em detrimento da fase pré-edípica e da figura da mãe regressiva e arcaica, irracional, nos ajuda a entender as relações de dominação de gênero. A contraposição entre Édipo e Narciso estaria embasada na oposição criada pela sociedade ocidental entre o racionalismo e o romantismo, entre Apolo e Dionísio, entre razão e emoção. E essa díade é sustentada também na leitura psicanalítica do Édipo, condizente com a corrente cultural patriarcal. A mãe, mulher

⁴⁵ Porém, detenho-me a esse breve comentário, uma vez que o objetivo da tese não é comparar autores e seus posicionamentos teóricos, mas utilizá-los para entender meu problema de pesquisa. Seria necessária uma investigação mais completa de suas obras para melhor analisar suas posturas diante da temática e suas divergências. Mas parecem-me importantes esses apontamentos para um esclarecimento das escolhas teóricas desta pesquisa, suas divergências e meus caminhos e posicionamentos.

é vista como aquela representante do irracional, do narcisismo, da indiferenciação e o pai, homem, como representante da razão, da libertação da criança da simbiose onipotente, promotor da diferenciação.

Para a autora, essa divisão não corresponderia à realidade. A mãe, segundo ela, ainda que com suas contradições, tem sido na atualidade grande promotora do desenvolvimento independente de seus filhos, promovendo a socialização e internalização de valores sociais e morais, colocando também limites à relação erótica estabelecida entre ela e o bebê, e conseqüentemente, ao desejo onipotente de controle. De acordo com Benjamin, J. (1988), haveria um superego materno diferente do paterno, que promove separação e produz um senso de responsabilidade e preocupação pelos outros, e esse senso inibiria a agressão. Como vimos, a menina que comumente estabelece um processo identificatório com a mãe é quem também mais se beneficiaria dessas qualidades, apesar do ônus dessa relação que vimos no desenvolvimento desse item anteriormente.

A capacidade de preocupação e responsabilidade permite à menina um senso de iniciativa e competência nas relações pessoais – embora contenha uma inclinação para o auto sacrifício. Meninas aprendem a apreciar a diferença no contexto do cuidado por outros, identificando-se com a capacidade materna de perceber as necessidades diferentes e distintas dos outros. (BENJAMIN, J., 1988, p. 107, tradução minha).

Além desse aspecto superegótico materno, desconsiderado pela teoria psicanalítica mais tradicional, a autora recupera em *O ego Ideal* de Chasseguet-Smirgel uma defesa do aspecto positivo do narcisismo para a criança. Segundo a autora, o ego ideal, processo identificatório narcísico com a mãe que se caracterizaria pela fantasia de onipotência, não traria somente aspectos negativos à criança, mas também a ajudaria na conquista de confiança em si e em sua ação. Diante da projeção do seu ego ideal, a criança conquistaria perante a mãe reconhecimento e encorajamento a partir da perda progressiva da ilusão de perfeição, que seria substituída por um senso de domínio. Assim, com uma confirmação narcísica parental, a ação da criança é investida de valor, segundo a autora. “Sob essas circunstâncias, o narcisismo da criança é um veículo para o desenvolvimento, e não uma atração para a regressão” (BENJAMIN, J., 1988, p. 107, tradução minha). Dessa maneira, o narcisismo abrigaria não somente um aspecto regressivo, mas também um progressivo.

Benjamin, J. (1988), com isso, nos demonstra como tanto a figura materna quanto a figura paterna podem conter aspectos regressivos e progressivos no desenvolvimento da criança, e que qualquer uma das figuras pode exercer qualquer um dos papéis. No entanto,

eles são assim atribuídos por conta da dominação patriarcal que valoriza o masculino e desvaloriza o feminino. A importância do vínculo materno que promove responsabilidade e confiança é descartada por uma sociedade que preza pela total independência e individualismo, atributos esses cultuados pela masculinidade. A autora não defende uma ode ao narcisismo, pois entende que seria necessário um equilíbrio entre as forças de união e separação para que, ao passo que nos individuássemos, pudéssemos manter um desejo saudável pela relação com o outro, livre da lógica da dominação.

Porém, não é essa a lógica constituída pelo complexo de Édipo que, ao invés disso, se constrói a partir de uma cultura patriarcal, um repúdio à feminilidade. No complexo de Édipo, de acordo com Benjamin, J. (1988), o menino deve não só renunciar ao amor incestuoso direcionado à mãe como também ao amor identificatório. Diferentemente da fase pré-edípica, na qual o menino ainda pode viver a identificação com a mãe em algum grau, na fase edípica ele deve buscar o ideal masculino, não podendo mais experienciar a ambiguidade. Ele deve ser como o pai poderoso que pode tanto abandonar a mãe como desejá-la e se unir a ela, de acordo com a autora. E esse caminho para a masculinidade baseado no repúdio à mãe produz danos comparáveis à falta que vive a menina na sociedade patriarcal, ainda que seja vista socialmente de modo positivo, como domínio e invulnerabilidade: “Na realidade edípica a diferença sexual se torna uma linha que não pode mais ser ultrapassada” (BENJAMIN, J., 1988, p. 112, tradução minha).

A dupla negativa que o menino recebe no complexo de Édipo do pai: “Você não deve ser como sua mãe” e “Você deve ser como eu, mas não pode *tê-la* como eu a tenho” trabalham na direção de manter o menino longe da dependência, da vulnerabilidade e da intimidade com a mãe, e no caminho do repúdio a ela” (BENJAMIN, J., 1988). Aquilo que o menino teve na fase pré-edípica, o cuidado, o amor e vínculo maternos, e a identificação com a mãe é perdido em prol da identificação paterna: o amor de identificação com a mãe vira o amor objetal no Édipo, que é externo. Assim, o menino não internaliza essa relação, que fica externa a ele e produz ora repúdio, para evitar a vivência da vulnerabilidade e da dependência, vistas como características negativas, ora busca, uma vez que se encontram fora dele mesmo:

Agora seu cuidado [da mãe] ameaça voltar a envolvê-lo com a sua lembrança de impotência e dependência; ele deve ser contrariado pela sua afirmação de diferença e superioridade. Na medida em que a identificação está bloqueada, o menino não tem escolha senão superar sua infância repudiando a dependência. É por isso que o ideal edípico da individualidade exclui toda dependência da definição de autonomia. Geralmente o caminho de volta para a mãe está fechado pela desvalorização e denegação; como observado anteriormente, a fase edípica é

marcada pelo desprezo do menino por mulheres. (BENJAMIN, J., 1988, p. 113, tradução minha).

Assim, o menino fica excluído da relação de cuidado que a mãe oferece, perdendo algo essencial do desenvolvimento, a internalização do espaço de holding que a mãe oferece e que promove um senso interno de segurança e cuidado. Como esse espaço não é internalizado pelo menino, ele passa a vida, segundo a autora, buscando esse espaço fora dele, no ambiente externo, e a mãe, a quem ele teve que renunciar, e a relação que teve com ela na fase pré-edípica, são idealizadas. Há, segundo Benjamin, J. (1988), inveja nesse processo, mas não a mesma defendida por grande parte da comunidade psicanalítica, do falo pela menina, mas do senso interno de segurança e cuidado, que a mãe possui. O medo de ser “cortado” aqui é dessa relação, e não do pênis que representa o poder.

Ao perder o espaço intersubjetivo, de acordo com a autora, o homem perde também sua própria sensação de desejo; em termos de sua sexualidade, ele é visto como radiando de fora de si mesmo, do objeto do desejo sexual do homem, isto é, da mulher. É nela que está a atratividade, a causa do desejo, o perigo, e não dentro dele mesmo. Assim podemos entender como se constrói subjetivamente a comum ideia que permeia os grupos de homens de que a mulher é muitas vezes provocativa, de que eles não têm responsabilidade por atos invasivos, de insistência por relações sexuais ou até violações, uma vez que, segundo eles: “elas queriam”, “estavam usando roupas provocativas”, “disse não, mas no fundo era sim” etc. Essa capacidade de experienciar seus desejos como seus e elaborá-los é perdida, e no lugar é construída uma busca pelo objeto que tem aquilo que o homem procura, que está fora dele. A mulher aqui não é vista como sujeito desejante, mas sim como objeto que representará esse desejo do homem e a possibilidade de tê-lo.

Essa ideia da objetificação da mulher é confirmada pela resolução do complexo de Édipo, uma vez que ele traz o entendimento de que o menino não pode ter o amor da mãe, pois ela é do pai. O pai é reconhecido pela mãe, mas o contrário não é verdadeiro, o pai não reconhece a mãe como sujeito, mas sim como objeto de seu amor. O que o complexo de Édipo deveria promover, de acordo com Benjamin, J. (1988), é a consolidação do processo de diferenciação, no entanto ele produz a diferenciação sem o reconhecimento da mãe enquanto sujeito.

O objetivo do triângulo edípico deveria ser o reconhecimento de que “Eu devo compartilhar minha mãe, ela está fora do meu controle, ela está envolvida em outra relação além da nossa”. No entanto - e aqui chegamos ao lado infeliz da frase “amor objetal” -, ao mesmo tempo em que o menino reconhece essa relação

externa, ele também a desvaloriza e se vincula com o pai ao se sentir superior a ela. Ela é no máximo um objeto de desejo que ele não pode possuir. O problema com o modelo edípico não deveria surpreender quando consideramos que homens comumente não reconhecem mulheres como sujeitos independentes e iguais, mas ao contrário, as percebem como objetos sexuais (ou ajudantes maternas). (BENJAMIN, J., 1988, 115).

Para explicar essa formação de negação da subjetividade materna, Benjamin, J. (1988) cita Chasseguet-Smirguel, que, a meu ver, recupera a tese de Winnicott (1999[1974]) sobre o medo da MULHER, exposta no capítulo 1. Para a autora, a negação de Freud do conhecimento das crianças sobre a existência da vagina na primeira infância estaria relacionada à negação da figura da mãe (MULHER) como vista pelo inconsciente infantil, como aquela poderosa e assustadora que pode reengolir, a partir da vagina e do útero, a criança que de lá saiu. Chasseguet-Smirguel (apud Benjamin, J., 1988) chama esse posicionamento freudiano de teoria do monismo fálico e aponta que ela eliminaria a ferida narcísica causada pela percepção do desamparo vivido na infância e da total dependência diante da mãe.

A saída pelo monismo fálico, engendrado pela sociedade patriarcal, nega o poder materno e o medo dele vivido por todas as pessoas na primeira infância e, com isso, de acordo com Benjamin, J. (1988), reduz a diferença sexual entre pênis e vagina a uma relação de falta. Dessa forma, a diferença sexual não é vista enquanto dois órgãos diferentes de mesma valoração, mas sim: o pênis é visto como falo representante do poder e da possibilidade de ser sujeito, e a mulher é vista como faltante, castrada, como no complexo de Édipo que espelha a sociedade. A valoração do pênis pela criança é gerada pela valoração do masculino pela sociedade: “A mulher não existe: a mulher é meramente aquilo que não é homem. Como na simbolização edípica da mãe ora como paraíso perdido, ora como sirene perigosa, a negação dos seus órgãos genitais a torna sempre mais ou menos que humana” (BENJAMIN, J., 1988, p. 116, tradução minha).

A resolução do Complexo de Édipo, de acordo com a autora, não resolve o reconhecimento da diferença, do outro, ao invés disso, promove a negação da subjetividade da mãe-mulher. Seu poder e desejo são transferidos para o pai-homem, e o cuidado materno se torna inacessível. O falo passa a representar a diferença e a realidade, assim como o poder sobre a mulher e seu repúdio. E ao ser o representante não somente da sexualidade masculina como também da feminina, indicando a falta, nega a sexualidade das mulheres.

As mulheres, dessa maneira, são privadas de seu lugar de sujeito e, portanto, de sua posição de sujeito desejante: o desejo está depositado no falo e na masculinidade. A menina, de acordo com Benjamin, J. (1988), ao ter o amor identificatório na fase pré-edípica negado pelo pai, é impedida com isso de desenvolver um senso de agenciamento próprio e, particularmente, um senso de agenciamento sexual, uma vez que na sociedade patriarcal é o pai que detém desejo, agenciamento e liberdade sexual. Mesmo que as figuras parentais concretas não sigam necessariamente os ideais culturais, eles ainda assim incidem na formação das crianças. De acordo com Benjamin, J. (1988), a menina pode tentar retificar essa falta de desejo, que lhe é negado, ao buscar durante sua vida o reconhecimento de sua agência e desejo no outro, através do amor ideal. A partir desse reconhecimento do outro o desejo por reconhecimento do amor identificatório com o pai seria realizado.

Essa busca por reconhecimento através do amor ideal levaria as mulheres a inúmeras formas de autossacrifício, segundo Benjamin, J. (1988). Ao se identificar com um outro poderoso, a mulher perderia a si mesma no processo do amor ideal adulto, o que a autora identifica como uma forma de masoquismo. Esse autossacrifício é feito em prol de uma tentativa de finalmente alcançar a existência, o que no caso do masoquismo toma a forma de autoaniquilação diante de um outro dominador. Seria a partir do reconhecimento de uma pessoa possuidora de poder, desejo e liberdade que a mulher poderia alcançar essas características, como se, ao obter o amor desse outro, ele lhe “emprestasse” ou garantisse a autonomia. A possibilidade de ser sujeito não está garantida em si mesma, mas no reconhecimento do outro. E essa busca ocorre pela falta de um processo de reconhecimento na fase pré-edípica da condição de sujeito da menina tanto pelo pai quanto pela mãe, de acordo com a autora. Tanto um pai que não reconhece o amor identificatório quanto uma mãe que não se vê enquanto sujeito e não apoia a menina na sua busca pelo mundo externo, a partir de um processo de holding satisfatório, produzem uma subjetividade submissa na menina. Nos dois casos não há o reconhecimento da menina enquanto autônoma e suficiente no mundo.

Um reconhecimento satisfatório, de acordo com Benjamin, J. (1988), se daria no que Winnicott entende como espaço transicional, no qual a criança passa a conhecer o mundo, criar, brincar com a ajuda de uma figura parental que a apoia dando-lhe segurança para que possa sair para conhecer o mundo e voltar à segurança quando quiser e precisar. Essa segurança provida pela figura parental, que pode ser tanto uma mãe quanto um pai, segundo a autora, é então internalizada pela criança quando garantida satisfatoriamente e, quando não,

ela fica fora da criança. E é por isso que no caso do amor ideal a menina, não tendo internalizado em si a segurança diante de sua criatividade e atividade, procura no outro essa segurança, comumente na figura masculina.

O amor ideal é assim investido de uma aura do herói que salva a menina de uma existência vã e superficial, objetificada, como vemos nos produtos da indústria cultural. Os filmes de comédia romântica, por exemplo, sempre mostram mulheres que antes de conhecerem seu par romântico não estavam completas, ainda que tivessem um trabalho bem-sucedido, ainda que tivessem amigas queridas e famílias próximas e amorosas. É no par romântico que encontram a razão de ser e sua verdadeira felicidade, isto é, o reconhecimento de si mesmas, que vem, no entanto, através de uma postura submissa diante desse outro.

Na clínica, pude observar esse processo descrito pela autora a partir da escuta do caso de uma mulher com um quadro depressivo insistente, que considero melancólica. Ela não consegue enxergar em si mesma suas qualidades e potencialidades, entender-se como capaz, e busca nos outros, não só em pares afetivo-sexuais, mas também em amigos e familiares, alguém que a salvará de uma condição de inaptidão para a vida. É no outro que fica depositado o lugar de poder e capacidade, e é a partir da convivência com esse outro, que é ideal, que essa mulher pensa ser possível ser salva de sua condição de objetificação e inabilidade na vida. Ainda que seja inteligente e muito capaz na sua profissão, tendo assim condições de se sustentar, tenha muito amigos e uma rede de apoio, ela se sente de repente sozinha no mundo e desorganiza-se de tempos em tempos, ora financeiramente, ora afetivamente, de forma a atuar uma condição de inaptidão para a vida. Por ela não ter internalizado a segurança em si através de um holding satisfatório, essa possibilidade então só pode ser encontrada fora de si mesma.

Benjamin, J. (1988) pouco fala diretamente do processo edípico da menina, ao não ser quando aponta brevemente para o fato que nesse a menina, ao desenvolver um amor objetal em relação ao pai, desejando o falo e um bebê dele, constrói um anseio por se unir a ele enquanto seu objeto de amor, o que não diverge da versão freudiana. Além disso, indica que o processo da menina funciona como um espelho do processo do menino, isto é, a feminilidade é construída como oposto da masculinidade, com a diferença que as características masculinas não são proibidas à menina como as femininas ao menino, elas são um inalcançável ideal. A autora aponta também que a vida da menina consistiria em um conflito constante entre o amor

identificatório que realça a atividade e o amor objetal, edipiano, que encoraja a passividade. Esse conflito seria vivido na tentativa de conciliar a autonomia com o amor heterossexual⁴⁶.

Vimos, no entanto, que desde a fase pré-edípica é construída a subjetividade passiva nas meninas diante do não reconhecimento de seu status de sujeito. No complexo de Édipo essa passividade só é confirmada diante de uma relação de amor objetal pelo pai, concluindo a objetificação da menina a partir de sua identificação com a mãe, objetificada pelo complexo de Édipo. O conceito freudiano, desde sua criação já focado na situação do menino, aponta para um processo que concretiza a dominação masculina social na formação subjetiva de meninas e meninos. A menina, sempre em segundo plano nas explicações psicanalíticas do complexo de Édipo, tem sua subjetividade passiva consagrada pelo processo e o destino da maternidade indicado por ele. O complexo de Édipo então espelharia, explicaria e engendraria um fenômeno social. Não me parece fortuita a repetição de Benjamin, J. (1988) em focalizar o processo edípico do menino – com isso, ela aponta para o Édipo como domínio masculino e caminho para a objetificação das mulheres.

O complexo de Édipo, de acordo com a autora, institui uma separação e valoração de gênero, no lugar de introduzir a diferença na relação com o outro. A separação e a construção de barreiras se tornam mais importantes do que a conexão e a garantia de vínculo, e as duas características essenciais para o processo de reconhecimento – ser igual e diferente ao mesmo tempo – são cindidas. Ao invés de promover o reconhecimento do outro que é diferente, a criança deve ou se identificar ou desidentificar de uma figura parental: “O reconhecimento é então reduzido a uma identificação unidimensional com a semelhança; e de forma distinta da primeira infância, quando qualquer semelhança serviria, essa semelhança é sexualmente definida” (BENJAMIN, J., 1988, p. 119, tradução minha).

Aquilo que pôde ser vivido em algum grau durante a fase pré-edípica na relação primária com a mãe (ou figura parental que exerceu essa função), como a sintonia emocional, a partilha de estados de espírito, a empatia e a percepção imaginativa das necessidades e sentimentos do outro, é no complexo de Édipo negado ao menino e associado à feminilidade

⁴⁶ Esse conflito não seria ainda assim vivido diante de um amor homossexual? Não poderia uma pessoa do mesmo sexo representar uma figura de poder e desejo a quem a mulher devotaria um amor ideal? Penso que sim, ainda que seja um amor entre mulheres, uma delas pode ser identificada como detentora do poder masculino. Ao mesmo tempo, o amor lésbico pode também fugir dessa dinâmica, ainda que não inteiramente, uma vez que está circunscrito a uma sociedade patriarcal que influencia a todes.

que deve ser descartada. Dessa forma, a dimensão intersubjetiva que carece de uma capacidade de sintonia emocional, de acordo com Benjamin, J. (1988), é reduzida à identificação por semelhança, principalmente de gênero. O limite que o Édipo institui é a identificação com a figura parental do mesmo sexo, e o reconhecimento passa a funcionar a partir de identificações ideais, e não por interações concretas:

Na medida em que este regime [o complexo de Édipo] prevaleça efetivamente, ninguém pode verdadeiramente apreciar a diferença, uma vez que a identificação com a outra figura parental [de sexo oposto] está bloqueada. A identificação não funciona mais como uma ponte para a experiência de um outro; agora ela só pode confirmar semelhança. O verdadeiro reconhecimento do outro implica conseguir perceber o que é comum através da diferença; e a verdadeira diferenciação sustenta o equilíbrio entre separação e conexão numa tensão dinâmica. Mas quando a identificação com o outro é negada, o amor se torna somente o amor por um objeto, o outro. Como a mãe é privada de uma subjetividade, a identificação com ela envolve uma perda do *self*. Quando o ponto de vista edípico assume completamente o controle, os homens não confrontam mais as mulheres enquanto outros sujeitos que podem os reconhecer. Somente em outros homens eles podem encontrar seu par. (BENJAMIN, J., 1988, p. 119, tradução minha).

Essa polaridade dos gêneros construída pelo complexo de Édipo, de acordo com a autora, tem como consequência um ideal de individualidade autônoma baseada no ideal masculino que nega a dependência e desvaloriza a necessidade de um indivíduo pelo outro, características essas atribuídas à feminilidade. Esse ideal de individualidade, que se relaciona com o ideal de racionalidade, para ela segue existindo ainda que diante de novas estruturas familiares com maior equidade, nas quais a autoridade paterna já não existe como antes, pois se reafirmam no ideal cultural de masculinidade, ideal esse equivalente ao ideal de indivíduo. Para Benjamin, J. (1988), a maior fonte de descontentamento da nossa cultura é a polaridade de gênero.

Somente com mudanças nas relações sociais poderíamos sair dessa relação de poder e polaridade e construir relações nas quais ambos os sexos pudessem viver tanto a feminilidade quanto a masculinidade em si mesmos, de acordo com a autora. Além disso, somente em uma sociedade que valorizasse tanto a independência quanto a dependência, tanto a separação quanto a conexão, que produzisse uma base para relações de reconhecimento ao invés de reproduzir ideais de indivíduo a partir de uma masculinidade para dominação, que conseguiríamos quebrar a polaridade de gênero e, com ela, a dominação das mulheres. Para Benjamin, J. (1988), essa quebra de polaridade depende também de uma maior possibilidade de a criança viver as relações de identificação na fase pré-edípica tanto com um pai amoroso e cuidadoso quanto com uma mãe sujeito e livre. Com isso a criança teria mais chances de viver um maior grau de flexibilidade na aceitação da diferença: “(...) nós podemos ver que a

diferença é somente e verdadeiramente estabelecida quando existe na tensão com a semelhança, quando podemos reconhecer o outro em nós” (BENJAMIN, J., 1988, p. 118, tradução minha).

Para a autora, essa mudança social significaria a sustentação da tensão entre afirmação do eu na relação com o outro e reconhecimento do outro em sua afirmação. As relações de dominação só poderiam acabar quando a formação das pessoas resultasse em processos de reconhecimento da condição de sujeito do outro, e não na sustentação de uma relação entre sujeito e objeto no qual o outro, diferente de nós (seja essa a diferença que for), seja entendido como um objeto a ser controlado.

No entanto, embora seja necessária uma mudança social estrutural para que as relações de dominação de gênero possam ser radicalmente transformadas, quem poderá reivindicar essa mudança? As mulheres submetidas? Diante desse processo de dominação subjetiva ainda há espaço para transformações individuais, mesmo que relativas. As mulheres, diante da dominação, não têm nenhuma chance de transformar a si mesmas ao longo da vida para se colocarem nas relações de modo a estar menos submetidas, demandando um lugar de sujeito? Penso que há espaço, sim, para transformações, ainda que dentro do sistema capitalista patriarcal, racista, LGBTTQIA+ fóbico, capacitista. Que espaço é esse, e qual a contribuição da análise da dominação subjetiva feita aqui para uma possível resistência?

5. CAPÍTULO 3 – RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO SUBJETIVA

É incontestável que as mulheres têm enfrentado historicamente a dominação patriarcal em sua existência. Ao examinarmos a gênese desse domínio na história das mulheres, como abordado no capítulo 1, e ao considerarmos a existência do movimento feminista, torna-se evidente que, apesar de passarem por um sistemático processo de subjugação que se manifesta subjetivamente na objetificação de sua identidade, elas continuam a resistir. Essa resistência se manifesta de diversas maneiras, desde a mera sobrevivência diante da violência até sua denúncia ativa, incluindo a organização coletiva na busca por seus direitos e pela própria existência, e até mesmo na recusa em aceitar a condição de objeto.

Nesse capítulo analisaremos as formas de luta e de resistência das mulheres, reconhecendo-as como expressões de esforços de recuperação daquilo que lhes foi tirado pelo processo de dominação: sua autodeterminação. Tanto a luta quanto a resistência atestam contra a totalidade de sua submissão. Diferenciaremos luta de resistência e conceituaremos três tipos de resistência: a passiva, a ativa e a política. A partir dessa conceituação, reconheceremos a resistência subjetiva como importante componente da resistência política, a qual elegemos como horizonte da luta feminista. Analisaremos também a importância do cuidado de saúde mental para uma resistência subjetiva e política à dominação. Por fim, advogaremos pela importância dos processos de elaboração e autorrecuperação das mulheres para a luta e a resistência política feminista.

5.1 A resistência das mulheres: da resistência passiva à resistência política

As mulheres frequentemente resistem e lutam contra a condição de dominação que as mantém submissas. A lógica patriarcal, que promove por inúmeras vias a subjugação das mulheres, garante um lugar de privilégio aos homens nas relações sociais. Esse processo de dominação produz a objetificação das mulheres e assegura ao homem um lugar de pseudo-sujeito na díade sujeito-objeto. Como elas resistem diante de tamanha dominação e violência de gênero que se sustenta através da produção da submissão subjetiva nas mulheres? Olhemos

para alguns exemplos de resistência e luta na história das mulheres na tentativa de esclarecer a questão da resistência.

Federici (2017[2004]) apresenta, ao analisar o processo de caça às bruxas que se deu no período de transição sangrenta entre feudalismo e capitalismo, vários exemplos de movimentos de rebelião e revolta das mulheres em reação a inúmeras perdas promovidas nesse período. Houve perda de direitos, perda coletiva do uso das terras comunais, empobrecimento decorrente das novas formas de produção da vida, e o genocídio perpetrado contra as mulheres. A autora indica a participação, e muitas vezes o protagonismo, de mulheres nas lutas contra a exploração e a opressão causadas pelo feudalismo e pela implementação do capitalismo. Entre elas, aponta: os movimentos milenaristas e heréticos que lutaram contra o poder do feudo e as guerras camponesas em resposta às privatizações das terras, que consistiram na destruição dos cercamentos para a reconquista das terras comunais. Ambas tiveram mulheres à sua frente, ora organizando-se em associações femininas, ora dirigindo e iniciando as lutas. A autora cita dois movimentos promovidos por mulheres: a revolta de Montpellier, em 1645, e a de Córdoba, em 1652.

Além disso, Federici (2017[2004]) aponta movimentos de resistência das mulheres nesse período tanto no processo de caça às bruxas na Europa como no colonialismo nas Américas. O sabá comumente retratado como reuniões diabólicas, políticas subversivas nas quais ocorriam orgias sexuais e encontros com o diabo, muito provavelmente consistia, segundo a autora, de reuniões secretas que as/os camponesas/es realizavam para organizar revoltas, e também de momentos nos quais podiam transgredir sexualmente às novas formas de repressão. A autora indica também a resistência de mulheres indígenas como a principal forma de resistência perante o poder colonial, uma vez que foram elas que mais perderam direitos com o processo de colonização, o qual importou a misoginia europeia para os costumes indígenas. Alguns exemplos da resistência das mulheres indígenas foram: a negação dos costumes espanhóis – a recusa a ir às missas, a batizar seus filhos ou a cooperar de qualquer forma com as autoridades coloniais; o exercício de suas crenças religiosas de forma clandestina e secreta; o suicídio e o assassinato de seus filhos como forma de recusa à obediência aos colonizadores e aos homens da tribo que adotaram os costumes de dominação das mulheres:

(...) as mulheres se converteram nas principais inimigas do domínio colonial (...). Nos Andes, algumas se suicidaram e mataram seus filhos homens, muito provavelmente para evitar que fossem às minas e também devido à repugnância

possivelmente provocada pelos maus-tratos que lhe infligiam seus parentes masculinos (Silverblatt apud FEDERICI, 2017[2004], p. 402)).

Observamos também, a partir da leitura de Davis (2016[1985]), a existência de grande resistência das mulheres negras ao processo de escravização nos Estados Unidos e também um processo de luta pela sua extinção. No livro *Mulheres, Raça e Classe* a autora narra histórias de resistência e de luta pelo abolicionismo e pelo voto feminino, e introduz mulheres importantes nessas histórias para que possamos conhecer seus nomes e suas lutas. A autora exemplifica a resistência das mulheres negras à escravização relatando ações como a participação em paralisações e rebeliões, o envenenamento dos senhores, atividades de sabotagem e tentativas de fuga junto a comunidades de escravos fugitivos. De acordo com ela, diante de toda a violência perpetrada pelos feitores, as mulheres que aceitavam a sina de escravizadas eram a exceção, e não a regra. Elas resistiam aos estupros e ao mando dos senhores, sendo gravemente punidas por isso com açoitamento e tortura. Outra forma de resistência foi a aprendizagem e o ensinamento da leitura e da escrita entre as/os escravizadas/os.

Davis (2016[1985]) aponta que diante de um tratamento de semelhante crueldade e exigência entre homens e mulheres negras, e também através de relações familiares igualitárias entre homens e mulheres escravizados/as, as mulheres também resistiam em pé de igualdade com os homens negros. A grande diferença entre a opressão que as mulheres sofriam era o estupro.

Ao analisar os movimentos antiescravagista e sufragista, Davis (2016[1985]) descreveu tanto a união entre mulheres brancas e negras pela abolição quanto a exclusão das mulheres negras pelas mulheres brancas do movimento sufragista, que não só lutava pelo direito ao voto como também por mais direitos, porém, das mulheres brancas. A autora discorre também sobre o movimento associativo de mulheres negras que surgiu no contexto de uma grande onda estupro que elas vinham sofrendo e de linchamentos que homens negros sofriam. Suas ações consistiam em protestos, levantamentos financeiros para ações midiáticas, instauração de processos a policiais que assassinavam homens negros etc.

A resistência e a luta históricas da população negra, descritas por Davis (2016[1985]), tanto no período das *plantations* quanto no pós-abolição se traduziram na manutenção de formas de viver que se opõem à lógica da supremacia branca dos Estados Unidos. De acordo com hooks (2019[1989]), as comunidades negras dos estados do Sul desse país, das quais a

autora fez parte, apresentavam resistência à lógica cultural branca e colonial. Para ela, tais comunidades conseguiram manter formas de existência que cultivavam ideais de cuidado, proteção e companheirismo entre pessoas.

Ao analisar movimentos de resistência das pessoas negras no Brasil, Gonzalez (2020[1988]) revela a importância das mulheres negras para a resistência à escravidão e para a luta contra o racismo, nomeando-as “Mulher negra, essa quilombola”, denominação que remete simbolicamente aos quilombos como espaços de resistência do povo negro à escravidão no período colonial e à dominação racial na atualidade. De acordo com ela, as mulheres foram e seguem sendo figuras essenciais para a luta do povo negro: enquanto escravizadas no eito, estimularam os companheiros à revolta, à fuga e à construção dos quilombos, onde lutavam ao lado dos homens e educavam seus filhos e filhas em um espírito antiescravagista, anticolonialista e antirracista. Segundo Gonzalez, quando o quilombo dos Palmares foi derrotado, as mulheres mataram seus filhos e filhas e se suicidaram, recusando-se à condição de escravidão.

Durante cem anos, os palmarinos resistiram aos ataques das tropas enviadas pelas autoridades coloniais e pelos senhores de engenho escravistas, irritados e invejosos de sua prosperidade. As mulheres palmarinas também participaram nas lutas, ao lado de seus companheiros. E, quando Palmares foi finalmente destruído, elas preferiram matar os próprios filhos, suicidando-se em seguida, para que não sofressem a indignidade e a humilhação de serem escravos. Ao morrerem tornaram-se vivas na nossa história. (Por essa razão, temos hoje, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres negras cujo nome é Aqualtune, uma heroica palmarina, mãe de Ganga Zumba, o antecessor de Zumbi). (GONZALEZ, 2020[1988], p. 2004-2005).

E na casa grande, como amas de leite e/ou mucamas⁴⁷, as mulheres exerciam uma resistência passiva, para Gonzalez (2020[1988]). Diante da violência sexual e do papel social incumbido de cuidado da casa grande, que incluía desde a limpeza da casa até o cuidado das crianças dos senhores de engenho, elas resistiam tanto “fazendo a cabeça” do dominador quanto a partir de sua função materna no cuidado das crianças brancas, transmitindo a cultura e linguagem do povo negro, a qual foi internalizada e reproduzida pelos brancos, resultando

⁴⁷ Gonzalez (2020[1988]) recupera o significado de mucama do dicionário Aurélio para explicitar o caráter de escrava sexual a que as mulheres negras foram submetidas no período colonial no Brasil. Segundo o dicionário, a palavra mucama tem origem no *quimbundo*, língua da família banta falada em Angola pelos ambundos, e significaria “amásia escrava”, sendo amásia aquela que vive maritalmente com uma pessoa, sem estar com ela casada. (Aurelio apud Gonzalez (2020[1988])).

no que a autora nomeia como pretuguês⁴⁸, e na manutenção e valorização de práticas culturais como o carnaval e o samba. Outra forma de resistência passiva citada pela a autora é a transmissão para o imaginário branco do perigo oferecido pelos negros e negras que se revoltavam, resultando na criação da figura de Zumbi no imaginário nordestino como um malvado demônio que roubava crianças malcomportadas. De acordo com a autora, essa imagem se aproxima simbolicamente da realidade de Zumbi na luta contra os brancos dominadores, que poderiam ser comparados a crianças malcomportadas.

Para além dos movimentos de luta e de resistência das mulheres na história exemplificados acima, a própria existência e desenvolvimento do movimento feminista é um grande atestado da resistência das mulheres. O movimento feminista que nasce com a reivindicação pelo voto das mulheres e outros direitos teve suas primeiras grandes ações na Inglaterra do final do século XIX. As mulheres, conhecidas como *suffragette*, organizaram manifestações por Londres, foram presas, fizeram greve de fome e conquistaram esse direito em 1918 (Pinto, 2010). A luta pelo sufrágio feminino também aconteceu no Brasil entre 1910 e 1932, liderada por Bertha Lutz, bióloga, cientista e uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; segundo Pinto (2010), essa organização fez campanha pública pelo voto feminino, conquistado no Brasil no ano de 1932 quando foi promulgado o novo Código Eleitoral Brasileiro.

O movimento sufragista, reconhecido como a primeira onda feminista de acordo com Caetano (2017), foi acompanhado por movimentos de mulheres proletárias que pleiteavam melhores condições de trabalho e igualdade de direitos, tanto na Europa quanto no Brasil. Nesse último, Pinto (2010) destaca o movimento das operárias de ideologia anarquista reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes anexas” que, em 1917, lançou um manifesto sobre as deploráveis condições de trabalho a que estavam submetidas as mulheres nas fábricas e oficinas brasileiras.

Também de acordo com essa autora, a chamada segunda onda feminista foi impulsionada pelo livro de Simone de Beauvoir “O segundo sexo”, publicado em 1949, que introduziu na luta feminista a ideia de que a feminilidade, o ser mulher, é construído socialmente, e não fruto das condições biológicas. Na década de 1960, diante de muitos

⁴⁸ A autora nomeia como pretuguês o português falado no Brasil, que é uma mistura do português falado em Portugal com as línguas africanas faladas pelo povo negro escravizado no Brasil.

movimentos de contestação no mundo, como o maio de 68 na França e o movimento *hippie* no Estados Unidos, foi lançada a pílula anticoncepcional no Estados Unidos, o que inaugurou uma nova possibilidade de lidar com a sexualidade para as mulheres, e também foi publicado o livro “A mística feminina”, de Betty Friedan, considerado a bíblia feminista da segunda onda. De acordo com Pinto (2010), essa fase do feminismo superou a anterior ao pleitear, para além de novos espaços sociais, uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres na qual estas pudessem ter liberdade e autonomia para decidir sobre suas vidas e sobre seus corpos. Essa fase apontou também para uma dominação que não é a de classe, já há muito discutida desde a teorização de Marx sobre o capital, mas sim a dominação de gênero.

A segunda onda feminista não encontrou no Brasil o mesmo clima de efervescência social que nesses outros países citados. Em 1964 se instalou a ditadura militar que, embora moderada no início, logo se radicalizou com o Ato Institucional nº5 (AI5), em 1968, que concedeu poderes ditatoriais ao presidente da república. Perante tamanha repressão às lutas políticas legais, o movimento feminista no Brasil enfrentou dificuldades. Foi somente na década de 1970, ainda sob a ditadura, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil ligadas à segunda onda. Em 1975, por exemplo, ocorreram uma semana de debates sob título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira” e o lançamento do Movimento Feminino pela Anistia que, segundo a autora, foi muito importante na luta pela anistia (Pinto, 2010). Muitas feministas foram exiladas no período da ditadura.

Com a redemocratização na década de 1980, o movimento feminista entrou em um período de grande atividade, com grupos e coletivos em diversas regiões com reivindicações pelos direitos das mulheres, abarcando temas como a violência, a sexualidade, o direito ao trabalho, a igualdade no casamento, o direito à terra, o direito à saúde materno-infantil, a luta contra o racismo e a orientação sexual (Pinto, 2010). De acordo com a autora, esses grupos e coletivos se organizavam de maneira próxima aos movimentos populares, de mulheres de classe baixa que lutavam por saneamento, saúde, educação e habitação. Essa aproximação significou um grande avanço para o movimento feminista brasileiro, que teve suas origens, como o movimento feminista internacional, nas classes altas, uma vez que colocou novas questões e problemáticas para as mulheres, como questões de classe e raça. Também foi positiva para as comunidades e para as lutas populares, uma vez que as aproximou das discussões de gênero, segundo a autora.

Essas transformações no movimento e pensamento feministas são reconhecidas, de acordo com Caetano (2017), como a terceira onda do movimento feminista e que trouxe consigo o entendimento de interseccionalidade, termo cunhado por feministas negras. Como vimos no capítulo 1, esse conceito traz o entendimento de que a dominação é um fenômeno multifacetado implicando as dominações de raça, gênero, classe e diversidade sexual sem que nenhuma se sobreponha a outra. Esse novo entendimento complexifica o olhar sobre o fenômeno da dominação, antes entendido ou pelo olhar marxista de classe ou pelo olhar de gênero. Esses pensamentos negligenciavam as questões de raça, componente essencial do processo de dominação.

A partir da história de luta coletiva das mulheres, várias conquistas foram obtidas por elas no Brasil, como o direito à educação, ao voto e ao divórcio, o reconhecimento constitucional de igualdade, a criação de uma delegacia da mulher, políticas públicas de prevenção à violência contra as mulheres (lei Maria da Penha) e a lei do feminicídio, entre outras. (Nossa causa, 2020).

Após expor brevemente exemplos de resistência das mulheres na história e conquistas do movimento feminista internacional e nacional, podemos reconhecer tanto a luta quanto a resistência das mulheres em face do processo de dominação patriarcal, capitalista, racista e heteronormativo produtor de submissão subjetiva. Tanto na luta feminista quanto nos exemplos de luta das mulheres na história, pudemos observar que ela só foi possível quando a insatisfação e a consciência da dominação foram coletivizadas. As mulheres só puderam oferecer uma contraposição política à dominação de gênero quando se organizaram coletivamente, seja lutando contra ofensivas do sistema, seja reivindicando direitos.

O processo de resistência pode ser observado no campo individual também, ainda que possa e deva ser tornado coletivo ou ter consequências para a coletividade. O exemplo dado por Gonzalez (2020[1988]), de resistência passiva, explicita essa questão. Ao introduzirem na língua portuguesa a cultura do povo negro africano na relação entre mucamas, amas de leite e senhores de engenho e suas crianças, as mulheres negras o fizeram de maneira individual, não necessariamente planejada e intencionalmente coletivizada obtendo como resultado a resistência de sua língua e sua cultura em meio ao contexto da colonização portuguesa. A resistência, inicialmente manifesta no âmbito individual, ganha caráter coletivo através da preservação da cultura do povo negro africano, evidenciada pela manutenção de suas práticas por negros e negras brasileiros/as. A autora destaca exemplos como o samba, os terreiros e o

carnaval, que desempenham um papel significativo na cultura brasileira. E os exemplos de suicídios entre mulheres negras, conforme discutidos por Davis (2016 [1985]), e entre mulheres indígenas, como abordado por Federici (2017 [2004]), por recusarem tornar-se escravas dos senhores e colonizadores, ampliam a visão da resistência no contexto individual.

Nos dois casos, o enfrentamento à opressão não compreendeu ações coletivas organizadas politicamente com incidência social e política na sociedade – esse é o entendimento que temos de luta política; já por resistência, entenderemos aqui como ações individuais ou coletivas, planejadas ou não, ativas ou passivas, que configurem uma negação do lugar de objetificação imposto pelos sistemas de dominação. E, a partir desse entendimento de resistência, advogarei pela busca de uma resistência política como meio para reivindicar transformações das condições das mulheres por meio de transformações sociais. Essa resistência política se daria a partir de uma negação consciente e crítica da condição de objetificação perpetrada pela sociedade que possa se traduzir em ações com o propósito de buscar esclarecimento e mudanças sociais e culturais. Para o entendimento de resistência, parto tanto da conceituação de Adorno (2020[1971]) quanto de Gonzalez (2020[1988]).

Para Gonzalez (2020[1988]), como vimos em sua análise da opressão racial, as possibilidades de resistência à dominação podem se dar tanto de forma ativa como passiva e compreendem um processo de enfrentamento às condições desumanizadoras promovidas pelo racismo e pelo colonialismo. O enfrentamento é mais claro e direto quando observamos os processos de resistência ativa, exemplificado pela autora a partir da educação anticolonialista e antirracista transmitida pelas mulheres negras quilombolas às suas crianças. Vimos exemplo parecido nos relatos de Davis (2016[1985]) sobre a alfabetização entre mulheres e homens negros escravizados.

Essas formas de resistência ativa compreendem uma consciência da condição de dominação e uma ação direcionada contra ela. Essa consciência, nesses exemplos dados pela autora, inclui o esclarecimento das pessoas dominadas e, a partir dele, engendram uma ação pelo esclarecimento coletivo. Entendo, assim, essa resistência ativa como sendo também política. No entanto, compreenderei como resistência ativa um processo consciente de resistência individual que não necessariamente inclui um esclarecimento das condições sociais da dominação, mas pressupõe uma consciência individual de algumas consequências dessa dominação para a vida da pessoa e uma reação a elas de forma que lhe permite enfrentá-las.

Esses exemplos de resistência ativa e política dados pelas autoras foram possíveis, no entanto, somente a partir de determinados contextos. No primeiro deles, a resistência se deu por meio de um processo de luta e de conscientização das condições de dominação, promovidas pelo movimento social dos quilombos por meio de luta e organização coletiva que, no caso de Palmares, durou 100 anos. E, no segundo exemplo, a resistência se deu a partir uma realidade em que as pessoas escravizadas tinham momentos separados dos brancos dominadores e, por isso, espaço para estarem juntas e terem trocas coletivas.

No exemplo dado por Gonzalez (2020[1988]) de resistência passiva, as mucamas e amas de leite passavam a maior parte do tempo na casa grande realizando o trabalho de cuidado da casa e dos filhos dos brancos, em convivência constante com os brancos e brancas dominadores. Nesse espaço, o convívio entre negras e negros escravizados, sem a participação dos brancos e brancas, era quase impossibilitado e, assim, a resistência ativa era dificultada. Em um contexto de dominação e opressão, no qual as formas de sua perpetuação são mais agudas e totalitárias, deixando pouco ou quase nenhum espaço para trocas entre pessoas dominadas – trocas essas que podem fomentar o compartilhamento e a tomada de consciência sobre as condições de opressão –, o que restaria então seria uma resistência passiva, porém não menos importante. Essa resistência, como vimos no caso da transmissão da linguagem e cultura africanas, significou a permanência e a incidência da cultura do povo negro na constituição da cultura e da linguagem do povo brasileiro, apesar de toda a violência e dominação que as mulheres negras escravizadas viveram. Klein (2022) contribui para esse entendimento ao analisar as contribuições de Gonzalez para o conceito de resistência:

Ao desenvolver diretamente a reflexão sobre o lugar da resistência passiva, que aparece como imperativa naqueles momentos em que as desigualdades de poder se mostram tão profundas que seu combate clama por formas singulares, porém igualmente relevantes, de enfrentamento, Gonzalez permite entrever o histórico relevante da postura social crítica que continua reverberando nos tempos atuais. (KLEIN, 2022, P. 10).

A resistência deve ser considerada aqui como uma recusa à objetificação, à desumanização gerada pelo processo de escravização e colonização. Diante de um contexto de agudização do processo de dominação, no qual os negros e negras foram tornados mercadoria pelos brancos, isto é, objetos a serem trocados, vendidos e comprados, houve uma resistência potente diante da desumanização. Essa resistência se deu a partir de uma recusa das mulheres negras ao total processo de embranquecimento perpetrado pela colonização e escravização no Brasil. De acordo com Gonzalez (2020[1988]), o fenômeno do embranquecimento se

configurou enquanto ideologia e consistiu “na lógica da dominação que visa a dominação da negra mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais” (GONZALEZ, 2020[1988], p. 89). Ao sustentarem e introduzirem a linguagem e cultura negras na construção da identidade da cultura brasileira, as mulheres negras, enquanto mucamas e amas de leite, resistiram a esse processo, enegrecendo-a.

Já para Adorno (2020[1971]), a resistência se daria a partir de processos de negação da reificação, que se orientariam para a busca da individuação, ainda que muito dificultada pela sociedade massificada. De acordo com o autor, o potencial de resistência reside na sobrevivência das estruturas psíquicas que garantem a individuação, uma vez que é a partir delas que as pessoas poderiam se contrapor à realidade existente da dominação. A partir de uma estruturação psíquica que permita às pessoas divergirem do outro e da sociedade tal como ela se apresenta, as pessoas poderiam oferecer resistência ao processo de dominação por meio de uma educação crítica capaz de esclarecer as estruturas de dominação presentes na sociedade. Na atual forma do capitalismo, a totalidade dos processos de dominação é tal que o indivíduo sobreviveria somente enquanto impulsionador da resistência, e não como indivíduo integralmente formado. Para o autor, não é possível haver indivíduo integralmente formado na atual configuração social, e sem ele não há possibilidade de alcançar a emancipação.

A emancipação, de acordo com Adorno (2020 [1971]), é caracterizada pela recusa da tutela em relação ao outro, na qual nosso entendimento não se submete à orientação desse outro, mas sim se constrói a partir de nossos processos psíquicos e de pensamento individuais. Para ele, a emancipação dependeria tanto de uma constituição psíquica que permitisse o julgamento individual sobre a realidade quanto do esclarecimento sobre os processos inerentes a ela. Esse esclarecimento, por sua vez, estaria condicionado a uma educação crítica que preparasse as pessoas para observar as contradições da sociedade e imaginar uma vida para além delas.

Nas duas conceituações apresentadas, encontramos convergência e divergência. Tanto para Gonzalez (2020[1988]) quanto para Adorno (2020[1971]), a resistência se dá no enfrentamento ao processo de objetificação e desumanização e na tentativa de sustentação do indivíduo diante da dominação. No entanto, para Adorno (2020[1971]), a condição para a resistência é a consciência das condições de dominação; já para Gonzalez, a resistência pode se dar sem essa condição, e ainda assim deve ser reconhecida pela sua incidência e existência perante um contexto de grande impedimento. Concordo com Gonzalez (2020[1988]) na

defesa do reconhecimento e da valorização dessas formas passivas e ativas de resistência e que não seriam necessariamente resistência na visão de Adorno (2020[1971]), pois elas nos apontam para brechas subjetivas nos processos mais agudos de dominação. No entanto, reconheço e concordo com a importância da tomada de consciência dos processos de dominação para uma resistência política a eles.

Ao analisarmos a situação subjetiva das mulheres diante dos processos de dominação descrita nesta pesquisa, podemos identificar a lógica de objetificação que as priva da oportunidade de individuação e autonomia e que as mantém sob uma condição de tutela, evidenciada em diferentes graus ao longo da história. O que pudemos verificar neste estudo é que as mulheres objetificadas pelos processos de violência e de dominação na constituição psíquica vivem, em maior ou menor grau, submetidas ao desejo do outro, ainda que de forma inconsciente em sua maioria. Essa realidade só pôde ser esclarecida com base nos estudos dos processos de subjetivação realizados pelo desenvolvimento da psicanálise; em contrapartida, esse campo do conhecimento só pôde se constituir a partir da escuta das mulheres e da compreensão de seus processos de adoecimento diante da dominação patriarcal.

Foi a partir da escuta das mulheres e de sua rebelião corporal espontânea à repressão sexual vitoriana que surgiu a psicanálise. *Os Estudos da histeria* (2016[1893-1895]), textos freudianos inaugurais da psicanálise, partiram da observação das consequências individuais e corporais das mulheres à repressão sexual e à dominação masculina. Foi por meio da escuta e da análise dos materiais clínicos das mulheres históricas, que adoeciam e comunicavam primeiramente por meio de seus corpos suas problemáticas, que Freud formulou a teoria do inconsciente. Em um contexto em que as mulheres eram tuteladas pelos homens de suas vidas, primeiro os pais e depois os maridos, elas adoeceram de modo barulhento e disruptivo. Nesse momento histórico em que a ciência médica se baseava no estudo do corpo para o entendimento das doenças e suas causas, as mulheres apontaram, por meio do adoecimento, causas para além do aparato biológico, cujos diagnóstico e tratamento requereram a escuta de suas vidas e mazelas, dos desejos e das vivências de repressões por que passaram.

Por meio dessa escuta, a psicanálise pôde entender o adoecimento psíquico e construir sua etimologia na sexualidade. Revelou a existência do inconsciente e da sexualidade infantil e construiu a teoria da neurose baseada nos estudos da histeria, na qual a fantasia inconsciente e o desejo sexual reprimido eram fatores determinantes para o adoecimento psíquico. No entanto, esse reconhecimento do caráter sexual da neurose histórica não foi acompanhado por

uma leitura das suas causas sociais pela psicanálise. De acordo com Bleichmar (1988), a passividade e a dependência encontradas nas histéricas que não podiam considerar seus desejos sexuais e agressivos como seus, mas sim provocados pelo outro, deveriam ser entendidas mais como produzidas pela cultura patriarcal que as impedia de reconhecerem-se como atuantes na realidade do que em sua sexualidade, como foi feito pela psicanálise. Segundo a autora, a histeria significou tanto a escuta das mulheres e um esclarecimento de sua condição quanto uma redução desta à sexualidade:

Por que essa tendência distintiva à erotização? Cada vez que a mulher ouve falar dela, lê sobre o que é ela, estuda seu tema, fantasia seu destino, sonha seus desejos, irremediavelmente aparece o desejo sexual, a meta do orgasmo vaginal, o homem como objeto de sua vida... Será que isto está certo, ou o mal estar histórico reside justamente na redução de sua condição humana à sua sexualidade, na superposição e confusão entre feminilidade e sexualidade, entre seu ser social e seu erotismo? (BLEICHMAR, 1988, p. 189).

Essa redução da mulher à sua sexualidade não tem como origem a produção teórica psicanalítica, mas sim os processos de dominação social que imputam à mulher uma relação estreita com a natureza e a sexualidade. Ao mesmo tempo em que desvela o processo de repressão à sexualidade feminina, a psicanálise acompanharia essa lógica ao apontar a sexualidade como causa principal do adoecimento histórico.

Ao mesmo passo que configura uma passividade subjetiva diante do desejo do outro, a histeria expressa também uma recusa das mulheres a ocuparem o papel social designado a elas pela moral vitoriana. Segundo Bleichmar (1988), a fobia sexual foi considerada como forma típica da histeria, observada a partir da evitação da sexualidade genital no matrimônio. Em um contexto histórico em que o matrimônio seguido pela reprodução sexual era tido como o objetivo social das mulheres, a histeria significou uma disrupção nos processos familiares; mesmo que a partir de um processo de adoecimento, e não a partir da tomada de consciência, elas ainda assim não estavam mais “aptas” a cumprir com seu papel social como esposas dispostas sexualmente e como mães para cuidarem de seus filhos. A histeria se caracterizaria, de acordo com Bleichmar (1988), como um feminismo espontâneo ao expressar uma insatisfação subjetiva diante da dominação patriarcal, que aprisiona a mulher em seu papel sexual:

Existe um feminismo espontâneo na histérica que consiste no protesto desesperado, aberrante, atuado, que não chega a articular-se em palavras, uma reivindicação de uma feminilidade que não quer ser reduzida à sexualidade, de um narcisismo que clama por poder privilegiar a mente, a ação na realidade, a moral, os princípios e não ficar preso somente na beleza do corpo. (BLEICHMAR, 1988, p. 193).

Para a autora, a organização histórica é ao mesmo tempo um atestado da dominação patriarcal, na qual a mulher se encontra aprisionada ao desejo do outro, e uma rebelião a ela, uma vez que sua expressão, ao rechaçar a sexualidade, apontaria para a reivindicação de um lugar para além do de objeto sexual imputado a ela pela sociedade. A nomeação desse processo como feminismo espontâneo pela autora suscita, porém, um questionamento, uma vez que, como vimos, o feminismo se configura como um movimento político de luta por direitos das mulheres e de esclarecimento sobre as condições de dominação a que essas estão expostas. Apesar de caracterizar uma rebelião subjetiva das mulheres, a histeria não indica uma resistência política, ou ainda uma luta por direitos, que requerem, a meu ver, uma consciência crítica das condições de dominação. A histeria, ao mesmo tempo em que pode ser vista como uma rebelião contra os papéis sociais de gênero imputados às mulheres, segue sendo uma forma de adoecimento psíquico. No entanto, me parece importante reconhecê-la como uma forma de resistência passiva, pois, de maneira não planejada e inconsciente, representou uma recusa à objetificação e teve uma incidência na cultura, já que foi o substrato para a criação de um campo do conhecimento que muito contribuiu e segue contribuindo para o esclarecimento da realidade psíquica e da sexualidade: a psicanálise. A fala das históricas inscreveu na cultura, a partir da psicanálise, sua insatisfação subjetiva.

Ao observar alguns exemplos de processos de resistência e luta das mulheres diante de um quadro de dominação estrutural, pudemos categorizar a resistência em passiva, ativa e política e demonstrar que a resistência não necessariamente demanda uma consciência política e racional da condição de dominação. A recusa do lugar objetificado pode se dar de forma inclusive inconsciente, como vimos no caso da histeria. No entanto, o alcance da consciência dessas condições deve ser um horizonte para a resistência e luta políticas. A partir dessa constatação, surge aqui uma questão: como, no contexto de um sistema totalizante de dominação que promove uma formação da mulher objetificada e subjugada ao outro, observamos a resistência? Como, em face de uma formação que indicaria, pelo contrário, uma totalizante submissão não somente ao outro, mas também ao sistema de dominação, observamos não só uma resistência passiva como ativa e política das mulheres? Não pretendo neste capítulo oferecer a resposta a essa pergunta muito complexa e que demandaria outra pesquisa para ser respondida; no lugar disso, tenho como objetivo discutir na próxima seção como a análise aqui feita dos processos de internalização da dominação podem nos ajudar a pensar caminhos para fortalecer a resistência e a luta das mulheres.

No entanto, me arrisco a construir brevemente uma hipótese. De acordo com a pesquisa realizada, seria possível indicar que o processo de dominação produz tanto submissão quanto resistência das mulheres. Ainda que subjetivamente, pudemos observar a produção de objetificação e submissão ao outro e a seus desejos, mas as mulheres resistem a esse processo de formas diversas e com diferentes níveis de impacto na realidade. De acordo com hooks (2019[1989]), essa contradição seria garantida pela contradição promovida dentro da organização familiar:

Embora as relações familiares possam ser – e com mais frequência sejam – caracterizadas pela aceitação de uma política de dominação, elas são simultaneamente relações de cuidado e conexão. É essa convergência de dois impulsos contraditórios – a insistência em promover o crescimento e a insistência em inibir o crescimento – que fornece um contexto prático para a crítica, a resistência e a transformação feministas. (HOOKS, 2019[1989], p.61).

Hooks (2019[1989]) nos dá uma pista de onde buscar as raízes dessa contradição: na família. Para ela, é nas relações de cuidado e conexão, de vínculo, que se forjam as condições para a resistência à dominação. Podemos relacionar essa ideia de hooks (2019[1989]) com os desenvolvimentos desta pesquisa no que diz respeito ao apontamento da necessidade de valorização cultural e social das relações de cuidado e vínculo indicadas por Benjamin, J. (1988). Para a autora, essas relações que denotam a dependência entre os indivíduos, dependência essa extremamente desvalorizada pela sociedade, são essenciais para o processo de individuação e construção de autonomia. Não só o processo de separação, mas também o processo de dependência, são importantes para garantir o reconhecimento entre o eu e o outro, a construção e a manutenção de uma relação entre sujeito-sujeito, imprescindível para evitar as relações de dominação. Inspirando-me em hooks (2019[1989]) e Benjamin, J. (1988), apontaria que o vínculo e a dependência estabelecidos em determinado momento com a mãe (ou sua/seu substituta/o) seria o que garantiria os processos de resistência. Assim, o que hooks (2019[1989]) indica como motor da contradição entre dominação e resistência, podemos identificar na teorização de J. Benjamin (1988) como essencial para a individuação.

Após essa breve hipótese parto agora para uma discussão sobre a importância dos processos de elaboração psíquica e autorrecuperação para a resistência das mulheres à dominação. Partindo da observação desses movimentos de resistência que se dão desde a organização coletiva e esclarecimento crítico da realidade até a recusa inconsciente da submissão completa, advogarei pela importância do olhar e do cuidado com as experiências

individuais e psíquicas das mulheres e suas organizações subjetivas como elemento essencial para a resistência política e para a luta feminista.

5.2 A importância das elaborações e da autorrecuperação para a resistência das mulheres e para a luta feminista.

Como vimos na primeira parte deste capítulo, a resistência à dominação de gênero se dá nos planos objetivo e subjetivo: a partir do campo inconsciente, como resistência passiva; a partir do campo consciente, como resistência ativa e política. Diante da constatação da existência e importância da resistência subjetiva à dominação, analisaremos agora a relevância do cuidado das mulheres e de uma transformação de sua subjetividade para a resistência e luta políticas.

De acordo com hooks (2019[1989]), a luta política deve incluir tanto a educação para a consciência crítica como a nomeação pessoal das experiências das mulheres. Para a autora, o feminismo surge do entendimento de que o pessoal é político, trazendo assim um método de luta que inclui a nomeação e o compartilhamento das experiências de violência e dominação vividas pelas mulheres.

A politização necessariamente combina este processo [nomear a experiência de alguém] com a compreensão crítica da realidade material concreta, que assenta a base para tal experiência pessoal. O trabalho de compreender essa base e o que pode ser feito para transformá-la é bastante diferente do esforço para se elevar a consciência sobre a experiência pessoal, mesmo que estejam ligados (HOOKS, 2019[1989], p. 224).

Assim como a rebelião subjetiva é uma forma importante de resistência à dominação, a consciência sobre a experiência individual da dominação é essencial para a politização e a resistência. Esse processo de conscientização da dominação é alcançado, de acordo com hooks (2019[1989]), pela combinação da nomeação das vivências pessoais com a compreensão crítica das estruturas que a determinam. Apesar de a nomeação da experiência individual sozinha não ser o bastante para configurar resistência política, ela é essencial para esse processo. Podemos reconhecer sua importância quando se trata da violência sofrida pelas mulheres, o que contribui para o despedaçamento psíquico e para uma vivência submissa da mulher.

Falar sobre a vivência traumática, nomear sentimentos, emoções e percepções que dela derivaram são componentes essenciais para que a elaboração da experiência aconteça. O trauma, além de promover um despedaçamento do eu, gera uma identificação da vítima com o agressor, impedindo-a de construir e sustentar o processo de individuação que lhe permitiria reconhecer seus desejos e limites. Diante da experiência traumática, a pessoa, alienada de si, repete a submissão vivida e construída a partir do trauma nas suas relações interpessoais. É somente por meio da nomeação daquilo que foi vivido enquanto trauma e do reconhecimento dessa violência por outra pessoa que será possível o trabalho psíquico necessário para a recuperação subjetiva. Entendo esse fenômeno como elaboração, o que, de acordo com a teoria psicanalítica, é o caminho pelo qual o sujeito pode ressignificar suas experiências traumáticas recolocando-se subjetivamente nas suas relações interpessoais.

A elaboração é um conceito desenvolvido desde Freud (2010[1914] e 2014[1926]), essencial e identitário na psicanálise de acordo com Roussillon (2007), uma vez que atravessou o tempo e diferentes modelos de práticas psicanalíticas. Em Freud (2010[1914]), está associado ao processo de cura que depende de uma tomada de consciência do sujeito das origens do seu adoecimento. Essa tomada de consciência se daria através da rememoração pelo sujeito de sua história a partir de sua repetição na vida atual. Essa repetição, por sua vez, se expressa de forma diversa do acontecimento original na vida do sujeito, pois não é conhecida a princípio por ele, uma vez que se encontra no inconsciente. A elaboração implicaria um reconhecimento consciente e uma associação entre a repetição atual das vivências traumáticas e a vivência do trauma do passado.

De acordo com Laplanche e Pontalis (2001[1982]), a elaboração⁴⁹ é o trabalho realizado pelo aparelho psíquico de integrar as cargas psíquicas potencialmente produtoras de sofrimento, estabelecendo entre elas conexões associativas. Segundo eles, esse processo permitiria a cessação da repetição das formações inconscientes ao relacioná-las com o conjunto da personalidade do indivíduo. A elaboração dependeria, de acordo com Freud

⁴⁹ Reuni no conceito de elaboração os significados de elaboração psíquica e perelaboração dos autores que, segundo Laplanche e Pontalis (2001[1982]), teriam diferenças de significado na construção teórica de Freud. No entanto, não adoto essas diferenças aqui por entender que os dois processos se complementam no entendimento do trabalho psíquico realizado no processo analítico, e aqui me interessa o todo, e não suas especificidades. Para uma compreensão das diferenças entre os dois conceitos, consultar Laplanche e Pontalis (2001[1982]).

(2010[1914]), de uma relação de transferência, que na clínica psicanalítica se dá na relação entre analisando e analista. Essa relação e o vínculo que ela pressupõe propiciaria a repetição da vivência traumática em uma nova relação interpessoal, o que torna possível o trabalho psíquico de nomear e associar as vivências do presente com vivências traumáticas do passado. Diante da figura da/o analista, atenta aos processos trazidos pela repetição traumática, a/o analisando poderia ressignificar as vivências traumáticas.

De acordo com Roussillon (2007), a elaboração de vivências traumáticas requer não apenas a tomada de consciência, mas uma reconstrução. Para ele, a vivência traumática impede a metabolização subjetiva do acontecimento pelo indivíduo devido à intensidade do desprazer sentido pela pessoa, dados o terror e a agonia provocados pela violência no trauma. Diante da ameaça de aniquilação, ocorre um processo de defesa psíquica que impede a construção de sentido pela pessoa do que lhe aconteceu. Dessa maneira, não basta rememorar um acontecimento do passado nesses casos, uma vez que essa memória não foi simbolizada, mas sim reconstruí-lo para que possa haver algum entendimento da experiência traumática. Essa reconstrução se dará também, a partir primeiramente da repetição do trauma na vida atual, que aparece na situação analítica, e do acesso seguinte e reconstrução da situação traumática.

Portanto, trata-se de permitir que isso que se “apresenta” à superfície psíquica possa se reconhecer como (re)apresentação de uma parte, um traço (*pan*) do passado e não mais como atual. Isso implica um trabalho de metabolização das moções pulsionais e das experiências traumáticas, um trabalho de transformação da experiência subjetiva primeira em uma forma representativa suscetível de “tornar-se consciente”. Esse trabalho passa sempre por um trabalho de (re)construção que implica o analista, podendo comprometê-lo. (ROUSSILLON, 2007, p. 370).

Para que o processo de (res)significação aconteça, é preciso ainda lidar com a resistência⁵⁰ psíquica apresentada pela pessoa e que compreende as formações que impedem o acesso aos conteúdos inconscientes. A elaboração inclui o trabalho psíquico e analítico que enfrenta as resistências para o acesso e construção consciente. Assim, a elaboração compreende um processo de rememoração, de reconstrução das experiências traumáticas e de atravessamento das resistências. Ao retomarmos o trauma gerado pela violência contra mulheres, podemos perceber a importância da elaboração para a recolocação subjetiva delas.

⁵⁰ Essa resistência a que me refiro é o conceito de resistência desenvolvido pela psicanálise, e não o conceito de resistência que venho trabalhando neste capítulo e que diz respeito ao enfrentamento ao processo de dominação. Por isso o diferenciei nomeando-o resistência psíquica.

A partir da elaboração, a mulher poderá compreender a experiência do trauma como violenta, retirando-se do lugar de autculpabilização, enxergando o agressor como culpado e podendo se diferenciar subjetivamente dele com o tempo. A partir daí, ela poderá reconstruir-se subjetivamente, não mais enquanto submissa diante do dominador, mas enquanto sujeito diante do mundo.

Esse mergulho e essa reconstrução de si não poderão ser feitos isoladamente e nem com qualquer pessoa, a meu ver. Para elaborar as experiências traumáticas, a pessoa necessitará de outra pessoa que a acompanhe e a auxilie nessa trajetória, ajudando-a a reconhecer as experiências de violência. Na teoria psicanalítica, esse trabalho é feito pela/o analista que, a partir do vínculo criado pela relação transferencial, pode não só ajudar a reconstruir essas vivências como também se oferecer como outro modelo identificatório, não violento, que promova outras identificações. Portanto, defendo aqui o processo terapêutico/analítico com bases em uma psicanálise implicada com a promoção da autonomia das mulheres como uma ferramenta potente para esse fim. Esse processo, a partir da relação de transferência, produziria um ambiente profícuo para a elaboração.

No entanto, não defendo ser esse o único meio pelo qual ela pode ocorrer. A meu ver, a elaboração pode ser promovida em outros níveis que não necessariamente esses descritos pela psicanálise, mas por outros tipos de relação interpessoal que promovam maneiras de acessar a memória e possibilidades de reconstrução pessoal. Nessa relação interpessoal entre mulheres vítimas de violência e a pessoa que oferece apoio, seja na pessoa da terapeuta/analista, seja na pessoa de uma amiga/companheira de luta, seja em um grupo de pessoas que ofereçam escuta e apoio ou uma comunidade que cuide dessas mulheres, é necessário que um vínculo seja estabelecido para que essas mulheres se sintam confortáveis e confiantes em acessar e compartilhar conteúdos que em muito as envergonham, uma vez que em grande parte se sentem culpadas pela violência vivida como pudemos ver no capítulo 2.

Importante destacar também, entre essas outras possibilidades de relações interpessoais que podem colaborar para um processo de elaboração, a relação entre mulheres. Tanto a partir do cuidado e acolhimento entre mulheres quanto a partir da possibilidade de identificação entre si das condições de dominação, a relação entre mulheres é muito potente para o processo de elaboração, uma vez que promove vínculo e reconhecimento das situações de violência e opressão. Ela pode promover tanto um processo de conscientização do caráter

opressor das vivências pessoais das mulheres quanto uma conscientização das condições sociais da dominação de gênero quando permeada pelo pensamento e pela luta feminista.

Assim, entendo o cuidado em saúde mental como elemento essencial para o enfrentamento da dominação das mulheres e para sua politização. Ele pode se dar tanto em um processo terapêutico/analítico quanto a partir de outras relações interpessoais, como também a partir de atividades que promovam o autocuidado e o conhecimento de si. Esse cuidado em saúde mental, que poderíamos entender como um espectro mais amplo de ações do indivíduo pela recuperação de si, parece-me importante para o processo de elaboração, individuação e subjetivização das mulheres.

Dessa maneira, como hooks (2020[1989]), entendo que o processo educativo crítico sobre as estruturas concretas de dominação que operam socialmente para a manutenção da dominação das mulheres deve ser acompanhado da nomeação das experiências pessoais de dominação. Somente a educação crítica não é suficiente para a formação em direção à autonomia da mulher. Para além da nomeação, porém, parece-me que a elaboração, que pressupõe um mergulho mais profundo e individual da mulher em sua história de violência, é essencial para a reconstrução psíquica e a recolocação subjetiva das mulheres.

Ao discutir a conscientização política e sua importância para a resistência e luta contra a dominação, hooks (2020[1989]) propõe a autorrecuperação como meio para a sustentação individual da resistência. Ela consiste, para a autora, na recuperação a partir de um mergulho em si mesma na busca de inscrições ancestrais e passadas de uma outra lógica social que se contrapõe a lógica da dominação. De acordo com a autora, essa lógica se encontraria, por exemplo, na comunidade negra em que ela mesma cresceu, na qual a noção de eu não era construída em oposição ao outro – que deve ser destruído, como na lógica da dominação – mas sim como um eu interdependente, existente na relação com o outro; nas palavras da autora: “o eu não como “um eu”, mas a junção de “muitos eus”, o eu como uma incorporação de uma realidade coletiva passada e presente, família e comunidade” (HOOKS, 2020[1989], p. 78). Diante da recuperação dessa memória de eu na coletividade compartilhada, em contraposição ao eu destruído pela dominação, haveria resistência individual à objetificação.

Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nós nos opomos a essa violação, essa desumanização, quando buscamos autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir fragmentos do ser, para recuperar nossa história. (HOOKS, 2020[1989], p. 78).

Essa busca por fragmentos do ser, que a autora aponta, remete-me à fragmentação psíquica causada pela violência como vimos no desenvolvimento da teoria do trauma. Recuperar esses fragmentos significa buscar uma retomada dos processos psíquicos de individuação interrompidos pela violência fragmentadora a partir da elaboração das vivências traumáticas. Essa elaboração abarca a desidentificação com o agressor e uma busca pela reconstrução dos processos identificatórios capazes de promover individuação. Apoiando-me em Winnicott (1983[1960]), acredito que a autorrecuperação, reivindicada por Hooks (2020[1989]), significaria reconquistar o *self* verdadeiro que diante da dominação e violência foi suprimido para o crescimento abrangente do falso *self* que engendra submissão diante do outro e do mundo.

Apoiada na ancestralidade de seu povo, que resistia à dominação construindo outras formas de relações sociais, hooks (2020[1989]) defende a autorrecuperação a partir da recuperação mnêmica dessas formas de existência. De acordo com a autora, mesmo diante de uma sociedade que produz e reproduz dominação na família, ela pode resguardar algum nível de conexão e cuidado que, tanto para Winnicott (1983[1960]) quanto para Benjamin, J. (1988), são essenciais para a individuação. Assim, podemos presumir que as mulheres possam acessar, através da memória, esses momentos constitutivos vividos com a figura materna, produtores de conexão e segurança, para que possam se reconstituir subjetivamente em direção a vidas menos submissas e submetidas.

Os processos de elaboração e autorrecuperação parecem convergir no aspecto da rememoração e se complementar. A elaboração descreve uma recuperação do indivíduo a partir da rememoração de sua história pessoal e da reconstrução subjetiva, e a autorrecuperação descreve uma recuperação do indivíduo a partir de uma rememoração da história ancestral, que continha outra noção de relação interpessoal. Ao contrário da lógica capitalista, colonialista e patriarcal, cuja base para as relações sociais é a dominação do outro e a violência, a ancestralidade do povo negro retomaria o apoio comunitário, um eu que depende do outro para existir e por isso o apoia. Trabalho, então, com os dois conceitos e com sua conexão para pensar a recolocação subjetiva das mulheres.

Para além das situações de violência traumáticas vividas por muitas mulheres, a que nos referimos até aqui na discussão sobre elaboração, a constituição psíquica delas é baseada em processos identificatórios genderificados que reproduzem as relações de dominação de gênero, e as consequências psíquicas desse fenômeno também podem ser acessadas e

elaboradas no âmbito do cuidado da saúde mental. É principalmente ao longo da elaboração subjetiva que as mulheres podem entrar em contato com suas histórias de identificações com as figuras parentais, as consequências delas, seus entendimentos de gênero e seus papéis sociais daí derivados, como também com suas posturas subjetivas genderificadas diante do mundo e do outro. E é a partir da conscientização individual desses processos que as mulheres possam talvez reivindicar outra postura subjetiva e questionar entendimentos estereotipados de gênero.

Além do processo de elaboração, tanto Benjamin, J. (1988) quanto hooks (2020[1989]) apontam para a importância de figuras de identificação que inspirem uma existência em constante contraposição ao processo de dominação que produz submissão. Para Benjamin, J. (1988), uma mãe que renuncia a sua vida, a seus desejos e a seus limites aos olhos de sua filha apresenta-se, diante dela, como alguém que não é sujeito, que se sacrifica perante ao outro submetendo sua individualidade às prioridades alheias. Diante dessa mãe, a filha, ao reconhecer no pai esse lugar de autonomia, busca por uma identificação com ele, o que não será garantida pela cultura patriarcal. Uma mãe que reivindica seu lugar de sujeito, ainda que diante de processos de dominação que impeçam essa condição, ofereceria uma outra realidade de feminilidade para sua filha.

Hooks (2020[1989]) contribui para esse entendimento ao discutir as relações entre alunas/os negras/os e professores/as negros/as nas Universidades de elite dos Estados Unidos. Para ela, no processo de educação, alunas/os negras/os procurariam em professores/as negros/as figuras que possam inspirá-las/os a se afirmarem enquanto sujeitos diante da branquitude. Ainda que a realidade observada pela autora aponte para muitos casos de assimilação destes à cultura das Universidades permeada pela branquitude, a autora defende a importância de outra postura dos/as professores/as negros/as. Para contribuir para uma formação crítica dos alunos/as negros/as, não seria suficiente apenas transmitir conteúdos críticos, mas seria necessária uma postura que recusasse a objetificação pela branquitude, uma busca pela afirmação enquanto sujeito na relação com o um outro que visa subjugar:

Sem um movimento negro libertador organizado que forneça uma estrutura para a afirmação, para a educação para uma consciência crítica, estudantes negros preocupados buscam professores negros como exemplos de completude de maneiras de existir neste contexto social que permitam a celebração e a aceitação da diferença, maneiras de se integrar ao invés de se adaptar, maneiras de ser sujeito ao invés de objeto. (HOOKS, 2029[1989], p. 150).

As duas autoras indicam uma busca, por parte das pessoas dominadas, por figuras de identificação que neguem o lugar de objeto. Benjamin, J. (1988) analisa essa busca, feita pelas meninas nos seus processos identificatórios da primeira infância, na fase pré-edípica e também pelas mulheres através do amor ideal. Já hooks (2020[1989]) observa essa busca pelos/as alunos/as negros/as nas Universidade de elite dos Estados Unidos, majoritariamente ocupadas por pessoas brancas. Encontrar figuras que reivindicuem a condição de sujeito seria fundamental, então, para constituírem sua própria autonomia, tanto nas meninas⁵¹ quanto nas pessoas negras.

No entanto, as duas autoras também apontam para os limites dessa busca. Benjamin, J. (1988) indica que, ainda que mulheres mães, consigam exercer uma feminilidade que destoe dos estereótipos sociais e apresentem para suas filhas outra possibilidade de existência enquanto mulher, essa contraposição por si só não será suficiente para impedir a identificação, em algum nível, com uma feminilidade submissa, uma vez que essa característica está presente na representação de feminilidade da cultura e incide na constituição psíquica das meninas. E hooks (2020[1989]) também indica a realidade de assimilação a que estão sujeitas/os as/os professoras/es negras/os, o que dificulta essa possibilidade de encontrar, por parte dos alunos/as, figuras que resistem com quem possam se identificar, assim como aponta para a importância do movimento negro para esse processo de afirmação desses.

Portanto, é necessário analisar o fenômeno da resistência de forma dialética, uma vez que ele nos indica tal configuração. O processo de dominação não mina todas as possibilidades de resistência, tampouco a resistência individual subjetiva dá conta de se contrapor sozinha à dominação social. Ao mesmo tempo em que a questão da dominação no campo psíquico não será resolvida nem pela elaboração individual, tampouco pelos processos identificatórios com figuras que se contrapõem à dominação, a resistência pode ser impulsionada por eles e complementada pelo esclarecimento a partir do contato das mulheres com o pensamento feminista interseccional e crítico que as auxilie na compreensão dos processos concretos de dominação das mulheres. Hooks (2019[1989]) defende a importância da articulação entre educação crítica e análise do eu, o que inclui processos de confissão e memória para uma politização feminista:

Quando traço um mapa da politização feminista, de como nos tornamos mais autoconscientes politicamente, começo insistindo no comprometimento com a

⁵¹ Exceto no caso do amor ideal apresentado por Benjamin, J (1988).

educação para uma consciência crítica. Muito dessa educação começa de fato com a análise do eu a partir de uma perspectiva nova e crítica. Para este fim, confissão e memória podem ser usadas de forma construtiva para iluminar experiências passadas, particularmente quando tal experiência é teorizada. Usar a confissão e a memória como meios para nomear a realidade permite que mulheres e homens conversem sobre experiências pessoais como parte de um processo de politização que posiciona tal conversa num contexto dialético. (HOOKS, 2019[1989], p. 227).

No entanto, como a autora aponta, não basta qualquer análise do eu – necessitamos de uma perspectiva “nova e crítica”, isto é, não basta qualquer processo de elaboração para que esse movimento transformativo individual ocorra, é necessária uma análise do eu em sua centralidade, feminista e interseccional da realidade psíquica e social. Um cuidado em saúde mental que objetive a autonomia do indivíduo deve incluir um entendimento das estruturas de dominação de gênero nas formações psíquicas, influenciadas pelas estruturas sociais de dominação. É somente a partir de um olhar voltado às estruturas sociais de dominação patriarcal que se pode construir uma escuta atenta para as estruturas psíquicas que reproduzem a submissão, e então promover um processo analítico libertador que almeje a autonomia das mulheres: “Usadas construtivamente, confissão e memória são ferramentas que aumentam a autoconscientização; elas não precisam nos fazer somente olhar para dentro” (HOOKS, 2019[1989], p. 228).

Com isso, defendo que o cuidado em saúde mental deve ser parte da luta pela libertação das mulheres, deve ser implicado politicamente na promoção da autonomia e liberdade. As teorias psicológicas e psicanalíticas devem incluir em seus desenvolvimentos e práticas um olhar sobre a dominação de gênero para que não reproduzam essa dominação, ou seja, não naturalizem algo que é socialmente produzido. Diante dessa defesa de um cuidado em saúde mental implicado com a emancipação das mulheres, parece-me importante retomar a posição de Horkheimer (2015[1937]) em seu texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. De acordo com o autor, nenhuma teoria é neutra, e a reivindicação por neutralidade de alguns campos do conhecimento se configura como ideologia. Assim, as teorias psicológicas e psicanalíticas que embasam os cuidados em saúde mental podem ou contribuir para uma adaptação dos indivíduos à atual realidade de dominação social, econômica e política, ou auxiliar na busca por autonomia e libertação. Uma leitura sobre a constituição psíquica que dialogue com a teoria feminista e a teoria social crítica, e os esclarecimentos que promovem sobre os processos de dominação, é necessária para uma posição crítica, e não ideológica, das teorias psicológicas e psicanalíticas.

Para hooks (2029[1989]) a luta coletiva, necessária para uma transformação radical da sociedade, pressupõe a conscientização da dominação: “Nenhuma mudança radical, nenhuma transformação revolucionária poderá ocorrer nesta sociedade – nesta cultura de dominação – se nos recusarmos a reconhecer a necessidade de radicalizar a consciência em conjunto com a resistência política coletiva” (HOOKS, 2019[1989], p. 79). E essa radicalização da consciência só pode ser atingida, a meu ver, por uma subjetividade não-objetificada. Uma pessoa capaz de não só resistir, mas também lutar por transformações de sua realidade, necessita de autonomia de pensamento e desejo, e essa possibilidade de ação sobre a realidade só pode ser atingida por meio de uma estruturação psíquica que proporcione resistência à dominação.

Como vimos a partir de Benjamin, J. (1988), a dominação só poderá ser evitada nas relações interpessoais caso a tensão entre a afirmação do eu diante do outro e o reconhecimento do outro enquanto sujeito em sua afirmação seja mantida. Porém, essa tensão só pode ser mantida por um eu-sujeito em uma relação entre sujeito-sujeito. Quando uma das partes é objetificada e se objetifica subjetivamente, essa tensão é quebrada e então se dá uma relação de dominação. Assim, para a sustentação de um eu autônomo da mulher, seria necessário que ela se reconhecesse e se afirmasse na relação com o outro e fosse reconhecida enquanto sujeito por ele também. Ainda que socialmente esse reconhecimento esteja longe de ser dado integralmente à mulher, é possível que ela mesma possa desconstruir ao longo da vida sua estrutura psíquica objetificada e (re)construir um eu que possa se afirmar enquanto sujeito diante do outro. A relação livre de dominação pressupõe tanto a afirmação de si quanto o reconhecimento do outro, e ambos dependem de uma sociedade livre de dominação.

Para além do trabalho de elaboração e autorrecuperação para que tente se afirmar enquanto sujeito na relação com o outro dominador, é necessário que o outro, que pode ou não conferir reconhecimento, a reconheça enquanto tal. O dominador aqui são os homens, cujo lugar social e subjetivo lhes concede tanto regressões como privilégios, aos quais precisam renunciar para reconhecer as mulheres como suas iguais, isto é, humanas. Para isso, é necessário que eles também empreendam processos de elaboração, autorrecuperação e esclarecimento sobre as condições de dominação de gênero e o caráter de seus privilégios. Ainda que eu entenda essa tarefa como responsabilidade dos homens, parece-me importante que as mulheres componham esse processo, afirmando-se como sujeito e contribuindo para o esclarecimento dos processos de dominação de gênero. De acordo com hooks (2019[1989]), é essencial que, na luta por liberdade, falemos entre nós oprimidas, mas é também essencial que

falemos com e para aqueles que nos oprimem e dominam. Esse diálogo se torna ainda mais necessário quando se trata da dominação de gênero. Diferente de outras formas de dominação, como a de classe, grande parte das oprimidas vive intimamente com seus opressores, isto é, desenvolve relacionamentos familiares ou românticos com pessoas que dominam ou compartilham dos privilégios conquistados pela dominação (hooks, 2019[1989]):

O próximo estágio seria o confronto entre mulheres e homens, a partilha desse discurso novo e radical: mulheres falando com homens em uma voz liberta. Era esse confronto que em grande medida se evitava, mas que deve ocorrer continuamente se as mulheres quiserem entrar por completo na luta feminista como sujeitos, e não objetos. Esse discurso feminista de enfrentamento, fundamentalmente revoltoso e desafiador, indica uma mudança na posição subordinada das mulheres: nos identifica como participantes ativas na luta revolucionária feminista. Nessa luta, é essencial para a transformação dos papéis de gênero e da sociedade que o explorado e o oprimido falemos para e entre nós, mas é também essencial que nos dirijamos sem medo àqueles que nos exploram, oprimem e dominam. (HOOKS, 2019[1989], p. 265).

Para a autora, então, é essencial que nos afirmemos enquanto sujeitos perante os homens e que falemos sobre os processos de dominação de forma a confrontá-los quanto a seus privilégios e sua condição de dominadores. Hooks (2019[1989]) salienta, porém, que podemos encontrar entre os homens aqueles que se contrapõem à dominação de gênero, que estabelecem relações de cuidado e intimidade com as mulheres. Esses devem ser aliados na luta feminista e devem buscar, para apoiá-la, uma constante e atenta revisão de comportamentos machistas e uma postura combativa à dominação no seu entorno. A autora ainda indica que enquanto nós mulheres nos relacionarmos intimamente com homens em nossas vidas, a transformação desses encontros deve ser uma preocupação essencial do movimento feminista, uma vez que devemos evitar que haja reprodução da dominação patriarcal nesses relacionamentos.

Marcuse (2018[1974]) corrobora o posicionamento de hooks (2019[1989]) ao discutir a importância da luta feminista para a transformação da sociedade em seu texto *Marxismo e Feminismo*. Ele aponta que o fim do capitalismo, que oprime e explora mulheres e homens, depende da luta pela libertação das mulheres e que esta implicará amargos conflitos, tormento e sofrimento na relação entre mulheres e homens. Nas palavras do autor: “Acredito que nós homens temos de pagar pelos pecados de uma civilização patriarcal e sua tirania de poder: as mulheres devem se tornar livres para determinar sua própria vida, não como esposa, mãe, amante ou namorada, mas como um ser humano individual” (MARCUSE, 2018[1974], p. 89).

Para o autor, como vimos no primeiro capítulo desta tese, a luta pelo fim da dominação de todos os seres humanos depende da luta pela libertação das mulheres porque,

com ela, a sociedade se libertaria de sua lógica destrutiva baseada nos valores cultivados pela masculinidade engendradora historicamente. Dessa maneira, a questão da dominação de gênero e da libertação das mulheres não é responsabilidade somente das mulheres – ela é também uma questão que concerne aos homens, que dependem de uma transformação das relações de dominação de gênero e das relações sociais para que possam se libertar da exploração e dominação que também sofrem na sociedade capitalista apesar de ocuparem o lugar de dominadores também. Serem aliados da luta feminista não significaria para os homens, então, somente o apoio às mulheres, mas uma luta pela sua própria libertação.

Os homens, vistos assim como corresponsáveis pela luta pela libertação das mulheres, deveriam, para compor essa luta, buscar a transformação de si mesmos. Essa busca significaria, a meu ver, identificar em si comportamentos e pensamentos machistas, recuperar na história individual as situações de reprodução da dominação de gênero, elaborar processos psíquicos que engendrem dominação, identificar seus privilégios de gênero, buscar esclarecimento sobre as estruturas e formas de dominação. Esse esclarecimento, quando alcançado, deve ser multiplicado para que o alcance da resistência e da luta política seja cada vez maior. Hooks (2019[1989]), ao discutir a importância da educação para a consciência crítica, essencial para a luta revolucionária, indica que, para que possamos promover no outro conscientização sobre as questões de dominação, é necessário que busquemos transformações em nós mesmas/os.

Porém, como podemos transformar os outros se nossos hábitos de existência reforçam e perpetuam a dominação em todas as suas formas: racismo, machismo, exploração de classe? Isso nos traz de volta à questão da autorrecuperação, que expandimos para incluir modelos de transformação pessoal que abordem tanto o opressor quanto o oprimido. (...) tanto o colonizador quanto o colonizado são desumanizados, não obstante suas formas diferentes e muito distintas dentro de uma cultura de dominação. Portanto, para a dominação acabar, deve haver mudança pessoal de ambos os lados. (HOOKS, 2019[1989], p. 80).

Desse modo o processo de autorrecuperação, de acordo com a autora, é essencial para a luta feminista, antirracista e anticapitalista, e também para o esclarecimento. Essa luta, e a busca por autorrecuperação e cuidado em si, deve ser empreendida tanto pelas mulheres quanto pelos homens; pelas dominadas e pelos dominadores. A luta por uma outra sociedade, livre de exploração, opressão e dominação, é uma luta de todos. E depende da elaboração e da autorrecuperação, que possibilitam aos seres humanos comporem uma luta coletiva de forma menos desumanizada e desumanizadora.

Assim, como pudemos ver no desenvolvimento deste capítulo, as mulheres resistem de diversas formas à dominação de gênero, sendo o cuidado em saúde mental essencial para

impulsionar esse processo. Mesmo diante de uma vida dominada e uma história de violência patriarcal, as mulheres podem acessar, através da palavra e da memória, seus traumas e suas experiências de dominação para que possam se reconstruir e se recolocar no mundo. Diante do sofrimento, podem se rebelar e escolher por vidas mais livres das amarras patriarcais, ainda que não totalmente livres. Uma mulher que, por exemplo, diante de uma situação de violência doméstica consegue sair de casa para proteger sua vida e denunciar seu agressor está resistindo à dominação:

Rompendo esses longos silêncios, muitas mulheres pela primeira vez deram voz aos sofrimentos, às angustias pessoais, à amargura e até ao ódio profundo. Esse discurso fazia parte da luta das mulheres para resistir ao silêncio imposto pela dominação masculina. Era um ato de resistência. E era ameaçador. Ainda que fosse um discurso que permitia às mulheres rebelar-se e resistir, esse era somente um estágio no processo de educação feminista para uma consciência crítica, um estágio no processo de transformação radical. (HOOKS, 2019[1989], p. 265).

Na escuta clínica, testemunho histórias de mulheres que, a partir de uma história de vida de abuso, violência e dominação, lutam diariamente por uma existência menos subjugada. Movimentam-se subjetivamente em direção à afirmação de si mesmas diante do outro, mesmo que esse outro frequentemente lhes recuse reconhecimento. Mulheres que saíram de relacionamentos abusivos; que se demitiram de ambientes de trabalho nos quais sofriam inúmeras situações de assédio; mulheres que, depois de anos desempregadas, dependendo de seus maridos, conquistaram um emprego ao conseguirem se enxergar capazes; mulheres que se afirmaram perante figuras autoritárias de movimentos sociais, reconhecendo suas necessidades e desejos e exigindo seus direitos. Acredito que as movimentações subjetivas nesses casos não tenham necessariamente promovido ações políticas abrangentes e transformadoras, no entanto, em todos eles, foi possível observar passos dados em direção a uma subjetividade mais autônoma, menos dominada. Foi possível observar resistências ativas, ainda que não diretamente políticas. Como nos lembra hooks (2019[1989]), essa é uma parte essencial da luta política.

Acredito que nem toda ação política deva ser direta. A nomeação e a elaboração das experiências individuais das mulheres, conquistadas a partir de cuidados em saúde mental, configurar-se-iam, ao meu ver, como uma ação indireta. Assim como pudemos ver a importância da resistência passiva para transformações na sociedade, defendo aqui o cuidado em saúde mental como essencial para a construção de uma transformação das relações de dominação, na busca por uma transformação da sociedade. Entendo que uma conscientização

política para a ação depende também de uma subjetividade que apreenda essa conscientização de forma integrada, e não alienada de si mesma e de sua vida pessoal.

Podemos observar muitos exemplos de pessoas integrantes de movimentos sociais de esquerda que reproduzem em suas relações pessoais o machismo, o racismo, a LGBTQIA+ fobia etc, isto é, a dominação. Ainda que essas pessoas possam ter participado de inúmeros processos educativos e formativos críticos, e de organizações sociais de luta, suas estruturas psíquicas seguem reproduzindo a dominação. Sabemos de vários casos de violência doméstica praticada por homens militantes de esquerda, ou de episódios de racismo dentro dos partidos progressistas etc. A crítica de Adorno (1986[1968]) às experiências de Estados socialistas, nomeados como socialismo real, ajuda-nos a complementar esse argumento. Esses Estados que foram construídos com o objetivo de superar a exploração e a opressão do sistema capitalista e de construir relações de igualdade social e política entre os seres humanos, seguiram, em parte, lógicas semelhantes às perpetuadas por Estados fascistas⁵². Essas experiências nos indicam: não basta uma direção política, ou processos de tomada de consciência do funcionamento exploratório e opressor do sistema capitalista transformados em luta, para evitar a reprodução da dominação.

Hooks (2019[1989]) colabora com essa discussão sobre a importância das elaborações individuais da dominação apontando sua insuficiência quando tomada como único direcionamento político. Ao discutir as críticas feministas às políticas de identidade, que defendem que o simples fato de conhecer as necessidades e experiências de alguém dominado é ser político, hooks (2019[1989]) aponta para a limitação desse pensamento. Para a autora, esse é um passo importante da luta política, mas não suficiente; ele deve ser complementado com a compreensão crítica da realidade material concreta, que assenta a base para essas necessidades e experiências pessoais:

Críticas feministas de políticas de identidade que chamam a atenção para a maneira como isso enfraquece o movimento feminista não deveriam negar a importância de nomear e dar voz às experiências. Deve-se sempre enfatizar que isso é somente parte do processo de politização, que deve estar vinculado à educação para uma conscientização crítica que ensine sobre as estruturas de dominação e sobre como elas funcionam. (HOOKS, 2019[1989], p. 224).

A dialética sustentada pela leitura da autora é essencial para entendermos a questão da resistência das mulheres. Ainda que não sejam suficientes, as nomeações e elaborações das

⁵² Trago esse argumento de forma breve e direcionada para a questão aqui abordada, no entanto, é importante ressaltar a complexidade não só da problemática em questão, mas também do argumento do autor.

experiências de dominação pelas mulheres são essenciais para o processo de tomada de consciência dos processos de dominação, e para possíveis transformações tanto no campo individual como no campo social. Diante de uma realidade tão avassaladora no que tange à violência e à dominação, é importante não desvalorizar os esforços de resistência a elas. Como vimos, a violência e a dominação nos despedaçam internamente, negando-nos o processo de individuação que nos caracteriza enquanto seres humanos e a possibilidade de sermos reconhecidos enquanto sujeitos:

De fato, para muitas pessoas exploradas e oprimidas, a luta para criar uma identidade e nomear a própria realidade é um ato de resistência, pois o processo de dominação – seja a colonização imperialista, o racismo ou a opressão machista – tem nos esvaziado de nossa identidade, desvalorizado nossa linguagem, nossa cultura, nossa aparência. Repito, isso é só uma fase no processo de revolução (...), mas que não deve ser depreciada (...). (HOOKS, 2019[1989], p. 226).

Para um problema tão complexo como resistir às poderosas estruturas de dominação do capitalismo, do patriarcado, do racismo, da heteronormatividade etc., não teremos respostas únicas e simples. Tanto o esclarecimento sobre a dominação quanto a resistência a ela deverão também ser complexos, multifatoriais e dialéticos e devem acontecer em diversos campos, em diversos formatos, tendo em conta que temos visto que a dominação segue sendo esmagadora. Hooks (2029[1989]) nos indica:

Seria um grande erro sugerir que a politização do eu não faz parte do processo pelo qual nos preparamos para agir efetivamente pela mudança social radical. Ela diminui a luta libertadora somente quando se torna narcisista, ou, como afirma Bourne, quando inocentemente sugere que “questões estruturais e materiais de raça, classe e poder seriam resolvidas primeiro em termos de consciência pessoal”. (HOOKS, 2019[1989], p. 226).

É importante frisar que, assim como hooks (2019[1989]), não defendo que as transformações sociais serão resolvidas primeiramente pelas transformações no âmbito individual, mas que dependem também de tais movimentações de forma dialética. Ao mesmo tempo em que mudanças de consciência dependem de um processo de transformação psíquica impulsionado por cuidados em saúde mental, tais cuidados só são possíveis por meio do esclarecimento promovido pelas produções de conhecimento sobre a realidade concreta feitas por campos como o feminismo, a teoria social crítica e uma psicanálise implicada com uma leitura feminista interseccional e crítica. E a resistência e a luta política dependem, por sua vez, dessas condições. Assim, só é possível avançar se abarcarmos a dialética necessária tanto na análise da dominação das mulheres quanto na procura por caminhos de resistência a ela. Repito: nunca encontraremos uma só resposta para uma questão tão complexa e contraditória:

O quanto somos capazes de vincular uma autoconscientização radical à luta coletiva para mudar e transformar o eu e a sociedade determinará o destino da revolução feminista. (...) devemos trabalhar para vincular narrativas pessoais com o conhecimento de como devemos agir politicamente para mudar e transformar o mundo. (HOOKS, 2019[1989], p.224 e 229).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debrucei-me sobre o tema da dominação de gênero com o objetivo de entender como ela é internalizada pelas mulheres. Parti inicialmente do pressuposto de que compreender a constituição psíquica das mulheres a partir das lentes da dominação de gênero seria parte fundamental para sua emancipação. Minha pergunta de pesquisa: como a dominação de gênero é internalizada pelas mulheres conduziu-me para um olhar dialético sobre submissão e resistência – dialética essa que marca a experiência de vida das mulheres brasileiras, em minha leitura.

Pude identificar que a gênese da dominação de gênero se encontra na relação entre natureza e mulher, originada e desenvolvida nas estruturas da sociedade patriarcal. Essa dominação histórica, social e política as desumaniza, objetificando-as. E essa objetificação, por sua vez, é reproduzida na formação individual das mulheres. Por meio da violência de gênero e da diferenciação entre meninas e meninos na constituição psíquica, a dominação é internalizada pelas mulheres na forma de submissão.

A violência de gênero é vivida pelas mulheres como um fenômeno traumático. Produz fragmentação do eu das mulheres que, impedidas de se constituírem integralmente por conta da invasão de seu eu, tornam-se, em menor ou maior grau, submissas. A insegurança constante promovida pela violência de gênero prevalente na sociedade brasileira gera uma quebra na continuidade de seu ser, produzindo trauma. A violência, então, que oferece constante perigo à integridade das mulheres, contribui para um eu submetido. O trauma, por sua vez, constrói-se nesse processo a partir do não reconhecimento social da violência de gênero que impede sua elaboração. Em grande medida, quis indicar que ser mulher na sociedade brasileira é estar a todo tempo sujeita à ameaça e à fragmentação, numa experiência análoga ao trauma insidioso.

Já a submissão gerada pela diferenciação entre meninas e meninos em sua formação se dá através da negação à menina da possibilidade de se individuar integralmente. Por meio da identificação da menina com a figura materna, e sua representação do ideal cultural da feminilidade na fase pré-edípica, que é objetificada tanto socialmente como pelo pai, ela também se objetiva e é objetificada. O ideal cultural, que impõe que a mulher que se torna mãe deve sacrificar a si mesma (seus desejos e limites, sua individualidade) para cuidar de sua prole, é transmitido para a menina através do processo identificatório na primeira infância: a

menina se constitui, então, como alguém que também sacrifica sua individualidade pelo outro. A partir da negação de um processo identificatório com a figura paterna pela cultura patriarcal, que socialmente é considerada como aquela que tem poder e independência e que retira a criança de uma relação fusional com a mãe, a menina fica impedida de se desidentificar com ela para então se diferenciar dela. Na fase edípica, a menina, assim como a mãe, é entendida como objeto sexual e fica impedida de vivenciar um papel ativo; ela, como adulta, passará a buscar, através do amor ideal, o reconhecimento do outro de sua condição de sujeito, uma vez que não obteve tal reconhecimento pelas relações primárias. Diante do homem que é investido de independência e poder, a partir de seu processo constitutivo, a mulher busca reconhecimento por meio da submissão àquele que tem aquilo que a ela foi negado e, portanto, tem o poder de conceder reconhecimento.

Apesar das mudanças históricas nas configurações familiares, as tendências identificatórias de meninas e meninos, discutidas nesta tese, seguem atuais, uma vez que permanecem por meio dos ideais de mãe e pai ainda largamente presentes na cultura. Embora o movimento feminista tenha alcançado conquistas na desconstrução dos estereótipos de gênero, resultando em mudanças nos papéis sociais tradicionais de homens e mulheres como uma maior participação dos pais na criação dos filhos e a integração das mulheres no mercado de trabalho, ainda persiste uma marcante influência dos ideais culturais transmitida pela família, na formação de crianças. Além disso, ainda que as configurações familiares sejam hoje mais diversas, os ideais de mãe e de pai também são muitas vezes reproduzidos pelas figuras de cuidado, sejam elas quem forem.

Apesar das forças de dominação de gênero na sociedade, as mulheres resistem ao processo de subjugação através da luta e da resistência. A resistência das mulheres ocorre de maneiras diversas, desde sua forma passiva, isto é, não organizada e inconsciente, até sua forma política, que pressupõe uma consciência da dominação psíquica e social. Advogo, nesta pesquisa, que a resistência política depende de transformações subjetivas – para que as mulheres lutem contra a dominação, é necessário que se estabeleçam como sujeito. Mesmo que a condição de sujeito integral, que pressupõe a autonomia, não seja possível na sociedade capitalista, é necessário que trabalhem constantemente contra a submissão de gênero e em direção à individuação para que lutemos menos submissas por outra sociedade, livre de dominação.

Tais transformações subjetivas que menciono pressupõem, em minha leitura, o cuidado em saúde mental, que tem como inspiração a elaboração tal como pensada pela psicanálise. A partir da relação de transferência entre analista e paciente, a mulher pode rememorar e reconstruir as situações traumáticas em sua repetição na relação de transferência. A elaboração permitiria, então, uma reconstrução subjetiva da mulher, de um lugar de submissão a uma vivência de individuação, de afirmação de si na relação com o outro. A partir do vínculo promovido pela relação transferencial e de um novo modelo identificatório proposto pela postura da/o analista, a mulher tem a possibilidade de elaborar sua história e se recuperar. Esse processo, no entanto, não é promovido unicamente pela clínica psicanalítica, apesar de ter nela uma grande potencialidade; experiências de elaboração podem ser promovidas, em níveis diversos, por relações interpessoais que garantam vínculo seguro e reconhecimento.

Outra forma de reconstrução das mulheres pode ser promovida pela autorrecuperação, que consiste na rememoração, tanto ancestral quanto ontogênica, de momentos nos quais as relações entre o eu e o outro eram imbuídas de cuidado e interdependência, e não de competição e dominação típicas do capitalismo. Assim, tanto a elaboração quanto a autorrecuperação das mulheres são processos essenciais para sua resistência política; elas devem, no entanto, estar atreladas ao esclarecimento dos processos sociais concretos de dominação.

Dessa forma, minha hipótese foi confirmada ao longo do desenvolvimento desta tese: a dominação é internalizada pelas mulheres na forma de submissão a partir de mecanismos familiares e sociais. Contudo, também é conclusão desta investigação que, se a dominação produz a objetificação subjetiva de mulheres, produz também a resistência. A partir dessa constatação, pude compreender a importância do estudo aprofundado da internalização da dominação para a resistência das mulheres, bem como o caráter essencial do cuidado de saúde mental para a luta feminista.

Esta tese só pôde ser construída a partir do estudo dialético da dominação de gênero, que consistiu no constante olhar sobre as interconexões entre indivíduo e sociedade, prática e teoria. A escuta da realidade das mulheres, a partir da prática clínica, possibilitou, ao lado da pesquisa teórica, a construção do objeto de pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa teórica, por sua vez, retroalimentou minha prática. A pesquisa teórica, como método central para o desenvolvimento desta tese, também se deu de modo dialético. Foi a partir da interconexão

entre campos do saber, como a teoria crítica da sociedade, a teoria feminista e a psicanálise, que pude responder à pergunta que fundamentou minha pesquisa. Só foi possível avançar no entendimento de tema tão complexo, que é a internalização da dominação, a partir de um olhar dialético e interseccional sobre a realidade.

Como consequência da minha pesquisa, é possível apontar que o conhecimento da realidade deve resultar de um olhar dialético e interseccional. Não é possível responder a perguntas tão complexas a partir de qualquer perspectiva teórica isolada. Somente através de uma única tradição teórica não seria possível conhecer por completo a problemática da dominação das mulheres. Em decorrência dessa constatação, os três campos do conhecimento aqui mobilizados se beneficiariam da sua interconexão para uma leitura da realidade.

Finalizo apontando dois possíveis caminhos de pesquisa derivados deste estudo. O principal me parece ser compreender como a resistência subjetiva das mulheres se dá em termos da sua constituição psíquica. Como, mesmo diante de grandes forças de dominação, as mulheres apresentam uma resistência subjetiva a ela? Apresentei uma hipótese no capítulo 3 desta tese que aponta para o vínculo de amor promovido pelas relações familiares como possível base para a resistência. Seria muito importante aprofundar esse estudo para que se possa contribuir para a resistência política e a luta feminista. Outro caminho seria averiguar através de uma pesquisa empírica as relações familiares atuais e suas formas de reprodução ou enfrentamento aos estereótipos de gênero, que geram relações de identificação que, por sua vez, promovem relações de dominação.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Medición de las tendencias antidemocráticas implícitas. In: _____ **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Proyección, 1965. p. 229-276.

ADORNO, T. W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: COHN, G. **Theodor W. Adorno: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986[1968]. p. 62-75.

ADORNO, T. W. **Mínima Moralia**. 1ª. ed. Lisboa: Edições 79, 2001[1951].

ADORNO, T. W. Teoria da Semicultura. **Revista Primeira Versão**, São Paulo, v. 13, n. 191, p. 1-19, Mai-Ago 2005[1959].

ADORNO, T. W. **Teoria Freudiana e o padrão da propaganda fascista. Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: UNESP, 2007[1972].

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020[1974].

AGENCIA PATRÍCIA GALVÃO. Estupros no Brasil: dados disponíveis podem representar apenas 10% do total. **Violência contra as mulheres em dados**. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/estupros-no-brasil/>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

ALVES, S. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de "estupro culposo" e advogado humilhando jovem. **Intecept Brasil**, 03 novembro 2020. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>>.

AQUINO, M. Oito em cada 10 mulheres vítimas de estupro não procuram atendimento, 25 março 2022. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/oito-em-cada-10-mulheres-vitimas-de-estupro-nao-procuram-atendimento>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

AZEVEDO, G. M. G. D.; AMARAL, H. U. D. Teoria da sedução: ascensão e queda ou O surgimento do Édipo. **Rev. bras. psicanál [online]**, 55, 2021. 149-164.

BEAUVOIR, S. D. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016[1949].

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. São Paulo. 2021.

BENJAMIM, J. **The Bonds of Love. Psychoanalysis, Feminism and the Problem of Domination**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1988.

BENJAMIM, W. **Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2016.

BENJAMIN, J. **The Bonds of Love: Psychoanalysis, Feminism, and the Problem of Domination**. Nove Iorque: Pantheon Books, 1988.

BENJAMIN, J. O fim da internalização: psicologia social de Adorno. **Dissonância**, 1, junho 2017[1977]. 155-198.

BICHIR, M. M. **Estamos educando para que Auschwitz não se repita? Uma análise da importância da sexualidade infantil para a formação do indivíduo**. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-17072017-170111/>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

BLEICHMAR, E. D. **O feminismo espontâneo da histeria: estudos dos transtornos narcisistas da feminilidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei Nº 11340, de 07 de agosto de 2006, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

BRASIL. Lei Nº 14.786, de 28 de dezembro de 2023, 28 dezembro 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14786.htm>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

BROWN, L. S. Not Outside the Range: One Feminist Perspective on Psychic Trauma. **American Imago**, 48, n. 1, spring 1991. 119-133. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26304034>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

BULFINCH, T. **O livro de outro da mitologia: idade da fábula**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2002.

CAETANO, I. F. **O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade**. São Paulo: Monografia de Pós-graduação Lato Sensu, Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, 31, n. 1, Janeiro a Abril 2016. 99-127.

CUACOSKI, S. Cultura do estupro: 85% das vítimas no Brasil são mulheres e 70% dos casos envolvem crianças ou vulneráveis. **Humanista**, 17 dezembro 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2020/12/17/cultura-do-estupro-85-das-vitimas-no-brasil-sao-mulheres-e-70-dos-casos-envolvem-criancas-ou-vulneraveis/>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016[1981].

DUARTE, R. A. P. **Mímesis e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno**. 1ª. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

ETIENNE G. KRUG ET AL (ORGS). **World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde)**. Organização Mundial da Saúde. Genebra. 2002.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1ª. ed. São Paulo: Elefante, 2017[2004].

- FERENCZI, S. A adaptação da família à criança. In: _____ **Obras Completas. Psicanálise IV.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020[1927].
- FERENCZI, S. A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In: _____ **Obras Completas. Psicanálise IV.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020[1929].
- FERENCZI, S. Análise de crianças com adultos. In: _____ **Obras Completas. Psicanálise IV.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020[1931].
- FERENCZI, S. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: _____ **Obras Completas. Psicanálise IV.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020[1933].
- FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. In: _____ **Obras Completas. Psicanálise IV.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020[1934].
- FERREIRA, A. B. D. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 5ª. ed. São Paulo: Editora Positivo, 2010.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** São Paulo. 2019.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022.** São Paulo. 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra as mulheres em 2021.** São Paulo. 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil 4ª edição.** São Paulo. 2023.
- FRASER, N. Behind Marx's Hidden Abode: For an Expanded Conception of Capitalism. **New Left Review**, v. 86, p. 55-72, 2014[1974].
- FREUD, S. O esclarecimento sexual das crianças. In: _____ **'Gradiva' de Jensen e outros trabalhos.** Rio de Janeiro: Imago, v. 9, 1976[1907].
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: _____ **Observações Psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 10, 2010[1914].
- FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: _____ **Psicologia da massas e análise do eu e outros textos (1920-1923).** São Paulo: Companhia das Letras, v. 15, 2010[1920].
- FREUD, S. Mal-estar na civilização. In: _____ **O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 18, 2010[1930].
- FREUD, S. **Obras Completas. O Eu o Id; "Autobiografia" e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 16, 2011[1925].
- FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia. In: _____ **Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos.** São Paulo: Companhia das Letras, v. 17, 2014[1926].

FREUD, S. A moral sexual cultural e o nervosismo moderno. In: _____ **O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 8, 2015[1908].

FREUD, S.; BREUER, J. **Estudos sobre a histeria**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 2016[1893-1895].

FUNARO, V. M. B. D. O. E. A. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT) 4ed**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas, v. 9, 2020.

GOMES, G. Os dois conceitos freudianos de Trieb. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, 17 n. 3, Set-Dez 2001. 249-255.

GOMES, G. Os Dois Conceitos Freudianos de Trieb. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 3, p. 249–255, 2001.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020[1988].

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019[1989].

HOOKS, B. A margem como espaço de abertura radical. In: _____ **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019[2015].

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020[1984].

HORKHEIMER, M. Família. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Temas Básicos em Sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978[1956].

HORKHEIMER, M. Autoridade e Família. In: _____ **Teoria Crítica 1**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: _____ **Teoria Crítica I**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006[1944].

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019[2008].

KLEIN, S. Articulando o lugar da resistência na Dialética do esclarecimento e em Lélia Gonzalez. **Civitas: Revista de ciências sociais**, 12 julho 2022. 1-12.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. V. D. P. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001[1982].

LEE, R. **Coisas da Vida**. São Paulo: Som Livre, 1976.

MARCUSE, H. Marxismo e Feminismo. Dossiê Herbert Marcuse, Parte 2. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, 2, n. 1.2, junho 2018. 77-90.

MATOS, O. C. F. Liberação Psíquica, o Masculino, o Feminino. In: _____ **História Viajante: Notações Filosóficas**. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 47-79.

MENON, I. 7 em cada 10 mulheres são mães no Brasil; metade é solo. **Folha de São Paulo**, 13 maio 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/05/7-em-cada-10-mulheres-sao-maes-no-brasil-metade-e-solo.shtml>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. ESTATÍSTICAS - Estupro bate recorde e maioria das vítimas são meninas de até 13 anos. **Site do Ministério Público do Paraná**, 2020. Disponível em: <<https://site.mppr.mp.br/crianca/Noticia/ESTATISTICAS-Estupro-bate-recorde-e-maioria-das-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos#:~:text=CAOP%20Informa,viol%C3%AAncia%20contra%20a%20mulher%20cresce.>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

MIRANDA, J. J. D.; TIMO, A. L. R.; BELO, F. R. R. Crítica à Teoria da Maternidade em Winnicott: é Preciso ser Mulher para cuidar de Crianças? **Psicol., Ciênc. Prof. (Impr.)**, 39, 2019.

NOSSA CAUSA. Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo. **Nossa Causa**, 09 março 2020. Disponível em: <<https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>>. Acesso em: 12 fevereiro 2024.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política. Dossiê Teoria Política Feminista**, Curitiba, 18, n. 36, 2010. 15-23.

ROUSSILLON, R. A elaboração e seus modelos: Leitura principal, Congresso IPA em Berlim, Julho de 2017. **Revista Psicologia USP**, 27, n. 2, 2017. 367-374.

RUBIN, G. S. O tráfico de mulheres. In: RUBIN, G. S. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017[1975].

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUSA, R. F. D. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, janeiro-abril 2017.

WINNICOTT, D. W. A capacidade de estar só. In: _____ **O Ambiente e os processos de maturação**. São Paulo: Artmed, 1983[1958].

WINNICOTT, D. W. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro “self”. In: _____ **O Ambiente e os processos de maturação**. São Paulo: Artmed, 1983[1960].

WINNICOTT, D. W. Algumas reflexões sobre o significado da palavra “democracia”. In: _____ **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999[1950].

WINNICOTT, D. W. Esse feminismo. In: _____ **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999[1964].

WINNICOTT, D. W. Conceitos atuais do desenvolvimento adolescente e suas implicações para a educação em nível superior. In: _____ **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019[1971].

WINNICOTT, D. W. Conceitos atuais do desenvolvimento adolescente e suas implicações para a educação em nível superior. In: _____ **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019[1971].

WINNICOTT, D. W. Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: _____ **O brincar e a realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019[1971].